



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE LETRAS E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO COMUNICAÇÃO, CULTURA E AMAZÔNIA
MESTRADO ACADÊMICO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO

MARIANA GUIMARÃES CAMPOS RIBEIRO

MOBILIZAÇÃO SOCIAL A PARTIR DE UM RIO URBANO DA AMAZÔNIA: o
processo comunicativo do Movimento Tucunduba Pró Lago Verde em Belém-PA

BELÉM-PARÁ

2023

Mariana Guimarães Campos Ribeiro

MOBILIZAÇÃO SOCIAL A PARTIR DE UM RIO URBANO DA AMAZÔNIA: o
processo comunicativo do Movimento Tucunduba Pró Lago Verde em Belém-PA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Comunicação. Área de Concentração: Comunicação. Linha de Pesquisa: Comunicação, Cultura e Socialidades na Amazônia.

Orientador(a): Profa. Dra. Rosaly de Seixas Brito

BELÉM-PARÁ
2023

O46a GUIMARÃES, Mariana

Mobilização Social a Partir de um Rio Urbano da Amazônia: o processo comunicativo do Movimento Tucunduba Pró Lago Verde em Belém-PA / Mariana Guimarães. Belém: UFPA, 2023.

104 f.

Dissertação (Mestrado em Comunicação) –
Universidade Federal do Pará. Belém, 2023.

1. Palavra-chave 2. Palavra-chave 3. Palavra-chave.

I. Título.

C.D.D. 302.2

Mariana Guimarães Campos Ribeiro

MOBILIZAÇÃO SOCIAL A PARTIR DE UM RIO URBANO DA AMAZÔNIA: o processo comunicativo do Movimento Tucunduba Pró Lago Verde em Belém-PA

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Pará, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia, Mestrado em Ciências da Comunicação, para a Defesa de Dissertação.

Orientador(a): Profª. Dra. Rosaly de Seixas Brito

RESULTADO: () APROVADO () REPROVADO

Data:

Prof(a) Dr(a) Otacílio Amaral Filho

Prof(a) Dr(a) Ana Claudia Duarte Cardoso

Prof(a) Dr(a) Pedro Paulo de Miranda Araújo Soares

BELÉM-PARÁ
2023

O presente trabalho foi realizado com apoio, por meio de bolsa de estudos, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

RESUMO

Em Belém do Pará, em um contexto territorial de modernização que nos afasta dos ciclos da Natureza e dos espaços de convivência, a luta pelo direito à cidade vem se intensificando desde os anos 1970. Como um desdobramento mais recente desse processo, em 2021, surge o Movimento Tucunduba Pró Lago Verde, constituído por um grupo de moradores do bairro da Terra Firme, que têm um histórico de luta pelo território. No mesmo ano de seu surgimento, um governo de esquerda ascendeu ao poder em Belém e o movimento vislumbrou uma oportunidade política para impulsionar sua mobilização pela garantia de direitos socioambientais com a criação do Tá Selado, o Fórum Permanente de Participação Cidadã. O objetivo desta pesquisa é compreender como os processos comunicativos de mobilização do Movimento Tucunduba Pró Lago Verde (MTPLV) contribuem no avanço das pautas socioambientais em Belém-PA. A mobilização social é tomada aqui como um fenômeno comunicacional, sendo entendida como um lugar de encontro e diálogo que possibilita a relação de diferentes vivências e visões de mundo, podendo orientar a ação dos sujeitos, ao tensionar e se insurgir contra os poderes hegemônicos no âmbito da cidade. Esta pesquisa foi realizada a partir da metodologia de pesquisa participante (PERUZZO, 2003), com inspirações da etnografia urbana (RODRIGUES, 2006; VELHO, 2003). Ao final, concluiu-se que o MTPLV não só tem sido um dos mais proeminentes atores sociais da ambientalização da pauta de direito à cidade em Belém, como vem reimaginando esse território, na contramão das lógicas dominantes de sua ocupação e expansão.

Palavras-chave: Movimentos Sociais Urbanos na Amazônia. Comunicação. Mobilização Social. Bacia Hidrográfica do Tucunduba. Direito à Cidade.

ABSTRACT

At Belém do Pará, in a territorial context of modernization that distances us from the cycles of Nature and living spaces, the struggle for the right to the city has been intensifying since the 1970s. the Tucunduba Pro Lago Verde Movement, made up of a group of residents of the Terra Firme neighborhood, who have a history of fighting for territory. In the same year of its emergence, a left-wing government came to power in Belém and the movement saw a political opportunity to boost its mobilization for the guarantee of socio-environmental rights with the creation of Tá Selado, the Permanent Forum of Citizen Participation. The objective of this research is to understand how the communicative mobilization processes of the Tucunduba Pró Lago Verde Movement (MTPLV) contribute to the advancement of socio-environmental guidelines in Belém-PA. Social mobilization is taken here as a communicational phenomenon, being understood as a place of encounter and dialogue that makes possible the relationship of different experiences and worldviews, being able to guide the action of the subjects, by tensioning and rebelling against the hegemonic powers in the scope from the city. This research was carried out based on the participatory research methodology (PERUZZO, 2003), inspired by urban ethnography (RODRIGUES, 2006; VELHO, 2003). In the end, it was concluded that the MTPLV has not only been one of the most prominent social actors in the environmentalization of the right to the city agenda in Belém, but has also been reimagining this territory, against the dominant logic of its occupation and expansion.

Key-words: Urban Social Movements in the Amazon. Communication. Social Mobilization. Tucunduba Watershed. Right to the City.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Ana Luiza Araújo e Fátima Guilherme (Fafá), na casa da Fafá	15
Figura 2- Reportagem “Alienação da terra agrada entidades”- Jornal O Liberal (1991)	23
Figura 3- Reportagem “Alienação da terra agrada entidades”- Jornal O Liberal (1991)	23
Figura 4- Mapa de aglomerações populacionais da Amazônia pré-colombiana	34
Figura 5- Matéria da revista Manchete, acervo Ricardo Cardim	37
Figura 6- Desenho da estrutura para o Movimento pela Titulação e Urbanização da Área do Tucunduba (1989)	44
Figura 7- Linha do Tempo da Obra de Macrodrenagem do Tucunduba	46
Figura 8- Campanha O Tucunduba que Queremos	48
Figura 9- Site da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas	49
Figura 10- Alterações no novo Marco Legal do saneamento na Gestão dos Serviços Públicos	58
Figura 11- Ecossistema de Atores ligados ao MTPLV	63
Figura 12- Reunião Preparatória para Audiência na Associação Gabriel Pimenta	65
Figura 13- Documentos de Movimentos Sociais no Tucunduba (1969)	72
Figura 14- Feed do Instagram do Movimento Tucunduba Pró Lago Verde	73

Figura 15- Entrega dos certificados de madrinhas e padrinhos dos jardins do Tucunduba	74
Figura 16- ManiFESTA TUCUNDUBA RESISTE	75
Figura 17- Mesa de Debate da Audiência Pública convocada pelo MTPLV	76
Figura 18- Moradores visualizando Planta Baixa da Obra do Lago Verde	77
Figura 19- "de costas e o espaço invisível que nos separa" - Izabela Chaves	80
Figura 20- Intervenção do "Curtunduba" na Reunião Pública convocada pela SEDOP	82
Figura 21- Manchetes sobre Chico Mendes no Palácio Rio Branco (Rio Branco - Acre)	84
Figura 22- Ata do 1º Encontro do MOTUAT em 1989	85
Figura 23- Sociedade Civil acompanhando discurso de Lula no Climate Action Hub - COP27	89
Figura 24- Ativistas no encontro entre Lula e Sociedade Civil na COP27	90
Figura 25- Pavilhão do Consórcio Interestadual da Amazônia Legal na COP27	91
Figura 26- Post do Governo do Pará sobre participação no Fórum Econômico Mundial	94

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Desenho Teórico-Metodológico	21
Quadro 2- Levantamento Bibliográfico da Pesquisa	22
Quadro 3- Sistematização dos Materiais de Campo da Pesquisa	26

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
COP	Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas
CRF-UFPA	Comissão de Regularização Fundiária da UFPA
FASS	Faculdade de Serviço Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragem
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MTPLV	Movimento Tucunduba Pró Lago Verde
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organizações Não-Governamentais
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PARU	Programa de Apoio à Reforma Urbana
PL	Partido Liberal
PT	Partido dos Trabalhadores
PSOL	Partido do Socialismo e Liberdade
SEDOP	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas
SESAN	Secretaria Municipal de Saneamento
UFPA	Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO: os meandros da pesquisa	19
2 MOVIMENTO TUCUNDUBA PRÓ LAGO VERDE: a mobilização a partir de um rio urbano	32
2.1 DO QUE SÃO FEITAS AS CIDADES NA AMAZÔNIA? Uma introdução ao percurso	32
2.2 BELÉM, TERRA FIRME E AS OBRAS DE MACRODRENAGEM	38
3 DESAFOGANDO OS RIOS DE UMA METRÓPOLE NA AMAZÔNIA: um percurso desde a comunicação	50
3.1 À BEIRA DO ASFALTO, À BEIRA DO RIO: A NASCENTE DO MOVIMENTO TUCUNDUBA PRÓ LAGO VERDE	51
3.2 AS ESTRATÉGIAS DE ORGANIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO	59
3.3 COMUNICAÇÃO, RESISTÊNCIA E CRIATIVIDADE	66
4. ENTRE O CONCRETO E O IGARAPÉ: um giro ecoterritorial desde uma metrópole na Amazônia	79
4.1 DESDOBRAMENTOS NO LAGO VERDE	79
4.2 AMBIENTALIZAÇÃO DAS LUTAS PELO DIREITO À CIDADE EM BELÉM	83
CONCLUSÃO	96
REFERÊNCIAS	98

1. INTRODUÇÃO

O que é um rio? Você consegue enxergá-lo no meio da cidade? E em cima de qual bacia hidrográfica você mora? Como boa parte das histórias que se passam na Amazônia, o cenário desta pesquisa se dá às margens do rio. Para ser mais precisa, em torno da bacia do Tucunduba. Um rio com 3,6 km em sua extensão principal, e 10,55 Km² de extensão da Bacia Hidrográfica de mesmo nome (BELÉM, 2020), localizada em Belém-PA, que vem moldando e sendo moldada pelas relações sociais que acontecem ali. Entre essas relações, se encontra a mobilização social, um processo comunicacional que convoca vontades em prol da transformação da realidade, como é o caso do Movimento Tucunduba Pró Lago Verde (MTPLV), que é o foco dessa investigação.

Apesar da região amazônica ser constantemente narrada como o “outro lado da modernidade” (GONÇALVES, 2001), ela sempre foi atravessada primeiro por processos de colonização, e depois pela modernização conservadora, igualmente marcada por colonialidades, com o objetivo de inserir o Brasil, e conseqüentemente suas cidades, com o objetivo de conectar as cidades da região ao sistema econômico global. A região do Tucunduba vem desde a década de 60 sendo ocupada espontaneamente por migrantes do interior e de fora do Estado do Pará, em busca de melhores condições de vida. A bacia abriga dois dos bairros mais populosos do município de Belém, Guamá e Terra Firme, com 94.610 e 61.439 mil habitantes respectivamente (IBGE 2010), junto com Canudos, Marco, Universitário, São Brás e Curió-Utinga.

O Lago Verde é um dos afluentes do Rio Tucunduba, localizado na Terra Firme, e vem sendo uma região prioritária de atuação e mobilização de lideranças comunitárias e coletivos do bairro. O Movimento Tucunduba Pró Lago Verde, segundo uma das lideranças e interlocutoras da pesquisa, Ana Luiza Araújo, surge a partir da luta pela Macrodrenagem do Tucunduba, que ocorre, pelo menos, desde os anos 1990, quando se deu início do Projeto INFRA-MARCO, que tinha o objetivo de executar obras de macrodrenagem em alguns canais do bairro do Marco. O Tá Selado, o Fórum Permanente de Participação Cidadã de Belém, foi então, uma oportunidade política para que as lideranças pudessem se reorganizar e atuar em prol do bairro da Terra Firme, tendo a região do Lago Verde como foco.

Figura 1 – Ana Luiza Araújo e Fátima Guilherme (Fafá), na casa da Fafá



Fonte: Acervo da Autora. Imagem cedida na entrevista com as lideranças do bairro em 8 de Mar. 2022.

A experiência das lideranças mais antigas da Terra Firme foi fundamental para essa organização prévia dos moradores. Segundo Ana Luiza, partiu de uma das lideranças do bairro o convite para que ela se juntasse ao grupo, e participasse do Fórum proposto pelo Governo do Edmilson Rodrigues, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), eleito prefeito para seu terceiro mandato (2021-2024) na cidade de Belém.

Em seu primeiro (1997-2000) e segundo (2001-2004) mandatos, o prefeito Edmilson Rodrigues, na época filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT), implantou a experiência do Orçamento Participativo, inspirado na política de Porto Alegre – RS, e depois o Congresso da Cidade (FARIAS, 2004). Ambas as experiências foram referência para a criação do Tá Selado, que começou a ser posto em prática desde 2021, em meio à pandemia de covid-19, com muitos desafios para uma efetiva participação política, tanto para o poder público, quanto para a população e os movimentos sociais.

O Fórum tem o objetivo de reunir autoridades do governo e a população da cidade, para escolherem as demandas prioritárias da cidade, e definirem para onde os recursos serão alocados. Por ter começado em um contexto de pandemia, operou de forma híbrida, tendo seus momentos online e off-line. Além das dificuldades técnicas e adaptação, entres os participantes e proponentes da dinâmica, durante as plenárias que participei, senti que havia

pouco espaço para o diálogo de fato. Tanto entre a população que queria participar ali, quanto com o governo, que por muitas vezes tinha um tempo mais alongado de fala, e não conseguiam estar presente nas discussões. Ora por precisarem ir a outros compromissos, ora porque eram encontros simultâneos, impossibilitando os representantes estarem em todas as plenárias.

A partir dessa breve contextualização, somada aos estudos na temática de cidades, comunicação, mobilização e ecologia, construí a seguinte hipótese de trabalho: o Movimento Tucunduba Pró Lago Verde impulsiona e mobiliza a pauta socioambiental em Belém-PA. Baseado nisso, meu o objetivo da pesquisa é compreender como os processos comunicativos de mobilização do Movimento Tucunduba Pró Lago Verde contribuem na elaboração e avanço das pautas socioambientais em Belém-PA. Para isso, foram elencados três objetivos específicos:

- a) elencar e traçar um breve panorama de movimentos socioambientais ao redor do Tucunduba;
- b) identificar as estratégias comunicativas de mobilização do Movimento Tucunduba Pró Lago Verde, em prol da pauta socioambiental;
- c) compreender a atuação do Movimento Tucunduba Pró Lago Verde sob a luz do giro ecoterritorial/ ecologia política/ ambientalização/ movimentos socioambientais populares;

Minhas incursões em pesquisa sobre cidades e sua relação com a comunicação começaram ainda na graduação, com a iniciação científica, a partir do Programa Jovens Talentos para a Ciência. Nesse momento foi desenvolvido o plano de trabalho "A Cidade Conectada: Política e Espetáculo na Contemporaneidade" que teve como objetivo mapear e descrever a Cidade Midiática Conectada. Por meio de conceitos e de uma análise da prática, tentou-se entender as representações políticas, o consumo nos ambientes virtuais, desse espaço-rede, e das sociabilidades resultantes da cultura de participação e compartilhamento. Estenderam-se ao projeto de extensão "Facom 4.0: razão e sensibilidade - ação coletiva por uma nova cultura de comunicação", do qual fui bolsista, e pude colaborar na construção de diversos conteúdos e eventos acadêmicos e culturais como a realização da II Caldeirada - Comunicação e Cultura, que teve como tema "Os múltiplos arrebatamentos do olhar: a imagem como mediação da vida contemporânea", trazendo à tona várias discussões sobre as diferentes relações com a cidade.

Destaco também o trabalho de conclusão de curso, em que desenvolvi uma monografia e um plano de comunicação mobilizadora para o então coletivo Ame o Tucunduba, que trabalhava na perspectiva de provocar mudanças nas relações entre águas, pessoas e cidades, a partir de experiências de educação socioambiental. O que foi uma experiência radicalmente transformadora em minha trajetória de vida, não só definidora de meus rumos profissionais, já que acabei ingressando no coletivo, para trabalhar na comunicação, como também por mudar minha perspectiva e relação com a cidade.

Hoje, como uma das cofundadoras e diretoras da, agora, Organização Não-Governamental (ONG) Mandí, além de ativista pela causa socioambiental e climática, participando de diversas mobilizações pelo direito à cidade, inclusive no Tá Selado, me vejo ainda mais entrelaçada com a temática do espaço urbano. Mas por que, então, é relevante discutir a questão socioambiental a partir do contexto urbano na Amazônia?

É importante referir, antes de tudo, os retrocessos políticos vividos recentemente no país. Do ponto de vista socioambiental, o projeto político de "passar a boiada"¹ do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que relacionado ao uso da terra, promoveu um retrocesso de 30 anos em três, 2019 a 2021, no que diz respeito à governança socioambiental brasileira, segundo o Portal Sinal de Fumaça.² O governo federal de extrema direita de Jair Bolsonaro, apoiado pelo Congresso, implementou uma política brutal de destruição e violência no território amazônico. Talvez fosse melhor dizer: Com as eleições de 2022, um novo horizonte parece se desenhar para a Amazônia, já que o presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), elegeu a pauta ambiental como prioritária em seu governo. Articulando, inclusive, para que a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30) ocorra em Belém. Sendo assim, o acirramento das questões climáticas e socioambientais dos últimos anos, somado à crescente urbanização na Amazônia são alguns dos fatores que nos convidam urgentemente a pensar as relações sociais com a cidade na região.

Belém do Pará, em foco nesta pesquisa, é uma das mais importantes metrópoles da Amazônia Legal, com uma população estimada a mais de 1,5 milhão de habitantes, detém a segunda maior população, atrás apenas de Manaus, que possui mais de 2,2 milhões de habitantes (SANTOS; SOUSA; LIMA, 2019). E seguiu a mesma lógica marcante desde o

¹ A expressão "passar a boiada" se refere à frase dita pelo ex-ministro do Meio Ambiente do Brasil, Ricardo Salles, durante uma reunião interministerial, no início de 2020. Na ocasião, ele declarou que o governo deveria aproveitar que a mídia estava focada em reportar o coronavírus, para enfraquecer e alterar as regras ambientais. A expressão, desde então, passou a representar o processo de desmonte ocasionado pelo governo Bolsonaro, para além, até, da pauta ambiental.

² Informação disponível em: <<https://www.sinaldefumaca.com/especiais/dossie-governo-jb-menos-30-anos-em-3-2019-2021/>>. Acesso em 31 de Maio de 2023.

início do século XX, em que os espaços urbanos passaram a concentrar a população mundial, intensificando seu afastamento dos ciclos da natureza e dos vínculos com a comunidade, tornando este o caminho “natural” a ser seguido. (IBAÑEZ, 2016; SILVA, 2015).

Nesse sentido, os rios de Belém foram perdendo seu protagonismo, passando a assumir um papel puramente paisagístico (CARDOSO; MIRANDA, 2018), ou constituíram-se em canais para receber o esgoto da cidade in natura. Movimento esse que significou, entre outras coisas “(...) a concomitante desestruturação de relações, de modos de vida, de hábitos e de valores (...)” (TRINDADE JUNIOR, 1999, p. 38). Apesar disso, ainda conseguimos enxergá-los na cidade. Esse fato pode garantir uma posição estratégica não só do ponto de vista geopolítico para enfrentar os efeitos da crise climática, por exemplo.

Durante a Plenária na Terra Firme, que aconteceu dia 14 de junho de 2022, uma das lideranças do bairro disse “O Tucunduba não está assim porque o governador quis”, apontando logo em seguida, a importância da organização dos moradores e dos movimentos sociais do bairro. E no começo do mesmo evento, o secretário Cláudio Putty destacou o Movimento Pró Lago Verde por ter uma preocupação mais holística e "verde" para o planejamento urbano da cidade. O que pode trazer uma visão sobre o Tucunduba e a Terra Firme como terrenos férteis de transformação social, pois é nos ambientes de cultura popular que se encontra uma maior abertura criativa e de reinvenção da lógica instrumentalizada (SANTOS, 2020).

Nesta pesquisa, a mobilização social será analisada como um fenômeno comunicacional. Assim, ela pode ser vista como um lugar de encontro que possibilita a relação de diferentes vivências e visões de mundo, e a partir disso pode orientar a ação dos sujeitos. Aqui, a mobilização é de caráter emancipatório, ou seja, tem como horizonte a autonomia e a participação, entendendo os sujeitos como “capazes de interferir no mundo e construir a própria realidade” (MAFRA, 2010, p.107).

Para organizar da melhor forma as informações, análises e incursões a campo realizadas durante essa pesquisa, esta dissertação foi dividida em cinco capítulos. Começo apresentando o tema da pesquisa, o percurso teórico-metodológico e as principais referências bibliográficas a serem utilizadas. Depois partirei para as análises que serão entrecruzadas com as falas de minhas interlocutoras e minhas percepções a partir do campo, como será melhor descrito no subcapítulo a seguir.

1.1 PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO: os meandros da pesquisa

A temática das cidades me encanta desde o início da graduação. Mas a inquietação sobre como ela ganha forma no dia a dia, e em especial na região do Tucunduba, veio anos depois. Lembro de duas situações em específico que me marcaram. A primeira foi quando, após dar uma entrevista, representando a Mandí, sobre a obra de macrodrenagem daquela bacia, uma pessoa da equipe do jornal, disse como era impressionante o que falávamos e como não tinham outras pessoas fazendo o mesmo. Isso me incomodou e rebati na hora. Disse que existiam movimentos no território há mais tempo do que eu era viva, falando e lutando por condições mais dignas às pessoas que viviam naquele espaço.

A segunda situação foi quando ouvi uma das lideranças do bairro comentando que conseguiram fazer o governo construir uma rampa e uma escada de acesso, em um dos trechos do rio. Isso porque o projeto da obra não considerava as dinâmicas sociais, mais atreladas à Natureza, por moradores das ilhas que desembarcavam ali constantemente. Com essa experiência empírica, entrelaçada às lutas pelo direito à cidade em Belém, foi possível perceber a disparidade entre a cidade concebida pelos urbanistas e pelo poder público na área da Bacia Hidrográfica do Tucunduba, e aquela imaginada e perseguida pelos diversos movimentos sociais e coletivos, especialmente no Bairro da Terra Firme.

Mas como esse processo de mobilização, vinculada à luta socioambiental, se dá? Já existem diversas pesquisas nas áreas de ciências sociais, ciências sociais aplicadas, geociências, engenharia, entre outros campos, abordando a questão da urbanização da Amazônia, em que são analisados os conflitos socioambientais causados pelas obras de macrodrenagem nas grandes bacias hidrográficas e também o apagamento da identidade ribeirinha na construção da cidade. Mas aqui o objetivo é, além de considerar a dimensão simbólica e comunicacional das cidades, partindo do viés relacional, entender como o Movimento Tucunduba Pró Lago Verde vem se apropriando e interferindo nesse território.

Após a construção do planejamento inicial, um dos primeiros movimentos de pesquisa foi realizar uma revisão bibliográfica sobre as concepções do espaço urbano na Amazônia, em especial Belém do Pará. O objetivo era compreender as configurações desse território, que é atravessado pelas lógicas da geopolítica mundial há mais de 400 anos. Aqui é possível observar uma espacialidade diferente do que se costuma considerar nas metrópoles brasileiras, em que se destaca a convivência híbrida da lógica moderno-colonial e ribeirinha, que começa ainda no século XVI e se perpetua no século XXI (BECKER, 2005; CARDOSO; MIRANDA, 2018; RODRIGUES, 2006; TRINDADE JÚNIOR, 2010).

Para consolidar e avançar no percurso metodológico da dissertação, foi desenvolvido um planejamento, com o objetivo de ter uma visão holística e crítica sobre a pesquisa, analisando se todos seus elementos estão bem articulados e conversam entre si. As escolhas feitas aqui têm a intenção de abandonar uma concepção asséptica da metodologia, posicionando-a a partir de uma perspectiva politicamente comprometida, para gerar um conhecimento criativo e rigoroso (OROZCO; GONZÁLEZ, 2012).

As investigações quantitativas normalmente buscam uma generalidade ou padrão. Diferente da abordagem teórico-metodológica desta pesquisa, que tem caráter qualitativo e relacional, como uma forma de buscar particularidades ou situações, na tentativa de entender como os sujeitos interagem entre si e com o mundo a partir da linguagem. Por conta deste recorte, a hipótese de trabalho é bastante flexível e adaptável, e procurou-se trabalhar com conceitos e métodos que fossem coerentes entre si, a partir do tripé comunicação, mobilização social e cidades, como é possível observar no Quadro 1 (FRANÇA, 2016; OROZCO; GONZÁLEZ, 2012).

Quadro 1 – Desenho Teórico-Metodológico

ABORDAGEM TEÓRICA		
COMUNICAÇÃO	MOBILIZAÇÃO SOCIAL	CIDADES
<p><i>Abordagem Dialógica</i></p> <p>privilegia a interação eu-outro mediada pela linguagem</p> <p>França (2016) G. Mead (1962) Buber (2001) Mafra (2010)</p>	<p><i>Perspectiva Relacional da Comunicação</i></p> <p>a mobilização social como prática comunicativa de organização de perspectiva</p> <p>Mafra (2010)</p>	<p><i>Espaço Simbólico e Cultural</i></p> <p>lugar de encontro, vinculação e sociabilidade</p> <p>Martín-Barbero (1998) Paiva e Gabbay (2018) Santos (2020)</p>
	<p><i>Prática Emancipadora</i></p> <p>“mobilizar é convocar vontades para mudar a realidade”</p> <p>Toro e Werneck (2004) Fraser (1992) Mendonça (2006)</p>	<p><i>Espaço Urbano na Amazônia</i></p> <p>urbanodiversidade na Amazônia lógica espacial moderna-ribeirinha espaço percebido, concebido e vivido tecnosfera e psicosfera</p> <p>Trindade Junior (2010; 2021) Lefebvre (2006) Becker (2005) Cardoso e Miranda (2020) Rodrigues (2006) Miranda (2020)</p>

	<p><i>Movimentos Sociais</i></p> <p>Gohn (2008) Peruzzo (2003) Milhomens e Gohn (2018)</p> <p><i>MS Tucunduba/Terra Firme</i></p> <p>Alves (2010) Cruz e Santos (2017) Trindade Junior (1999)</p>	<p><i>Direito à Cidade</i></p> <p>direito coletivo de reinventar a cidade</p> <p>Harvey (2014) Maricato (2015)</p>
ABORDAGEM METODOLÓGICA		
PESQUISA PARTICIPANTE		ETNOGRAFIA URBANA
<p>inserção da pesquisadora no ambiente em que acontece o fenômeno, e interação com a situação</p> <p>Peruzzo (2003)</p>		<p>um “olhar de perto e de dentro”, a partir dos próprios atores sociais daquele território</p> <p>Magnani (2002) Rodrigues (2006) Velho (2003)</p>
MÉTODOS DE PESQUISA	DADOS COMPLEMENTARES	FERRAMENTAS DE PESQUISA
	Matérias de Jornais	Câmera e Gravador do celular
Entrevistas em profundidade	Planos de Obra	Word e Google Docs
	Atas de Audiências Públicas	Notion
	Postagens nas Redes Sociais	Zotero

Fonte: Produção da autora (2021).

A abordagem teórico-metodológica parte da pesquisa participante (PERUZZO, 2003), com inspirações na etnografia urbana (RODRIGUES, 2006; VELHO, 2003), além do apoio das entrevista em profundidade e pesquisa documental.

Logo no início da pesquisa, realizei uma revisão bibliográfica dos conceitos e temas abordados. Além da procura por dados oficiais, sobre o entorno da Bacia Hidrográfica do Tucunduba, foram feitas leituras e fichamentos de textos: indicados pela minha orientadora professora Dra. Rosaly Brito; indicados pelas professoras, professores e colegas das disciplinas realizadas durante o primeiro ano do Mestrado; e do acúmulo de conhecimento e experiência que venho desenvolvendo ao longo do percurso como pesquisadora-ativista.

Também realizei um levantamento de dados sobre as pesquisas desenvolvidas no repositório da Biblioteca da Universidade Federal do Pará e no *site* do PPGCOM-UFPA. Detive-me, inicialmente, a algumas das palavras-chave que guiam minha pesquisa, como sistematizei no Quadro 2.

Quadro 2 – Levantamento Bibliográfico da Pesquisa

LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO (até abril/2022)		
PALAVRAS-CHAVE	BANCO DE DADOS	RESULTADOS
Tucunduba	Repositório da Biblioteca da UFPA	263 resultados: 87 – Ciências Humanas; 65 – Ciências Sociais Aplicadas
Mobilização Social	Repositório da Biblioteca da UFPA	1900 resultados: 902 – Ciências Humanas; 553 – Ciências Sociais Aplicadas
Cidades/Cidades Comunicativas	Repositório PPGCOM-UFPA	2 resultados
(Redes de) Movimentos Sociais	Repositório PPGCOM-UFPA	1 resultado

Fonte: Produção da autora (2022).

Até Abril de 2022, foram encontrados 2.166 resultados, referentes a alguns dos temas relacionados à pesquisa do Mestrado, já tendo sido selecionadas, em um primeiro filtro, 42 produções referentes à palavra-chave “Tucunduba”. Além de avançar no processo de leitura e seleção desses trabalhos, foi feito um levantamento em outras bases de dados. A intenção foi a de desenvolver uma visão mais completa e crítica sobre os conhecimentos já elaborados, que estejam relacionadas ao Tucunduba, aos movimentos sociais urbanos na Amazônia e aos processos simbólicos da cidade.

De forma complementar, coletei e analisei outros dados, a partir da pesquisa documental, que podem ser divididas a partir de três variáveis “fontes escritas ou não; fontes primárias ou secundárias; contemporâneas ou retrospectivas” (MARCONI; LAKATOS, 2010). Como por exemplo, matérias de jornais, planos de obra, postagens nas redes sociais, panfletos e arquivos particulares que, ainda que não constituam o corpus principal da pesquisa, também serão importantes para compreender melhor a dinâmica socioespacial e os discursos que permeiam o imaginário dos atores envolvidos.

Figura 2 – Reportagem “Alienação da terra agrada entidades”- Jornal O Liberal (1991)



Fonte: Acervo Pessoal Fafá Guilherme. Imagem capturada em 8 de Mar. 2022.

Pelas conversas realizadas com as interlocutoras da pesquisa, foi possível perceber que não há um acervo ou registro histórico sistematizado do movimento pela Bacia do Tucunduba. Então, para além do acervo pessoal de uma das lideranças (Figura 2), também foi feita uma busca de documentos históricos da memória do movimento em prol do Tucunduba, acessando o acervo do Programa de Apoio à Reforma Urbana (PARU)^[1], da Faculdade de Serviço Social (FASS) da UFPA, a partir da professora Roselene Portela, com intermediação do professor Pedro Paulo Soares. Lá encontrei várias produções acadêmicas, panfletos e atas de reuniões de movimentos sociais relacionados ao Tucunduba e aos bairros que se inserem nessa bacia hidrográfica.

Foi importante ter acesso a esse acervo, pois nele pude encontrar, registradas, as reivindicações que o movimento de moradores do Tucunduba levou à frente e decisões estratégicas que tomou desde a década de 1980. Como Moreira (2010) expõe sobre a análise documental, ela pode ser uma técnica interessante e frutífera para estimular uma maior diversidade de perspectivas da pesquisa, articulando também com as informações compartilhadas durante as conversas informais, entrevistas e incursões etnográficas no território.

Como exposto no Desenho Teórico Metodológico (Quadro 2), parto também da perspectiva da pesquisa participante, que pressupõe uma inserção da pesquisadora no ambiente que está sendo estudado, possibilitando uma maior profundidade à investigação e com a intenção, também, de produzir um retorno para a comunidade, a partir dos resultados

de pesquisa (PERUZZO, 2003). Essa perspectiva corrobora com a proposta da etnografia urbana (MAGNANI, 2002; RODRIGUES, 2006; VELHO, 2003) que dá destaque para a vida nas cidades e as relações e fragmentos que a constroem.

Por ter uma atuação ativista e profissional relacionada ao direito à cidade no Tucunduba, eu já possuía alguma familiaridade com o território, em especial o bairro da Terra Firme. Mas não cresci e morei lá, então sei que minha visão e vivência não deixam de ser de “estrangeira”, embora diretamente envolvida com a causa do movimento. Sou parte interessada como ativista, por escolha política. Nesse sentido, não sou mera observadora externa, pois acompanho cotidianamente o movimento e nele atuo, daí a observação participante. Mas é importante ressaltar que, por não ser moradora do bairro, não sinto na própria pele os efeitos perversos da lógica de urbanização que ali se materializa, e isso informa também minha prática de pesquisa. Reconhecer e problematizar meu lugar como pesquisadora e ativista, portanto, é uma exigência ética da pesquisa.

Sendo assim, percorrer esse território observando as relações entre os sujeitos e os diferentes espaços pode ajudar a ir além dos dados estatísticos e pesquisas que enxergam a cidade de uma forma totalizante e macro. É uma possibilidade de olhar de perto e (quase) de dentro, o espaço percebido, concebido e vivido pelas pessoas que moram neste bairro, e em especial, as integrantes do Movimento Tucunduba pró Lago Verde.

Nessa mesma direção, também já nutria uma relação e admiração por algumas lideranças locais, e elas me conheciam por conta do trabalho na Mandí. No início tentava separar, de alguma forma, esses dois papéis na minha vida, para que as interações não fossem confundidas. Até que, em uma das primeiras atividades de que participei como pesquisadora, na Plenária do Tá Selado, uma das lideranças anunciou minha presença, como representante da organização. Confesso que na hora fiquei tímida e não sabia como reagir, afinal, a ideia era estar ali de forma discreta. Nesse momento entendi que essa tentativa era desnecessária e improdutiva. Porém, mais do que nunca, seria importante exercitar um olhar mais cuidadoso e apurado de "estranhar o familiar", como Gilberto Velho (2003) pontua, constituindo uma tarefa difícil de desnaturalizar noções que já fazem parte da nossa visão e experiência de vida. É uma forma de tentar compreender os movimentos sociais e seus integrantes de forma menos essencialista e, até por vezes, romantizada, entendendo suas divergências internas. Essas abordagens metodológicas proporcionam, por consequência uma discussão e reflexão sobre os processos comunicacionais e de mobilização a partir de uma abordagem relacional (FRANÇA, 2016; MAFRA, 2010).

O primeiro ano do mestrado (2021), inteiramente sob a pandemia da Covid-19, foi dedicado às disciplinas, às leituras iniciais e ao estágio docência, tudo de forma remota, para que posteriormente pudesse haver uma dedicação integral à pesquisa em si. A previsão de ir a campo e realização de entrevistas era para janeiro de 2022, porém, com as altas de casos de Covid-19 nesse período, e a contaminação do vírus tanto pela minha orientadora, quanto por mim e minha família, essa etapa foi remanejada e repensada. Em março de 2022, com a melhora no quadro de casos de contaminação do coronavírus em Belém do Pará, pude começar a realizar entrevistas presenciais com moradores e lideranças do bairro da Terra Firme, tomando os devidos cuidados.

Essas incursões, que estão sistematizadas no Quadro 2, me permitiram fazer o exame de qualificação, em setembro, dentro do prazo previsto. Após a banca de qualificação, foi necessário fazer diversos ajustes e redirecionamentos na proposta de dissertação, entre eles a necessidade de enfatizar os aspectos socioambientais na pesquisa. Porém, logo em seguida, com o acirramento do contexto político eleitoral do Brasil, esse período afetou não somente nossas vidas enquanto cidadãs e pesquisadoras, como a própria relação com as interlocutoras e interlocutores da pesquisa, que estavam bastante envolvidas nas eleições, tornando difícil conseguir marcar novas entrevistas.

Em novembro tive a oportunidade de participar da 27ª Conferência do Clima da Organização das Nações Unidas (COP27), no Egito, uma experiência ímpar tanto do ponto de vista pessoal quanto profissional. Além de acompanhar de perto esse novo momento do Brasil, e o impacto da eleição de um novo presidente em nível global, pude presenciar e observar as discussões sobre as questões socioambientais e climáticas, tema central em minha pesquisa. Participei da reunião do Presidente Lula com a sociedade civil, e fui painelistas em dois momentos, no Brazil Climate Action Hub e no Pavilhão da França, onde discuti com os presentes sobre a importância das perspectivas amazônicas para esse debate.

Na volta para o Brasil também fiz parte de mesas de debate e construções coletivas pós COP27, com redes da sociedade civil regional e global e coletivos da juventude brasileira. Em seguida fui convidada a participar da Semana Chico Mendes, no Acre, como palestrante e participante. Lá pude compartilhar um pouco das experiências de incidência política e lutas socioambientais de Belém, além de conhecer a trajetória da Aliança dos Povos da Floresta e como a luta se desenrola e se conecta com o próprio Movimento Tucunduba Pró-Lago Verde, no outro extremo da Região Amazônica.

Quadro 3 – Sistematização dos Materiais de Campo da Pesquisa

Nome	Data	Descrição
Entrevista Ana Luiza e Fafá	08/03/2022	Entrevista em profundidade com duas das lideranças do MTPLV, feita presencialmente
Entrevista Cleyton	10/03/2022	Entrevista em profundidade com um dos integrantes do grupo de carimbó Tamuatá do Tucunduba, feita presencialmente
Entrevista Vavá	11/01/2023	Entrevista em profundidade com duas das lideranças do MTPLV, feita via <i>Zoom</i>
Entrevista Jane	13/03/2023	Entrevista em profundidade com uma das lideranças do MTPLV, via <i>WhatsApp</i>
Pesquisa Documental no Acervo do PARU	05/05/2022	Pesquisa e Análise de Documentos Históricos no Acervo do PARU - UFPA
Plenária Tá Selado	14/06/2022	Plenário do Tá Selado - Distrito DÁGUA, Bairro da Terra Firme; programação feita presencialmente, no Boi Marronzinho, com interação híbrida do Prefeito e Secretários
Acompanhamento Obra Lago Verde	19/07/2022	Ida a campo, acompanhada de uma das lideranças do MTPLV que ia observar andamento da obra na Celso Malcher
Reunião Paisagismo Prefeitura	27/12/2022	Reunião da Secretaria Municipal de Saneamento, Gabinete da Prefeitura e Moradores da Terra Firme, para discutir obra na Celso Malcher
Mesa no FOSPA	30/07/2022	Mesa promovida pela Prefeitura de Belém, para

		discutir sobre a experiência do Tá Selado, com a participação de uma das lideranças do MTPLV
Oficina Preparatória da Audiência	17/04/2022	Oficina Preparatória para Audiência na Associação Gabriel Pimenta, com os moradores do Lago Verde
Reunião Interna Pré-Audiência	07/02/2023	Reunião interna do MTPLV, realizada via <i>Meet</i>
Atividade Aniversário de Belém	12/01/2023	Participação da Atividade ManiFESTA TUCUNDUBA RESISTE, às margens do Tucunduba
Audiência do Movimento	10/02/2023	Audiência Pública convocada pelo Movimento Tucunduba Pró Lago Verde, para pedir esclarecimentos sobre a Obra do Lago Verde
Reunião Pública SEDOP	02/03/2023	Reunião Pública convocada pela Secretaria de Obras Públicas do Estado
COP das Baixadas	11/02/2023	Participação do evento realizado pelo GuetoHub
Semana Chico Mendes	19-22/12/2022	Participação do evento realizado pelo Comitê Chico Mendes
COP27	14-18/11/2022	Participação do evento realizado pela ONU

Fonte: produção da autora (2023).

Foram realizadas, entrevistas em profundidade com moradores da Terra Firme, sendo quatro integrantes do Movimento Tucunduba Pró Lago Verde e duas pessoas de coletivos que trabalham em rede como o Movimento, sendo um do grupo de carimbó Tamuatás do Tucunduba e outra do Tela Firme.

Além das entrevistas, e considerando minha atuação enquanto ativista inserida nos debates e construções socioambientais, categorizei o trabalho de campo em duas naturezas: os eventos do Movimento e os eventos de conjuntura. Na primeira categoria, consegui acompanhar e participar de sete eventos. Já na segunda, destaco três eventos, que considero que tiveram uma maior relevância e conexão com esta pesquisa. Chamo atenção para duas ocasiões durante esse período, a primeira foi de um dia em que tentei participar de uma reunião entre os moradores e a Prefeitura de Belém, mas por conta das chuvas e do alagamento na região, não consegui chegar até o local. A outra foi quando consegui acompanhar uma das interlocutoras da pesquisa em um dia que ela precisou verificar o andamento da obra na Celso Malcher (Figura 3), até então não finalizada. Esses dois momentos evidenciam a dificuldade, não só minha, mas principalmente dos próprios moradores da Terra Firme de conseguirem participar de instâncias em que se discutem questões importantes relativas aos rumos da política pública no seu bairro, ou mesmo se locomover no dia a dia.

Figura 3 – Visita à Obra de Macro drenagem na Celso Malcher



Fonte: Acervo pessoal. Imagem capturada em 19 de Jul. 2022.

No final do ano de 2022 e início de 2023, houve uma intensificação da mobilização dos participantes do Movimento, diretamente relacionada aos desdobramentos das obras de macro drenagem na bacia hidrográfica do Tucunduba. As lideranças estavam preparando e

mobilizando uma Audiência Pública com diversos setores do governo municipal e estadual para discutir sobre o Projeto que será implantado na região, debate esse que aparecerá mais detalhado nos capítulos seguintes. Essa foi, inclusive, uma das razões que me fizeram pedir extensão de prazo para concluir a dissertação do mestrado, conseguindo assim, fechar o período de pesquisa do ano de 2021 a início de 2023, ao final das audiências convocadas pelo Movimento Tucunduba Pró Lago Verde e pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas (SEDOP).

Considerando todo o contexto explanado anteriormente, acredito que a pesquisa se justifique nos seguintes pontos:

- a) "Cidades" e "Amazônia" como chaves de compreensão do século XXI, na reiteração de lógicas de dominação que remontam ao período colonial e se desdobram em processos recentes;
- b) contribuir e acrescentar novos dados à discussão sobre movimentos sociais na Amazônia urbana, a partir da comunicação;
- c) contribuir para a compreensão do Movimento Tucunduba Pró Lago Verde sobre seus desejos para a cidade;
- d) articular a pesquisa ao meu campo de atuação profissional e ativista, que se encontram totalmente entrelaçados. O que inspira, inclusive, minha posição enquanto "observadora participante".

A discussão teórica, análise das incursões no campo e reflexões sobre a atuação do MTPLV aparecerão, mais consistentemente, nos capítulos a seguir. No segundo capítulo, será feito um panorama sobre a questão da cidade e do urbano na Amazônia, articulando as pesquisas e percepções de Saint-Clair Trindade Júnior (1999, 2010, 2021), Henry Lefebvre (2006) e Bertha Becker (2005). Posteriormente, o foco se dará em Belém e nas Obras de Macrodrenagem que acontecem na Bacia do Tucunduba, e sua vinculação com os movimentos sociais do território, que antecederam o Movimento Tucunduba pró Lago Verde. Tudo isso tendo como fio condutor da pesquisa o viés comunicacional da cidade e da experiência urbana, acionando as contribuições de Martín-Barbero (1998), Paiva e Gabbay (2018), Milton Santos (2020) e Balbi e Ferrara (2018).

No terceiro capítulo, a discussão desaguará no Movimento Tucunduba pró Lago Verde, na busca de compreender as dinâmicas de comunicação, e a relação entre o espaço e essa mobilização. O capítulo toma por base as falas e vivências de moradoras e articuladoras

do Movimento, somado ao debate acerca dos movimentos sociais e as esferas públicas alternativas, a partir de Fraser (1992), Gohn (2018), Peruzzo (2009) e Svampa (2016). Além de propor um debate sobre como as interações que são moldadas e moldam o território, destacando sua dimensão comunicacional e ambiental, a partir de Escobar (2005), Lefebvre (2006), Martín-Barbero (1998) e Santos (2020).

Por fim, no quarto capítulo, buscamos compreender como a mobilização do Movimento Tucunduba Pró Lago Verde vem se apropriando e interferindo no espaço amazônico, pautando e se articulando sob uma perspectiva ecoterritorial. Uma luta que se estende e propõe uma outra forma de habitar o mundo. Para apoiar essa reflexão, recorro a Svampa (2016) e Krenak (2020, 2022), dentre outros.

Tomando emprestada a frase que abre a obra “Morte e vida de grandes cidades”, de Jane Jacobs, esta pesquisa “é um ataque aos fundamentos do planejamento urbano e da reurbanização ora vigentes” (JACOBS, 2011). Além de criticar o modelo de cidade moderno-colonial, que vem se impondo na cidade de Belém desde o período colonial, pretendo dar ênfase aos processos comunicacionais que ocorrem nesse espaço e que dão corpo à luta social pelo direito à cidade sob a perspectiva do giro ecoterritorial. Para Jacobs (2011), as coisas comuns e cotidianas mostravam como as cidades funcionavam na prática. Observar esse lugar a partir da comunicação pode, então, ser uma importante chave de compreensão e imaginação da cidade de Belém, entendendo os movimentos sociais como importantes atores, ou mesmo planejadores, da cidade.

2. MOVIMENTO TUCUNDUBA PRÓ LAGO VERDE: a mobilização a partir de um rio urbano

Para dar início ao debate proposto nesta pesquisa, este segundo capítulo discute temáticas relativas à cidade e ao processo de urbanização na Amazônia, a partir da revisão bibliográfica realizada. Reconstruir esse histórico é importante para contextualizarmos o espaço em que surgem e se desdobram as lutas do bairro da Terra Firme e mais especificamente as que giram em torno da Bacia Hidrográfica do Tucunduba e da Obra de Macrodrenagem que nela ocorrem.

Faço um breve panorama sobre as aglomerações pré-colombianas na Amazônia e a transformação do espaço com a colonização e, bem mais adiante, com a modernização na região, dando destaque a Belém. Falar das mudanças do aspecto físico do espaço é imprescindível para compreender a sua dinâmica social. Para Milton Santos (2010), nossas ações são mediadas pelos objetos à nossa volta. O espaço, que está constantemente assumindo novas formas, hoje assume uma dimensão que “(...) supõe informação para o seu uso e ela própria constitui informação, graças à intencionalidade de sua produção. Como hoje nada fazemos sem esses objetos que nos cercam, tudo o que fazemos produz informação.” (SANTOS, 2020, p. 321). Sendo assim, o espaço vira uma condição e um convite à ação. Logo, é também um convite à reflexão sobre os discursos e imaginários gerados a partir dele.

Para discutir os conceitos de cidade e espaço urbano, considerando as singularidades amazônicas, serão articuladas as pesquisas e percepções de Ana Cláudia Cardoso e José Júlio Lima (2006), e Ana Cláudia Cardoso e Thales de Miranda (2018), Saint-Clair Trindade Júnior (1999, 2010, 2021) e Bertha Becker (2005), bem como a produção do espaço a partir de Henry Lefebvre (2006) e Milton Santos (2020). Além de discutir sobre os movimentos sociais de maneira ampla e no Tucunduba, junto a Maristella Svampa (2016) e Cardoso e Cruz (x), por exemplo.

2.1 DO QUE SÃO FEITAS AS CIDADES NA AMAZÔNIA? Uma introdução ao percurso

Quando falamos de Amazônia, especialmente com pessoas de fora da região, é comum que ela seja associada a uma imagem vista do alto: rios grandes e sinuosos, florestas densas e um vazio populacional e cultural. Essa visão se inscreveu no imaginário sobre a região de acordo com as diversas construções discursivas, destacando-se as midiáticas, que circulam massivamente pelo menos desde o regime militar do pós-64, quando a televisão tornou-se um meio de comunicação de massa e constituiu-se como braço ideológico durante o ciclo

autoritário, contribuindo para justificar a forma predatória de ocupação da região pelo grande capital multinacional (COSTA, 2011; DUTRA, 2005). Como assinala Vânia Torres Costa:

Para uma grande parte dos brasileiros, a Amazônia ainda é uma grande área desconhecida. Distante, geograficamente, dos centros de decisão da política brasileira, a região vem sendo trazida a público em nome de sua floresta, que precisa ser salva. Esses discursos frequentes têm as mais variadas aparições e espacializações. Povoam a esfera pública via conteúdo midiático, seja nos telejornais nacionais, jornais impressos e revistas semanais; nos textos literários ou ficções televisivas; discursos históricos ou nas campanhas governamentais (COSTA 2011, p. 32).

Apesar de mais de 500 anos de história “oficial”, os relatos e matérias de jornais ainda se assemelham às narrativas dos viajantes europeus do século XVI. Ao mesmo tempo em que se coloca a urbanização brasileira como um processo consolidado, resvalando em políticas públicas que não consideram a *urbanodiversidade* da Amazônia (COSTA, 2011; TRINDADE JR, 2010).

Manuel Dutra (2005) destaca que a Amazônia é um conceito aberto, “sobre o qual se fabricam os mais variados tipos de discursos com todas as suas formas de ambiguidades, a-historicidade e analogias espontâneas” (s/p). Ao fazer a análise de enunciados midiáticos sobre a região, o autor observa que, nestes, ela aparece como um lugar estabilizado no tempo, em que a exuberância dos recursos naturais contrasta permanentemente com a desfocagem dos agrupamentos humanos que a habitam. Esses grupos recebem a denominação genérica de “povos da floresta” ou “povos da Amazônia”, de acordo com ele, os quais figuram nos discursos da mídia como dissonantes com a modernidade.

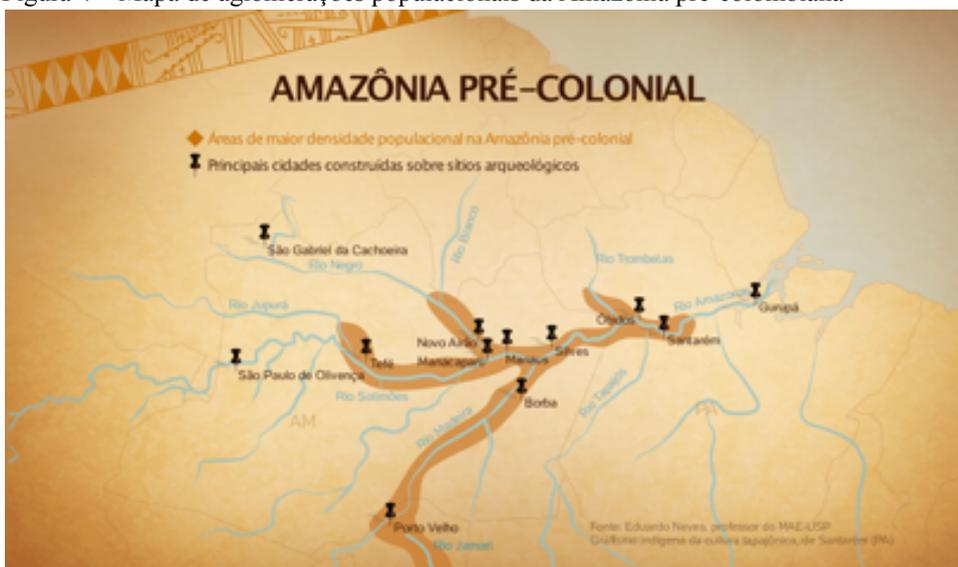
Palco de constantes conflitos, a região, para a autora Berta Becker (2005), é um exemplo da nova geopolítica mundial, pois é atravessada por dois movimentos internacionais: o sistema financeiro e as grandes potências econômicas de um lado e uma articulação de movimentos sociais, em defesa da região, do outro. As diferentes conexões que são geradas, a partir desses atravessamentos com os atores locais, configuram um cenário complexo que pode ser uma chave de compreensão para o futuro e presente das comunidades amazônicas e também da humanidade.

E, diferente do que se ensina em muitos livros de história, esse território não foi descoberto, mas sim inventado a partir da percepção que os colonizadores europeus tinham sobre a Índia e sua mitologia, e posteriormente com as experiências das grandes navegações do século XVI pelas Américas. A viagem de Colón à América foi um marco na Era Moderna, não só do ponto de vista econômico, favorecendo o desenvolvimento europeu, como do ponto de vista cultural e filosófico (GONDIN, 2007).

A Expedição de Francisco de Orellana, que data de 1542, foi a primeira em nossa região, trazendo também os primeiros relatos europeus sobre a Amazônia, redigidos pelo Frei Gaspar de Carvajal. A busca era pelo *El Dorado*, um reino de riquezas ainda não explorado, um mito que permeia o imaginário sobre a Amazônia até os dias atuais, sendo fundamental para justificar o processo colonizador e modernizador na região (CASTRO, 2010; GONDIN, 2007; NEVES, 2015).

Para o pesquisador Eduardo Neves, apesar das cidades possuírem uma data de nascimento, atrelada à sua fundação colonial, as “cidades já eram espaços sociais importantes antes dos europeus chegarem” (NEVES, 2015). Na Figura 4, podemos ver um mapa de ocupação na Amazônia, com cidades que conhecemos hoje e que foram fundadas sobre aldeias com raízes pré-colombianas.

Figura 4 – Mapa de aglomerações populacionais da Amazônia pré-colombiana



Fonte: Matéria Portal UOL “Amazônia pré-colombiana: como viviam os povos indígenas antes da chegada dos europeus”, André Carvalho. Disponível em:

<https://www.uol.com.br/noticias/especiais/como-viviam-os-povos-da-amazonia-antes-da-chegada-dos-europeus.htm#a-mazonia-pre-colombiana>. Acesso em 10 de Jul. 2022.

Os relatos de Carvajal já mencionavam o local que hoje conhecemos como Santarém, inicialmente nomeada como Província de São João, apontando que naquele lugar havia cidades grandes, com terra boa e natural (NEVES, 2015). O cronista relata a existência de milhares de pessoas, louças variadas, grandes praças e até edifícios durante a expedição pela região amazônica.

E, se havia dúvidas sobre a precisão desses relatos, o que comodamente favorecia a ideia de que a região era um “vazio demográfico”, nas últimas décadas, pesquisas vêm trazendo apontamentos de que a diversidade florestal da Amazônia é fruto de intervenção

humana, e há uma estimativa de um contingente populacional entre 8 e 10 milhões de indígenas, especialmente próximo aos rios Amazonas e Tapajós entre os séculos XIII e XVI (CARVALHO, 2022; PIVETTA, 2018).

Em “A invenção da Amazônia”, Neide Gondin (2007) pontua que as discussões e relatos sobre o “Novo Mundo” eram filtrados pelo antigo, tomando o pensamento europeu como algo superior. Nos relatos de Carvajal, por exemplo, a descrição da região amazônica era muito hierarquizada e dividida de forma a parecer que havia uma gigantesca área inexplorada e desconhecida. Mais à frente, o jesuíta Alonso de Rojas coloca em suas crônicas sugestões de melhor aproveitamento dessas terras, que os “bárbaros” não aproveitam. Isso tudo porque não compreendiam e nem aceitavam outros modos de vida, já que “viver conforme a natureza” significava não ter evoluído ao patamar de uma sociedade nos moldes europeus, ou até mesmo de seres humanos.

E como Belém se articula nesse complexo cenário? A fundação da cidade, que hoje é a capital do Estado do Pará, se deu em 1616, por ter uma posição estratégica para a garantia da defesa e ocupação do território pelos portugueses. Desta época até meados do século XVIII, as vias fluviais eram os principais meios de circulação. Marcado pela expansão de fortes e a criação de aldeias missionárias, manteve-se um forte vínculo com as águas que a cercavam (CORRÊA, 1987; MOREIRA, 1989, apud TRINDADE JUNIOR, 1999).

Se no início a expansão era próxima à orla fluvial, de meados do século XVIII a meados do século XIX, a cidade passa pela fase de interiorização, sob comando da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão. A construção de rodovias começa a redefinir os espaços e as dinâmicas da região, e Belém, além de virar capital econômica da Amazônia, controlando o comércio regional, recebe altos investimentos para o seu desenvolvimento urbano. A cidade se mantém em destaque mesmo durante o período de estagnação da vida urbana, após a extinção da Companhia, e as transformações da economia internacional, com a emergência do liberalismo (CORRÊA, 1987; MOREIRA, 1989, apud TRINDADE JUNIOR, 1999).

Thales Miranda (2020) aponta duas situações marcantes, para Belém, no século XIX: a Lei de Terras e o início do Ciclo da Borracha. Segundo o pesquisador, a Lei de Terras, que entrou em vigor em 1850, causou profundas transformações nas cidades brasileiras ao instituir a propriedade privada no país e restringir o acesso à terra a pessoas não brancas. Concomitantemente, o proeminente extrativismo da borracha inseriu a Amazônia na divisão internacional do trabalho e impulsionou um grande fluxo migratório de amazonenses, paraenses e nordestinos. Além disso, expandiu e revigorou a rede urbana na Amazônia,

destacando-se os polos Belém e Manaus, com a atração de investimentos para grandes obras, como a construção da ferrovia Belém-Bragança, e para serviços públicos, como a eletricidade (CORRÊA, 1987).

Nesse momento de intensa transformação urbana, o tipo de cidade almejada eram as europeias. Os planos de intervenção urbana, como o Plano de Expansão de Belém que serviu de base de aplicação durante a gestão de Antônio Lemos, na segunda metade do século XIX, era de caráter higienista e voltado à elite branca da borracha. Além de ter uma percepção de dominação sob os elementos naturais, o discurso que prevaleceu e se sucedeu desse período em diante, era de se afastar dos modos de vida e da relação com a terra e com os cursos d'água que poderiam lembrar da identidade ribeirinha e/ou amazônica. Essa é a fase conhecida como continentalização (MIRANDA, 2020; MOREIRA, 1989, apud TRINDADE JUNIOR, 1999; PONTES, 2010).

A partir da década de 1950, há uma nova expansão capitalista que transforma a organização espacial nos países do Sul Global, de maneira desigual (CORRÊA, 1987). Para Mario Rodriguez Ibáñez (2016), o continente latino-americano viveu uma euforia com a vinda do “progresso”, entre o final do século XIX e começo do XX. “As “luzes da cidade” encantavam, prometiam esse novo paraíso. As imagens das capitais europeias e norte-americanas consolidavam-se como o objetivo a ser alcançado. O século XX nascia junto com uma onda de crescimento urbano.” (IBÁÑEZ, 2016, p.305).

Na Amazônia, esse período foi também marcado pela construção da Belém-Brasília, prevista no Plano de Metas de Juscelino Kubitschek. Parte da ferrovia Belém-Bragança foi incorporada nessa rodovia, que atualmente conhecemos como BR-316. O objetivo era integrar a região ao Centro-Sul do país. Os anos 1960 marcam o início do processo de metropolização de Belém, que se expande em direção aos eixos rodoviários (CARDIM, 2021; CARDOSO; LIMA, 2006; CORRÊA, 1987; MIRANDA, 2020; TRINDADE JUNIOR, 1999).

Ora conhecida como o “outro lado da modernidade” (GONÇALVES, 2001) ora como o pulmão e patrimônio mundial (AMARAL FILHO; CASTRO; COSTA, 2015), no final do século XX na Amazônia Brasileira, o discurso de que a região era uma *zona de fronteira* foi fortalecido. Este foi um período de ostensiva política de integração nacional, especialmente durante a ditadura militar, como é possível ver nas campanhas e matérias de revistas feitas na década de 1970 (Figura 5).

Ricardo Cardim, em sua reportagem “Arqueologia do desastre”, destaca o tom triunfal na narrativa que acompanhava essa ocupação e destruição, “O bioma era encarado como um

inimigo que impedia o desenvolvimento e a felicidade dos brasileiros, devendo urgentemente ser “civilizado” e receber o progresso redentor” (CARDIM, 2021, p. 20).

Figura 5 – Matéria da revista Manchete, acervo Ricardo Cardim



Fonte: Matéria Revista 451 “A ofensiva da ditadura militar contra a Amazônia”, Ricardo Cardim. Acesso em 10 de Jul. 2022. Disponível em: <<https://quatrocincoum.folha.uol.com.br/br/galerias/a-ofensiva-da-ditadura-militar-contr-a-amazonia>>.

Até os anos de 1960, a produção das cidades da Amazônia Oriental não era orientada por uma economia de mercado, mas especialmente a partir dos anos de 1980, com a implantação de grandes projetos, elas começam a se voltar para uma intensa exploração do meio ambiente e da força de trabalho da população (BECKER, 2005; CARDOSO; LIMA, 2006). Esse contexto altera significativamente os fluxos da região, de estradas às redes de telecomunicação, e a interação das pessoas com a natureza.

Os conflitos no campo, gerados por conta dessa intervenção no território, acabaram por estimular o êxodo rural de camponeses e extrativistas para as baixadas das grandes cidades da região, como foi o caso de Belém. Esse deslocamento faz parte da história de muitas pessoas de bairros periféricos da cidade, inclusive, de uma das interlocutoras da pesquisa, Fafá. “A história do bairro da Terra Firme é a própria história do êxodo rural”³, afirma a liderança, que nasceu no interior de Peixe-Boi, localizada no nordeste do Estado do Pará, às margens da antiga Estrada de Ferro de Bragança. Entre diversas situações, muitos

³ Informação verbal. Entrevista concedida à autora em 8 de Mar. 2022.

moradores do bairro vieram em busca de terreno e melhores condições de vida, sendo 40% dos moradores, ao redor do Tucunduba, de origem ribeirinha (ALVES, 2010).

Como já exposto anteriormente, desde sua fundação, Belém se constitui como uma referência no território amazônico. Além de organizar espacialmente uma rede ao seu redor, em seu processo de metropolização, a capital do Estado do Pará cumpre o papel de propagar os modos de vida urbanos para as cidades a ela interligadas. A dispersão horizontal, oriunda desse processo, se dá principalmente a partir das rodovias, em especial às ligadas à rodovia BR-316, criando outros municípios ou distritos. Estes, de maneira geral, possuem pouca infraestrutura e frequentemente são destino de uma população de baixa renda, deslocada compulsoriamente pela especulação imobiliária ou por intervenções no centro urbano, como as obras de macrodrenagem.

Ao mesmo tempo em que existe um processo de afastamento dos rios, e uma “aniquilação do verde”, há um movimento de sofisticação de balneários em Marituba, por exemplo, na tentativa de recriar simulacros da cidade ribeirinha e das mangueiras. Mas que, nesse caso, fica restrito a um uso mais privativo, enquanto a convivência com o lixo vindo da região central da metrópole é socializado, trazendo vários estigmas para aquela população e região (STEINBRENNER; BRITO; CASTRO, 2020; TRINDADE JÚNIOR, 2021). Sobre esse processo de urbanização e suas dimensões mais simbólicas, em especial a Obra de Macrodragem na Bacia do Tucunduba, aprofundaremos mais adiante.

2.2 BELÉM, TERRA FIRME E AS OBRAS DE MACRODRENAGEM

Há um extenso debate sobre as redes urbanas na região amazônica, a forma de medir o tamanho e/ou importância de uma cidade e as tipologias e padrões de ocupação urbana presentes aqui. Mas, como pontuou Cleyton, um dos interlocutores da pesquisa, “O que é ser urbano? O urbano chegou aqui mesmo?”, referindo-se à relação que se constrói no ambiente dos canais do Tucunduba, que ao mesmo tempo é hostil, com muita poluição, mas também tem pessoas pescando, crianças tomando banho no rio “igual na cidade do interior do Estado”.

Sobre esse debate, o pesquisador Saint-Clair Trindade Junior (2010) chama atenção para a necessidade de diferenciar a urbanização da sociedade, da população e do território, entendendo que este não é um fenômeno consolidado e uniforme. A depender da perspectiva, a urbanização pode estar relacionada à quantidade de pessoas habitando um município ou vila, como é para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou pode estar relacionado aos modos de vida urbanos, ligada à modernidade, que se difunde em diferentes espaços, seja em uma metrópole ou não.

Inspirado em Henri Lefebvre, o pesquisador defende que cidade e urbano são coisas diferentes, definindo-os como forma e conteúdo, respectivamente. Nesse sentido, as cidades podem ter um conteúdo urbano e rural ao mesmo tempo, atrelado às suas diferentes temporalidades, sem que o avanço da urbanização exclua os conteúdos rurais. A tendência é de uma reinvenção, material e simbólica, ainda que de forma desigual e não necessariamente harmônica (TRINDADE JUNIOR, 2010; 2021).

Essa perspectiva contribui para não reforçarmos ideias essencialistas ou “puras” sobre o aspecto cultural na Amazônia. Afinal, é bastante difícil encontrar um lugar, na região, imune à cultura globalizada e ao modo de vida capitalista, sendo nossos modos de vida e espaços compostos por elementos hibridizados “(...) que traduzem as influências indígenas da América do Sul, as africanas de várias nações diferentes, as asiáticas do meio e do extremo Oriente, e da Europa, pela presença de diversos colonizadores (...)” (TRINDADE JUNIOR, 2021, p. 43).

Nos países do Sul Global, as metrópoles costumam concentrar os recursos da nação, sendo não só o centro de investimentos e circulação de bens de consumo, mas também grandes propagadoras dos valores da “civilização” e estilo de vida moderno a ser seguido. Ainda que as políticas urbanas não atendessem a necessidade da maior parte da população, e muito menos conseguissem equiparar as cidades à estrutura das capitais do Norte Global, esse ideal de vida e de cidade ainda é amplamente defendido e incorporado.

Isso está ligado não só das políticas públicas, mas também aos anseios da própria população. E pude acompanhar essa situação, participando de uma das audiências públicas promovidas pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas (SEDOP), no dia 2 de março de 2023, quando um dos moradores, disse "O progresso tá chegando, tá bonito, mas o morador tem que ser tratado com dignidade". Ele se referia ao projeto de obra do Lago Verde, proposto pela SEDOP.

Para conseguir falar do Movimento Tucunduba pró Lago Verde em 2023, é imprescindível fazer uma contextualização sobre a Bacia Hidrográfica do Tucunduba e das Obras de Macrodrenagem, que ocorrem desde a década de 1990. E posteriormente, falar também do bairro da Terra Firme, local onde o Lago Verde está situado e o Movimento de fato atua.

A água, para além de cumprir apenas o papel de recurso e funcionar pró questões logísticas, é um elemento fundamental na constituição de nossas identidades e imaginários na Amazônia. E falando especificamente de Belém,

Essa cidade é uma ponta de terra rodeada por águas doces. A Leste, a cidade é banhada pela Baía do Guajará, que dá acesso por barco até a Ilha de Marajó. A Oeste, a cidade é costeada pelo rio Guamá, também navegável e que conduz à região Noroeste do estado. Essas duas grandes massas de água doce que emolduram a cidade possuem inúmeros afluentes e ramificações que hoje a recortam na forma de paisagens fluviais agonizantes, isto é, canais pavimentados, valões e esgotos a céu aberto. (SOARES, 2021, p. 579)

Esses corpos d'água são vistos, majoritariamente em bairros populares, porém, o que outrora eram cursos naturais, hoje ou aparecem como canais ou galerias de esgoto, isso quando não são totalmente aterrados (SOARES, 2021). Quando os migrantes vieram tentar a vida em Belém, entre as décadas de 1960 e 1980, eles ocuparam as áreas mais baixas da cidade, próximo às várzeas, que posteriormente ficaram conhecidas como baixadas. Esses moradores mantiveram uma relação muito mais próxima com a natureza, por meio do curso d'água, dos quintais e das áreas vegetadas (CARDOSO; MIRANDA, 2018).

No período de 1984 e 1999, houve um crescimento urbano em Belém de 9,5%, atrelado às obras de macrodrenagem e consolidação da ocupação das baixadas na Primeira Léguas Patrimonial. Nesse contexto, temos a Bacia do Tucunduba, que possui aproximadamente 1.167 hectares, e durante esse período reduziu sua cobertura vegetal em quase 50%. Dentre várias questões, a cobertura vegetal é um importante indicador de permeabilidade do solo, que é importante para evitar casos de alagamento, por exemplo. Um fator agravante também, é a perda de arborização nas partes mais altas das bacias hidrográficas, que contribuem para que as baixadas estejam mais suscetíveis às inundações (MIRANDA, 2020).

Nessas áreas mais baixas da cidade, onde a Terra Firme se insere, é onde historicamente residem a população mais pobre, negra e de mulheres. Nesse sentido, esse acelerado crescimento urbano e redução de cobertura vegetal na Região Metropolitana de Belém, além de compor um cenário alarmante, considerando os efeitos da crise climática,

(...) não se trata de um processo homogêneo, mas sim, de um processo seletivo de injustiça ambiental, que expõe determinadas populações às consequências ambientais negativas do modo de urbanização das cidades brasileiras, historicamente pautado pelo racismo velado, desigualdade social e acomodação dos interesses das classes dominantes. (MIRANDA, 2020, p. 115).

Segundo Martín-Barbero (2004), para entender o processo de modernização das cidades latino-americanas, que vivenciam o que chamamos de capitalismo tardio, é ir além das métricas desenvolvimentistas, deve-se compreender esse processo como uma fricção entre memórias étnicas e universais. Instauram-se novos modos de estar juntos, em que

(...) os cidadãos experimentam a heterogênea trama sociocultural da cidade, a enorme diversidade de estilos de viver, de modos de habitar, de estruturas do sentir e do narrar. Uma trama cultural que desafia nossas noções de cultura e de cidade, os marcos de referência e compreensão forjados sobre a base de identidades nítidas, de enraizamentos fortes e demarcações claras. (MARTÍN-BARBERO, 2004, p. 278).

Em Belém, segundo Cardoso e Miranda (2018), coexistem dois tipos de lógicas espaciais: a moderna e a ribeirinha/tradicional. A lógica moderna instaurada na cidade é voltada, principalmente, para o desenvolvimento econômico e a circulação de bens. As ruas, de modo geral, ficam cada vez mais cheias de carros e pessoas apressadas para cumprir seus deveres ou desfrutar de seu “tempo livre”, que muitas vezes é atrelado à uma experiência de consumo (CANCLINI, 2015; IBAÑEZ, 2016).

Segundo a pesquisadora Conceição Almeida (2010), a construção de Belém passa por um embate com as águas, onde algumas pessoas tentavam submetê-las às ditas necessidades dos demais habitantes da cidade. Nesse sentido, é importante compreender o espaço como algo produzido pelas relações sociais, econômicas, culturais e políticas, e que, segundo Lefebvre (2006), pode ser analisado a partir de três variáveis: percebido, concebido e vivido.

O espaço vivido é onde ocorre uma tensão entre o espaço percebido, que é construído a partir das relações cotidianas, de maneira mais horizontal, e o espaço concebido, que é produzido por cientistas e urbanistas, por exemplo, e tende a uma verticalidade do poder, sendo também o espaço dominante na sociedade. É no espaço vivido, ocupado por usuários e artistas, que a imaginação torna-se uma aliada importante para que a comunidade se aproprie, modifique e reinvente o espaço.

A pesquisadora Ferrara (2008) entende o espaço como fenômeno que se situa entre a comunicação e a cultura. É um elemento que se comunica e interfere na história da cultura. Ele se materializa no “entre”, se constituindo com base em um tripé: característica construtiva, interações de bases comunicativas e as dimensões culturais que impregnam o comum. Definições que parecem convergir com o conceito de comunicação relacional, que engloba três dinâmicas: “o quadro relacional (relação dos interlocutores); a produção de sentidos (as práticas discursivas); a situação sócio-cultural (o contexto).” (FRANÇA, 2001, p.16).

Nesse sentido, a prática espacial não deve ser pensada fora de sua existência relacional (BALBI; FERRARA, 2018). Pois, entendendo que os objetos que conformam uma paisagem não podem se explicar por si sós, o espaço só ganha sentido a partir das interações dialéticas entre sociedade e espaço (SANTOS, 2020). Então, mais do que discutir as estratégias de *marketing* de cidades, promovidas pelos governos, ou mesmo das novas relações que surgem

a partir dos aparatos tecnológicos, a proposta é entender esses espaços como lugar de encontro, vinculação e constituição de comunidades, tornando assim os processos comunicativos um lugar privilegiado de análise crítica e imaginativa de reinvenção cultural e do próprio futuro da cidade (CECIM, 1981; FRANÇA, 2001; KENBEL; CORREDOR, 2020; SANTOS, 2020; PAIVA; GABBAY, 2018).

Em prol de uma sensibilidade alinhada ao que os governantes de Belém do século XIX entendiam como progresso e prosperidade, estes se utilizaram de diversos instrumentos para afastar a população de uma relação mais próxima com as águas, chegando a proibir os banhos em locais públicos. Fizeram isso a partir da

(...) legislação, das obras públicas, da formação escolar, da construção de discursos jornalísticos, das manifestações de dirigentes, de festividades e celebrações religiosas de cunho cristão, enfim, por meio do que eram trabalhadas concepções de construção de uma cidade cada vez mais próspera, cujos moradores dotavam-se de sensibilidades regidas pelo desejo da ordem e do controle. (ALMEIDA, 2010, p. 35).

Em sua pesquisa, Almeida (2010) também destaca que as pessoas que mais conviviam com as águas eram os indígenas e mestiços, e que para os estudiosos positivistas da época, essa relação era atrelada à ociosidade ou degradação. "Para ele (Alfredo Ladislau), as águas seriam as maiores responsáveis pela inadaptação de indígenas e descendentes destes, os tapuios, ao trabalho" (ALMEIDA, 2010, p. 37), relacionando então essa relação com a natureza a algo não produtivo, que prejudicaria a força de trabalho.

João de Jesus Paes Loureiro (2016) diz que "A margem do rio, entre o rio e a floresta, é o lugar privilegiado dos enigmas da Amazônia", porém, acredito que a margem do rio, entre o asfalto e o igarapé, no meio de uma metrópole, é onde também "(...) estão os mais preciosos arquivos culturais do mundo amazônico, os manguezais simbólicos de nossa cultura, as raízes submersas da alma cabocla." (LOUREIRO, 2016, p. 126), pois há uma composição entre a dinâmica espacial tradicional, que ainda ocupa as áreas de várzea, e coincide com as áreas de baixada, que abriram espaço para uma outra forma de interação com a natureza e práticas "banais" cotidianas, onde também se forja o sujeito amazônida, no século XXI.

Ao conversar com moradores e analisar pesquisas e documentos históricos, é possível identificar que o direito à moradia foi e tem sido uma das bandeiras de luta mais proeminentes no bairro, que com o tempo foi se remodelando. Para Trindade Junior (2010), essa dinâmica de ocupações e tensionamentos, relacionados à terra, foram fundamentais para a formação identitária desses territórios e dos movimentos sociais de bairro, em Belém.

E é nesse cenário de ocupações e tensões que insurgem os movimentos de bairro na década de 70 (TRINDADE, 2010) como resposta à segregação social e econômica que

marcavam os diversos bairros das baixadas de Belém, desfrutando os ônus daquele modelo de desenvolvimento. A criação, nesse período, da Comissão de Bairros de Belém (CBB) é um marco, pois foi o momento em que se conseguiu articular as várias associações e centros comunitários que já existiam pelas ruas e bairros da cidade (CRUZ, SANTOS, x).

Segundo Maricato (2015), "A terra urbana (assim como a terra rural) ocupa um lugar central nessa sociedade. O poder social, econômico e político sempre esteve associado à detenção de patrimônio, seja sob a forma de escravos (até 1850), seja sob a forma de terras ou imóveis (de 1850 em diante)." (MARICATO, 2015, p. 27). E se durante o período de ditadura militar que se instaurou no Brasil no pós-64, as agendas sociais relacionadas às políticas urbanas foram abandonadas, nos anos 1980 o país caminhou contra a corrente mundial.

No documento "Histórico Resumido do Movimento pela Titulação e Urbanização da Área do Tucunduba", consta que a primeira Assembléia pré surgimento do MOTUAT se deu em abril de 1987. Neste, assim como em outros documentos, é reforçado a necessidade de união dos 5 bairros atingidos pelo Igarapé do Tucunduba - Marco, Jabatiteua, Guamá, Terra Firme e Canudos- sob a justificas de:

- a) sanear todos os bairros, já que se fizer só no bairro do Marco, irá prejudicar o restante;
- b) fazer um canal, que passe por todos os bairros, para drenar o escoamento do Igarapé;
- c) apoiar a luta por indenizações justas, saneamento e a não expulsão dos moradores;
- d) fazer um projeto popular de canal.

Inicialmente a bandeira de luta em destaque era relacionada à construção do Canal do Tucunduba, de forma global. Mas é interessante perceber que em junho do mesmo ano, as lideranças começaram a atrelar essa luta com a legalização dos terrenos da UFPA. Em um boletim quinzenal, de 1989, há uma nota, com o título "A luta pelo saneamento no Marco e Jabatiteua" que diz:

O nosso Movimento surgiu da luta pelo Canal do Tucunduba, esta luta não foi esquecida, apenas deslocada para a luta pelo Título de Propriedade. Pois surgiu com bastante força neste primeiro semestre de 1989, nos bairros do Marco e da Jabatiteua, inclusive com duas passeatas e uma audiência pública no C.C. São João Batista que reivindicava canal e ponte para área.

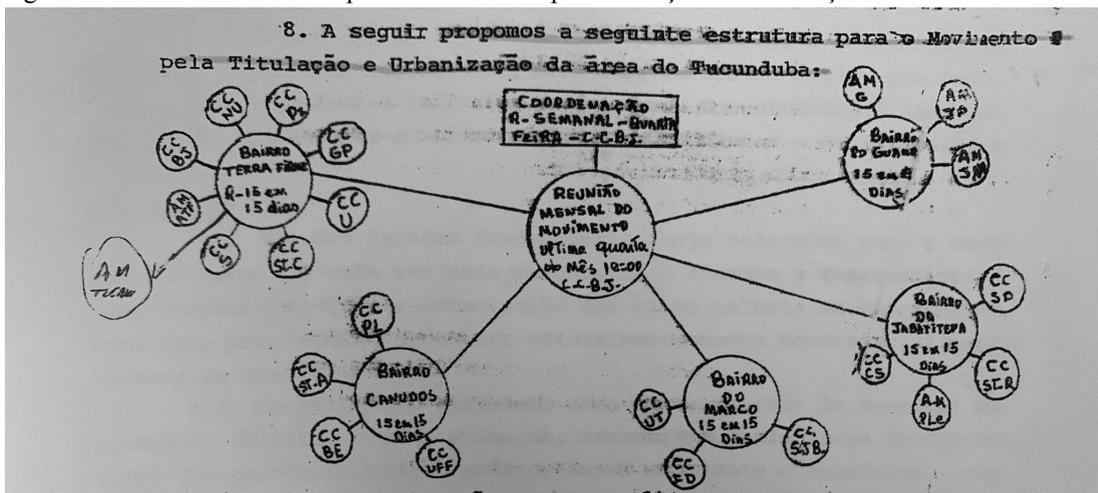
Para as lideranças desse Movimento, a Titulação estava relacionada à saúde, falta de comida, escolas e creches. Além de também ter ligação com as eleições presidenciais, para que defendesse um país mais soberano, e o processo de elaboração da Constituição Estadual e Municipal, que contasse com a participação das Entidades Populares.

Essas ideias corroboram com o que Ermínia Maricato (2015) diz: "Enquanto a economia apresentava uma queda acentuada (nos anos de 1980), ao mesmo tempo que

lutavam contra o governo ditatorial, movimentos sociais e operários elaboraram plataformas para mudanças políticas com propostas programáticas." (MARICATO, 2015, p. 30). E é nesse contexto, que para a autora, forma-se um poderoso Movimento Social pela Reforma Urbana.

Já entrando na década de 1990, como observa CRUZ e SANTOS (x), com o surgimento do Fórum Metropolitano de Reforma Urbana (FMRU), foram se organizando movimentos sociais que iam além das delimitações de bairro. O Movimento pela Titulação e Urbanização da Área do Tucunduba acompanha esse novo momento. No 1º Encontro do MOTUAT, que se deu em janeiro de 1989, consta nos registros a celebração por terem alcançado a união de todas as entidades comunitárias do Tucunduba. Somaram-se 26 entidades, entre elas diversos Centro Comunitários, a Comissão de Bairros de Belém e o Escritório Jurídico, tendo inclusive uma esquematização de como poderia funcionar a estrutura do Movimento (Figura 6).

Figura 6 - Desenho da estrutura para o Movimento pela Titulação e Urbanização da Área do Tucunduba (1989)



Fonte: Registro do 1º Encontro do MOTUAT - Acervo PARU.

É interessante ter acesso a esses documentos, porque acabam sendo uma forma de comprovar a existência de um pensamento organizado e estratégico, para além das instâncias oficiais. É a conformação do que Nancy Fraser (1992) chama de "contrapúblicos subalternos", que seriam cenários discursivos paralelos, em que esses grupos criam e circulam contra discursos, a partir de suas próprias vivências e interpretações. Segundo a autora, "Esta historiografia (revisionista) registra que membros de grupos sociais subordinados - mulheres, trabalhadores, gente de cor e homossexuais e lésbicas- em várias ocasiões encontraram as vantagens de construir públicos alternativos." (FRASER, 1992, tradução nossa).

Sobre esse mesmo período, olhando para a América Latina, Maristella Svampa (2016) afirma que, a partir da década de 1980, temos o início da implementação de políticas públicas críticas ao neoliberalismo, dos anos 1990, que fortalece um discurso nacional-popular dos Estados. O que acaba promovendo a instalação de um modelo neocolonial, que reafirma o papel historicamente reservado da América Latina enquanto exportador de Natureza. Uma das consequências é justamente a explosão de conflitos socioambientais na região (SVAMPA, 2016).

A pesquisadora Maristella Svampa (2016) defende que há alguns elementos comuns nesse processo. Essa explosão de conflitos socioambientais está ligado à ambientalização das lutas indígenas e camponesas, além do surgimento de um pensamento ambiental latino-americano, defendido por Enrique Leff. Somado a isso, há o surgimento de novos movimentos socioambientais rurais e urbanos, com uma grande gama de atores envolvidos no processo.

O horizonte coletivo das lutas e a geração de um diagnóstico comum apontaram para a criação de uma rede densa de organizações e a multiplicação de lugares de confluências, que se situam em continuidade com um novo internacionalismo - uma tendência que a América Latina conhece desde o ano 2000, com o início de um novo ciclo de lutas e a criação dos fóruns sociais (SVAMPA, 2016, p. 147).

A Bacia Hidrográfica do Tucunduba vem passando por grandes obras desde a década de 1990, com o Projeto INFRA-MARCO, como podemos acompanhar pela linha do tempo da Figura 7. Este primeiro projeto, que data de 1993, tinha o objetivo de realizar a macrodrenagem dos canais das Travessas Angustura, Leal Martins, Timbó e Vileta, no bairro do Marco, a partir de um convênio com a CAIXA (BARBOSA, 2003).

O INFRA-MARCO iniciou no Governo do prefeito Hélio Gueiros (PFL) e, com as trocas de gestão, foi reformulado e teve seguimento nos mandatos de Edmilson Rodrigues, na época, vinculado ao PT. Em 2000, o Projeto Tucunduba, desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Belém-PA em parceria com a Universidade Federal do Pará (UFPA), tinha o objetivo de recuperar a Bacia do Tucunduba levando em consideração a dimensão física e social.

No Projeto Tucunduba a obra foi dividida em três trechos: Avenida Perimetral até Passagem Lauro Pessoa, Passagem Lauro Pessoa até Rua Gentil Bittencourt e Rua Gentil Bittencourt até Travessa Vileta (SILVA, 2016). A proposta foi considerada um avanço, pois partia do princípio da participação social deliberativa nas decisões do projeto, e ainda figurou entre as 100 melhores no Prêmio Internacional de Dubai de Melhores Práticas para Melhorias

de Condições de Vida e também foi premiada pelo Programa CAIXA Melhores Práticas de Gestão Local. (BRANDÃO, 2016).

Como está no Estudo de Caso "Tucunduba - Urbanização do igarapé Tucunduba, Gestão de Rios Urbanos" produzido pela Universidade Federal do Pará, para a Caixa Econômica Federal, "A PMB, com esta proposta, valoriza a identidade cultural e a tradição econômica da utilização dos rios e igarapé como vias para o escoamento da produção agro-extrativista da região das ilhas que a circunda." (BARBOSA, 2003, p.10).

Figura 7 – Linha do Tempo da Obra de Macrodrenagem do Tucunduba



Fonte: Site da campanha "O Tucunduba que Queremos!". Disponível em: <<https://otucundubaqueremos.bonde.org/>>. Acesso em 26 de Abr. 2022.

Porém com as mudanças de gestão municipal, o projeto foi sofrendo alterações, tornando-se menos participativo e com tecnologias mais conservadoras. Em 2008 se iniciou o Projeto de Saneamento Integrado para a Bacia do Tucunduba, agora sob responsabilidade do Governo do Estado do Pará, com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Este Programa foi instaurado no início do segundo mandato do presidente Lula da Silva (PT), em 2007 e se prolongou até 2014, já no governo da presidenta Dilma Rousseff (PT). Com uma perspectiva desenvolvimentista, as grandes obras advindas dele aceleraram os impactos e transformações nas dinâmicas territoriais, em especial na Amazônia.

O Projeto de Saneamento Integrado para a Bacia do Tucunduba previa intervenções da Rua São Domingos, na Terra Firme, até a Travessa Vileta, no Marco, além da implantação de

uma estação de tratamento de esgoto, rede de abastecimento de água entre outros aspectos. Mas o Projeto foi paralisado em 2011 e só retomou em 2014 (TAVARES, 2021).

Nos anos da década de 2010 emergem movimentos sociais, na cidade de Belém, que as pesquisadoras CRUZ e SANTOS (x) chamam de “as frentes dos prejudicados”, como as das bacias hidrográficas do Una, Tucunduba e Estrada Nova, que se mobilizam a partir das decorrências de Grandes Projetos Urbanos. "Longe de serem soluções técnicas neutras e apolíticas, os projetos de intervenção urbanísticos são orientados pela lógica do capital, que por sua vez tem por finalidade atender interesses de mercado, em detrimento das necessidades sociais das classes trabalhadoras." (CRUZ; SOARES; CARDOSO, x).

As pesquisadoras Cardoso e Tavares (2023) chamam atenção para o fato de que o novo projeto, entre várias situações problemáticas, aumentou consideravelmente a quantidade de pessoas deslocadas, do que era previsto, entre 2013 e 2019.

A expansão da área de desapropriação foi uma decisão desarticulada em relação ao projeto urbanístico, passando a englobar quadras que foram desocupadas por motivações puramente funcionalistas, implicando aumento considerável no número de famílias removidas e afetando moradias de boa qualidade. (CARDOSO; TAVARES 2023, p. 19).

Além de aprofundar as desigualdades sociais e acirrar os conflitos sobre a terra, reforçando o que as autoras chamam de ciclo de remoção, as discussões acerca da falta de acesso ao saneamento também ficam mais pulsantes. A partir desse contexto surge a Frente Prejudicados do Tucunduba, em 2017, tendo como principal bandeira as questões relacionadas ao saneamento básico, mas sem deixar de lado a questão da moradia e dos remanejamentos. Ela reúne moradores dos bairros do Guamá, Terra Firme, Canudos e Marco, e assim como os demais movimentos da cidade, que surgem por conta do impacto dessas grandes obras,

(...) não abandonaram as pautas históricas das péssimas condições de moradia caracterizadas pela ausência ou deficiência de esgotamento sanitário e abastecimento de água, problemas de drenagem em vias sem pavimento e terraplanagem, coleta de lixo irregular, além de inúmeras interrupções na execução dos projetos/programas (...) (CRUZ; SOARES; CARDOSO, x, p. 1286).

Mas, além das reivindicações estruturais, os Prejudicados do Tucunduba reivindicam uma ativa participação popular nos processos decisórios referente à obra, a começar pela transparência de informações do projeto. O que motivou a criação da campanha "O Tucunduba que Queremos", puxada pela Mandí (na época Ame o Tucunduba) no ano de 2019. Em parceria com a Frente Prejudicados do Tucunduba, a Comissão de Acompanhamento de Obras e apoio do Projeto Data Firme, fizemos uma campanha de pressão para que a SEDOP divulgasse as informações básicas sobre a obra pública (Figura 8).

Figura 8 - Campanha O Tucunduba que Queremos



Fonte: Site da Campanha O Tucunduba que Queremos. Disponível em: <<https://www.otucundubaquequeremos.bonde.org/>>. Acesso em 10 Mai 2023.

Na época, conseguimos enviar quase 300 e-mails de pressão, e houve até uma Reunião Pública, em que cobramos essa resposta. Ficou prometido a entrega do Projeto e Cronograma da Obra dentro de um mês. Várias pessoas e organizações se solidarizaram e tentaram contribuir com o processo de pressão, na época. Mas, só cerca de um ano depois, conseguimos essas informações.

Até hoje, no primeiro semestre de 2023, a Obra de Macrodrenagem aparece em destaque no site da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas (Figura 9), apesar da última atualização de dados ser de 22 de dezembro de 2020. Não quero aqui dizer que o mérito é só nosso, da Organização Mandí. Até porque, como exposto anteriormente, há uma luta e persistência de décadas dos moradores e lideranças dos bairros da Bacia do Tucunduba. Sem contar toda a articulação de diversos atores sociais, para que esse processo fosse/seja mais transparente, participativo e justo.

Figura 9 - Site da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas



Fonte: SEDOP. Acesso em: 9 de maio de 2023. Disponível em: <<https://www.sedop.pa.gov.br/>>.

Mas acredito que tenhamos conseguido contribuir com a mobilização, a partir de estratégias de comunicação de pressão, que deslocou os focos da arena midiática. E nesse novo capítulo, não só muda o contexto social e político do país, e em especial, da Amazônia, como ganha força o debate socioambiental, e junto com isso, observamos o surgimento de outros arranjos das lideranças do território, das ferramentas e gramáticas de luta. E é isso que iremos discutir nos próximos capítulos.

3. DESAFOGANDO OS RIOS DE UMA METRÓPOLE NA AMAZÔNIA: um percurso desde a comunicação

O foco deste capítulo é compreender a dimensão comunicativa da atuação do Movimento Tucunduba pró Lago Verde, considerando a mobilização social como chave para entender a relação entre o espaço e os movimentos sociais. A intenção é discutir como as interações são moldadas e moldam o território, destacando sua dimensão comunicacional a partir de Lefebvre (2006), Martín-Barbero (1998) e Santos (2020).

Como exposto anteriormente, o Tucunduba é uma das mais importantes bacias hidrográficas de Belém, e vem passando por uma obra de macrodrenagem há pelo menos 30 anos. Não se pretende fazer uma extensa análise sobre o Fórum Permanente de Participação Cidadã, mas usá-lo como um marco temporal que caracteriza esse novo momento de atuação pela Bacia do Tucunduba, e mais especificamente, do Lago Verde, um dos afluentes dessa bacia-rio, que está inteiramente localizada no Bairro da Terra Firme.

Este lugar histórico de lutas dos movimentos sociais na cidade, vem sendo palco de um novo capítulo desde 2021, com a pandemia de Covid-19 e o Fórum Tá Selado, da Prefeitura Municipal de Belém. Um novo cenário se desenha com as eleições de 2022, que reelegeram Helder Barbalho (MDB) como Governador do Estado do Pará, o Poder responsável pela Obra de Macrodrenagem do Tucunduba, responsável também pela obra do Lago Verde, e Luís Inácio Lula da Silva (PT) como Presidente do Brasil, que trouxe como eixo principal em sua campanha, a questão socioambiental e a defesa da Amazônia.

"A luta pelo Lago Verde é muito antiga, de 40 anos ou mais, e foi retomada via Tá Selado", como expõe Vavá, uma das lideranças dessa mobilização, morador do bairro da Terra Firme. Pensando nisso, propomos discutir, neste capítulo, como as lideranças do bairro e do Movimento Tucunduba pró Lago Verde se organizaram e estruturaram suas estratégias de comunicação neste contexto.

Segundo Nancy Fraser (1992), "Quase desde o início, os contrapúblicos contestaram as normas excludentes do público burguês e elaboraram outros estilos de comportamento político e normas alternativas de discurso público." (FRASER, 1992, p. 147, tradução nossa). Mas "Quem é que ganha? Quem tem mais peso?", é o que questiona Ana Luiza Araújo, interlocutora da pesquisa e uma das lideranças do Movimento.

Para ela, "existe a força da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas (SEDOP), e tem como o morador gostaria". As questões e disputas entre os diversos atores do território, e as dinâmicas de mobilização dentro do próprio movimento e com os moradores,

para conformar essa luta pelo direito à cidade serão aprofundadas neste capítulo, acionando a voz das interlocutoras da pesquisa, as vivências do campo e considerando o tripé de análise comunicação-mobilização-cidade.

3.1 À BEIRA DO ASFALTO, À BEIRA DO RIO: A NASCENTE DO MOVIMENTO TUCUNDUBA PRÓ LAGO VERDE

A formação das cidades passa pela necessidade da vida social. A vinculação articula a criatividade e o conflito, desenhando a cidade como lugar, que é a base da vida em comum. Porém, quando esses espaços são atravessados pela lógica capitalista e, entre outras coisas, ocorre o aumento de privatização de espaços, há uma perda dessa vida em comunidade e as cidades se tornam mais fechadas, com menos possibilidade de encontro e comunicação, desestruturando a produção do comum (MARTÍN-BARBERO, 1998; PAIVA; GABBAY, 2018; PAIVA; SODRÉ, 2019; SODRÉ, 2014).

Nesse sentido, “as identidades coletivas encontram cada vez menos na cidade e em sua história, distante ou recente, seu palco constitutivo” (CANCLINI, 2015), sendo a mídia o espaço que vem constituindo o sentido público da cidade. O que torna, cada vez mais, as sociabilidades e reflexões sobre esse espaço, algo que se inscreve no âmbito privado, com esvaziamento da dimensão pública da vida cidadina. Há uma perda da consciência da cidade como um todo, seja pela negação do exercício da cidadania, que está conectada a um lugar determinado, ou pela intensificação da vida nervosa nas grandes cidades, que impõe aos sujeitos viverem a partir de uma exatidão e ritmo rápido, tornando-nos mais impessoais e individualistas (SIMMEL, 1903; TRINDADE JUNIOR, 1999).

As águas como esse lugar de socialização e componente da cultura e das subjetividades amazônicas foram mudando de significado ao longo do tempo. Para Juliano Ponte (2015) o século XX marca o momento em que elas assumem um caráter mais técnico, sinônimo de veículo, substância e recurso. Usando o exemplo das obras na Bacia do Una, Pedro Paulo Soares (2021) acredita que a ausência de estruturas mais integradoras de acesso à água "(...) expressam que o sistema de macrodrenagem é um espaço interdito aos moradores do local e sem nenhuma utilidade além do acúmulo e escoamento do esgoto pluvial e também do esgotamento sanitário." (SOARES, 2021).

Quando se trata das obras no Tucunduba, temos diferentes estruturas, procedimentos e percepções, devido às trocas de poderes responsáveis por executá-las e planejá-las, e também das trocas a partir do acúmulo das lutas travadas na Bacia do Una. Ana Carolina Tavares (2021) chama atenção ao fato do Projeto Tucunduba, que foi executado até 2005, ter sido

diferente das outras obras de macrodrenagem na cidade, no que diz respeito a manter o rio com seu leito natural. "Em que pese a precariedade habitacional e carência de redes de saneamento, grande parte do curso d'água ainda é visto como rio e não apenas como canal de escoamento de esgoto" (TAVARES, 2021). Já no Projeto de Saneamento Integrado para a Bacia do Tucunduba, que se iniciou em 2008, foi paralisado em 2011 e foi retomado em 2014, havia a proposta de retificar o rio, e apesar de indicar o uso de concreto nas estruturas, mantiveram um revestimento de grama.

Para Ana Luiza Silva (2016), que hoje é uma das lideranças do Movimento Tucunduba pró Lago Verde, essas diferenças estruturais alteram os usos e interações dos moradores com o Tucunduba.

Na parte navegável do igarapé do Tucunduba, onde o talude natural é preservado, percebeu-se um lugar de interação, de encontro; já nos cursos d'água que foram retificados por meio de canalizações e convertidos em esgotos a céu aberto, existe um sentimento de afastamento e forte preocupação dos prejuízos que a água contaminada pode trazer. (SILVA, 2016, p. 107)

Sua pesquisa também chama atenção para além desses aspectos estruturais, o quesito da participação social dos moradores nesse processo, que estavam insatisfeitos com a obra em 2016 e a ausência de consulta a seus anseios (SILVA, 2016). Prática que se repete e perdura até os dias de hoje, quando falamos sobre essa relação da população com o Governo do Estado do Pará.

No início do mandato do governador Helder Barbalho (MDB), que se iniciou em 2019, foi feita a promessa de que a obra seria finalizada até 2022. Promessa registrada na fala de Ruy Cabral, secretário titular da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas (SEDOP) "O Governo do Estado assumiu a responsabilidade em terminar a obra, com responsabilidade e compromisso com o povo de Belém."⁴.

Em janeiro de 2021 o Governo do Estado finalizou dois trechos da obra de macrodrenagem do Tucunduba: rua São Domingos até rua Mundurucus, rua Mundurucus até rua 02 de Junho (TAVARES, 2021). E em janeiro de 2022, finalizaram o terceiro trecho, que começa na Rua 02 de Junho e vai até a Travessa Vileta. Já em janeiro de 2023, entregaram o último trecho previsto, que incluía o Canal da União e a Avenida Timbó. Não por coincidência, essas entregas foram feitas no dia do aniversário de Belém, em 12 de janeiro, como forma de amplificar o marco, a partir de um espetáculo político-midiático.

⁴ Matéria "Governo do Estado entrega trechos do Projeto de Macrodrenagem do Canal do Tucunduba, em Belém" no site da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas (SEDOP). Disponível em: <<https://www.sedop.pa.gov.br/noticias/governo-do-estado-entrega-trechos-do-projeto-de-macrodrenagem-do-canal-do-tucunduba-em>>. Acesso em: 20 Abr. 2022.

E com todo esse panorama construído até aqui, sobre o Tucunduba, suas obras e movimentos que o cercam, chegamos enfim ao Lago Verde. Este afluente localizado próximo à Rua São Domingos, que tem a Avenida Celso Malcher como um de seus principais acessos, vem sendo excluído dos projetos e obras que envolvem a Bacia do Tucunduba.

A área considerada mais precária pelos próprios moradores fica no canal do Lago Verde, um dos afluentes do igarapé Tucunduba, pela ocorrência frequente de doenças infecciosas que vitimam principalmente as crianças e os adolescentes, que costumam brincar, sem noção maior do perigo, às margens ou dentro do canal e das valas existentes nessa área. (ALVES, 2010, p. 101).

Para Gonçalves, Figueiredo Filho, Brito e Santos (2022), no que diz respeito à moradia, a Terra Firme vem passando por processos de regularização fundiária desde 2004, porém o Lago Verde vem sendo excluído deles, por causa dos riscos de alagamento que envolvem a área. As casas construídas na região, em geral, estão em cima ou muito próximas do curso d'água, o que dificulta esse processo de regularização, por exemplo. Segundo as interlocutoras da pesquisa, a região do Lago Verde é uma ocupação, as pessoas não têm título de terra, e apesar da Comissão de Regularização Fundiária (CRF) da UFPA já trabalhar há 10 anos na região para facilitar esse processo de titulação de terra, é algo lento e complexo, pois boa parte dos terrenos da Terra Firme pertence à União. Além disso, o acesso aos serviços de saneamento básico são precários, levando os moradores a improvisarem estruturas muitas vezes arriscadas.

Sobre a questão de saneamento, é importante destacar que ele é composto por quatro serviços principais: abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, drenagem urbana e coleta de resíduos sólidos. Também "(...) pode ser entendido como o conjunto de medidas que ao preservar ou modificar as condições do meio ambiente, buscam promover a saúde humana, prevenindo doenças e melhorando a qualidade de vida dos indivíduos." (MANDÍ, 2022, p. 4).

O estudo "Ranking do Saneamento do Instituto Trata Brasil de 2023", baseado nos dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS 2021), indica que no Brasil, apenas 51,20% do volume gerado de esgoto é tratado, o que corresponde a 5,5 mil piscinas olímpicas de esgoto jogados na natureza, diariamente (TRATA BRASIL, 2023). Ainda nesse estudo, Belém está na 95ª posição no ranking sobre o serviço de saneamento básico, considerando os 100 maiores municípios do Brasil, e já ocupa as piores posições há pelo menos uma década.

Ao observarmos o "Ranking dos 20 Piores Municípios", chama atenção que dez deles fazem parte da Amazônia Legal, apesar da região abrigar 20% das águas doces do mundo. O

que demonstra uma contradição própria do sistema capitalista e colonial que atravessa nossa região.

Tal relação vai ao encontro das características apontadas por Gohn (2014) e Scherer-Warren (2008) no que se refere à constituição dos movimentos sociais da América Latina e em especial na Amazônia, onde seu passado colonial (escravista e monocultor de intensa exploração), patriarcal (com forte influência autoritária, clientelista e populista), religioso (com hegemonia do catolicismo e de seus valores no processo de formação) e de intensos conflitos agrários (em decorrência de uma ampla concentração fundiária) são alicerces fundantes da sociedade. (MILHOMENS; GOHN, 2018, p. 251).

Somado a todo esse contexto histórico e de desigualdades urbanas, o mundo foi acometido pela pandemia da Covid-19, em março de 2020 e que só em maio de 2023 foi decretado o fim do estado de emergência pela Organização Mundial da Saúde (OMS).⁵ Como se não fosse o suficiente conviver com essa doença fatal, tivemos que lidar com um governo federal que propagava o negacionismo referente à pandemia, e adotava um dito tratamento precoce, que não possuíam reconhecimento científico. Como apontam Paiva e Martins (2022), em relação a esse período "(...) o desespero tornou-se o sentimento catalisador." (p. 5), o que acabou impulsionando o surgimento de "coletivos", uma forma, talvez, de tentar superar o contexto vivido.

Ainda em 2020, o Brasil passou por eleições municipais. Entre os candidatos à prefeitura, estava Edmilson Rodrigues (PSOL), que já havia sido prefeito de Belém em duas ocasiões, no período de 1997 a 2000, e 2001 a 2004. Além de ter sido responsável pelo Projeto Tucunduba, que tinha uma preocupação mais social e ambiental, seu governo também ficou marcado pelas dinâmicas de participação social na gestão da cidade, como foi o caso da aplicação do Orçamento Participativo, que funcionou entre 1997 e 2001, e do Congresso das Cidades, implementado de 2011 a 2004 (FARIAS, 2004). E, desde seu Plano de Governo essa é uma das características destacadas:

Os Planos de Bairro se constituirão em instrumentos dessa construção ao lado de um Sistema de Informações Municipais e mecanismos de participação direta, a exemplo de orçamentos participativos, isto é, congresso em que todos os cidadãos de Belém sejam consultados e deliberem sobre a cidade desejada, com a acessibilidade que será implantada em logradouros públicos, numa verdadeira democracia inclusiva.

Quando eleito prefeito, pela terceira vez, Edmilson Rodrigues confirma que vai lançar o projeto de participação popular para a cidade, e os moradores e lideranças do bairro da Terra Firme começaram a se articular. Ana Luiza comentou que

⁵ Informação obtida pela matéria "Decretado fim da emergência sanitária global de Covid-19. Acesso em 16 de Mai de 2023. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2023/05/08/decretado-fim-da-emergencia-sanitaria-global-de-covid-19>>.

Quando veio essa proposta, o Osvaldo (Vavá) que é morador antigo, me ligou e me explicou o que é o Tá Selado. 'Ana, o Tá Selado é um programa do Edmilson Rodrigues que ele já implementou nos anos anteriores. Ele tá trazendo representantes de bairro, nós vamos ser afunilados, para escolher como o orçamento participativo vai ser direcionado para demanda de urgência do bairro.

O Fórum Permanente de Participação Cidadã, o Tá Selado, é um processo de participação social, inaugurado em maio de 2021, que tinha o objetivo de reunir o governo e os moradores da cidade para avaliar as propostas prioritárias para a gestão da cidade. Elas seriam base para elaborar o Plano Plurianual (PPA), a Lei Orçamentária Anual (LOA) e um plano de longo prazo que denominaram "Belém 2035, 200 anos da revolução cabana".⁶ Por ter ocorrido em um período pandêmico, a prefeitura disponibilizou uma plataforma online, em que demandas e questões poderiam ser colocadas, e realizou plenárias de forma híbrida.

O processo foi dividido nas seguintes etapas:

- a) Plenárias Populares de Bairros, Ilhas e Setoriais - debate dos problemas locais e eleição de delegados(as);
- b) Plenárias dos Distritos e Setoriais - debate sobre as discussões feitas nas plenárias de bairros, ilhas e setoriais, para formar um plano distrital, que posteriormente iria compor o PPA;
- c) Assembleia Geral do Fórum Permanente da Participação Cidadã - reunião e debate das propostas aprovadas por cada segmento, e eleição dos Conselheiros(as) da Cidade;
- d) Caravana Belém Cidadã - visitas do prefeito e de uma comitiva de secretários e técnicos de órgãos municipais para acompanhar o início das obras demandadas via Tá Selado.

Como representante de jovens, que já haviam participado de formações da Mandí, me candidatei e fui eleita uma das delegadas do Tá Selado, no segmento de Saneamento e Meio Ambiente. E ao dialogar com outras pessoas que fizeram parte desse processo, foi possível perceber algumas questões e tecer críticas ao processo como um todo. Destaco aqui a dificuldade de se ter uma organização e comunicação transparente e planejada, que acredito ser o elemento mobilizador mínimo para garantir de maneira mais efetiva a participação social.

Mas, para além do ponto de vista institucional e burocrático, o Tá Selado acabou impulsionando, também, uma nova dinâmica relacionada à articulação, como pontuou Cleyton, um dos interlocutores da pesquisa. Para ele, "foi mais importante a questão da

⁶ Informações retiradas do site do Tá Selado. Disponível em: <<https://decide.belem.pa.gov.br/pages/faq>>. Acesso em 17 de Maio de 2023.

mobilização que gerou ali”, porque possibilitou ações independentes, formações e circulação de informações entre os fazedores de cultura. Os Tamuatás, que são um grupo independente, mas apoiam as mobilizações do Movimento Tucunduba Pró Lago Verde, acreditam que essa articulação na periferia é essencial. Cicilia Peruzzo (2009) entende os movimentos sociais populares como articulações de pessoas que se reconhecem como sujeitos de direitos, os quais, no entanto, lhes são negados.

Segundo Vavá, outro interlocutor da pesquisa, o Tá Selado foi um impulso para essa reorganização no bairro, que podemos entender como uma oportunidade política, que nos termos da teoria da mobilização de recursos é fundamental para o sucesso dos movimentos sociais, assim como a permeabilidade que as instituições políticas apresentam às suas pautas (MAIA, 2009). Também podemos entender este evento como um acontecimento singular, que na perspectiva de Quéré pode fazer emergir oportunidades e novas perspectivas de ação pública (STEINBRENNER; BRITO, 2018). A intenção não era apenas manter o debate sobre o Fórum, "Mas discutir além, de forma macro, outras questões sociais, sobre qualidade de vida." e é aí que a liderança considera que esse coletivo de pessoas se torna um movimento social.

Sobre esse aspecto, Ricardo Mendonça (2007) entende que não é possível explicar esse tipo de movimento só pelas vontades e interesses de indivíduos ou só pelas oportunidades do contexto histórico, mas pelo seu entrecruzamento. "Movimentos sociais emergem no encontro quase que inexplicável e imprevisível entre um conjunto de sujeitos (dotados de certas emoções e razões) e uma conjuntura sociopolítica, econômica e cultural." (MENDONÇA, 2007, p. 129). E, para o pesquisador, entender os movimentos a partir do conceito de "acontecimento" pode ser interessante para identificá-los enquanto uma descontinuidade que nos permite reinterpretar a realidade, tanto sobre o passado quanto em relação ao futuro.

O acontecimento mais geral (i.e., o próprio movimento social) desenrola-se em uma série de microacontecimentos (discursos, atos, manifestações), sem os quais aquele não existiria. Em uma dinâmica recursiva, é a própria ruptura proporcionada pelo surgimento de um movimento que permite a constituição de determinados discursos, interpretações e ações, sendo que estes são a própria base da existência da ruptura (MENDONÇA, 2007, p. 130).

Nesse sentido, Fraser (1992) acredita que a criação desses outros espaços, e produções próprias, propicia o surgimento de uma nova linguagem, que redefine as necessidades e identidades desses sujeitos, como forma de reduzir a desvantagem dos espaços de discussão e decisão institucionais, onde normalmente são excluídos, seja de maneira explícita ou implícita. Constrói-se o que os estudiosos denominam de "marcos da ação coletiva", uma

matriz de significação que orienta e é reinventada pelas ações dos sujeitos, que nesse caso tendem a ter um caráter contestatório ou alternativo, sendo um motor para a capacidade de mobilização dos movimentos sociais (MENDONÇA, 2007; SVAMPA, 2016).

Como já colocado anteriormente, há décadas esses espaços vêm sendo forjados por esse contrapúblico subalterno das baixadas de Belém. Seja no Tucunduba, ou mais especificamente na Terra Firme, como é possível ver através do MOTUAT e da Frente Prejudicados do Tucunduba, por exemplo.

O desaparecimento do MOTUAT da cena cidadina, não implica em uma derrota dos movimentos de luta pela moradia atuantes na bacia do Tucunduba. Ao contrário, representa o desenvolvimento de novas formas de organização e atuação que expressam um elevado patamar de acúmulo político resultante das experiências realizadas em conjunturas específicas (ALVES, 2010, p. 127).

Nesse sentido, apesar do Movimento Tucunduba Pró Lago Verde ser um acontecimento recente, a interlocutora Ana Luiza pontua que ele surge no interior da luta pela macrodrenagem do Tucunduba. Ou seja, é uma luta histórica, que emerge em uma conjuntura recente, compondo um novo ciclo de lutas, mas que se funda em uma bagagem ora trazida pelas próprias lideranças que já viveram essa realidade, como é o caso da Fafá e do Vavá, ora passada de pai para filha, como é o caso da Ana Luiza.

Assim, após uma reunião provocada por Vavá, os moradores do bairro se uniram e foram eleitos posteriormente como Delegados e Conselheiros do Tá Selado, pela Terra Firme, trazendo como pauta prioritária o saneamento do Lago Verde. Dentro do Movimento, houve o entendimento da necessidade de aprofundar o conhecimento técnico para conseguirem discutir com a prefeitura. Pensando nisso, chamaram a professora Myrian Cardoso da CRF-UFPA, que ajudou a construir oficinas para os conselheiros e lideranças do bairro, promovendo uma troca de conhecimentos acerca da regularização fundiária e a construção de um projeto socioambiental para o território. Vavá pontuou que a ideia é que não fosse um projeto igual ao do eixo central do Tucunduba, com duas vias largas e muitos moradores sendo removidos do local.

Depois de várias reuniões, debates e plenárias, ao final de 2021, foi aprovado, via Tá Selado, um orçamento de 1 milhão de reais para a Terra Firme, sendo 700 mil relacionados à obra do Lago Verde, e os 300 mil para levar drenagem e pavimentação para alguma rua do bairro. Em 2022, iniciou-se uma obra na Avenida Celso Malcher, de drenagem e asfaltamento, sob responsabilidade da prefeitura, em que as lideranças do Movimento reclamaram da dificuldade de uma comunicação mais transparente e direta com os responsáveis.

Durante a inauguração do terceiro trecho da Obra de Macrodrenagem do Tucunduba, promovida pelo governo do estado em janeiro de 2022, no aniversário de Belém, a população local cobrou a obra do Lago Verde, tanto para o Governador Helder Barbalho, quanto para o Prefeito Edmilson Rodrigues. Na ocasião, surgiu um certo burburinho, e o Secretário Ruy Cabral, da SEDOP, deu a entender que havia um interesse da secretaria em fazer essa obra, mas dependeria dos governantes. Essa informação, segundo as lideranças, pegou todos de surpresa, mas foram atrás para verificar a situação, e desse momento em diante, começaram a se mobilizar para tentar dialogar com a SEDOP.

É importante fazer um adendo sobre a questão do novo Marco Legal do Saneamento, onde a Lei Federal nº 14.026/2020 amplia a Lei nº 11.445/2007, que regulava o antigo Marco Legal do Saneamento. Por mais que se possa abrir uma ampla discussão sobre o processo, o foco é pontuar uma das alterações que impactam o desenrolar dessa obra no Lago Verde. Uma das lideranças do Movimento comentou que, na legislação, o município é o responsável pela construção e manutenção dos canais, porém como o Tucunduba tem grandes dimensões, seria preciso uma parceria com o Governo do Estado, para concluir esta obra. Como exposto na Figura 10, um dos principais eixos do novo Marco Legal é a possibilidade de compartilhamento da gestão entre estado e município.

Figura 10 - Alterações no novo Marco Legal do saneamento na Gestão dos Serviços Públicos

Funções	Lei nº 11.445/2007 Titular: Interesse local (município)	Lei nº 14.026/2020 - Regionalização Titular: Interesse comum ou por gestão associada
Planejamento	Indelegável	Compartilhado entre estado e municípios
Regulação	Delegável a órgão ou ente público	ANA (Normas de referência); Agências reguladoras estaduais, municipais e infranacionais
Fiscalização	Delegável a órgão ou ente público	ANA (Normas de referência); Agências reguladoras estaduais, municipais e infranacionais
Prestação	Direta (Lei nº 8.666/93 no caso de terceirização) ou delegada (Leis nº 8.987/98, nº 11.079/2004 e nº 11.107/2005)	Direta ou por concessão (fim dos contratos de programa)
Controle Social	Indelegável	Reduzido drasticamente

Fonte: Site Marco Legal do Instituto Água e Saneamento. Disponível em: <<https://marcolegal.aguaesaneamento.org.br/entenda-o-marco-legal/#regionalizacao>>. Acesso em 31 de Maio de 2023.

Estando presente em conversas com responsáveis pela pasta de saneamento, foi colocado que o município não conseguia acessar recursos federais para saneamento, até o ano de 2022, pois era preciso se adequar a esse novo marco regulatório. Segundo o Instituto Água e Saneamento (IAS), "1.632 municípios dos estados que não aprovaram leis de regionalização do saneamento: Acre, Goiás, Minas Gerais, Pará, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e também os próprios governos desses seis estados."⁷. Atualmente se discute uma mudança na lei, que entre outras coisas, possa retirar essa obrigatoriedade, para assim Belém conseguir ter acesso a esses recursos.

De qualquer forma, quando o ponto focal de decisão, relacionada à obra, mudou da prefeitura para o governo do estado, o Movimento Tucunduba Pró Lago Verde enfrentou, e ainda enfrenta, muito mais dificuldade para participar do processo da obra desde a sua concepção e planejamento. As lideranças comentam que pediram para a prefeitura mediar a situação, já que a proposta começou dentro do Tá Selado, que mesmo com dificuldades, havia maior chance de diálogo. Porém foi alegado que não conseguiam interferir muito no processo. O Movimento também articulou reuniões com a SEDOP, contando inclusive com a parceria da professora Myriam Cardoso, em alguns casos, para apresentar o projeto construído por eles, mas não houve de fato uma interlocução e uma escuta ativa dos pedidos e anseios dos moradores do bairro.

No 407º Aniversário de Belém, em janeiro de 2023, durante a entrega do 4º trecho da Obra de Macrodrenagem do Tucunduba, o Governador Helder Barbalho assinou a Ordem de Serviço para dar início oficialmente às obras do Lago Verde. Vavá comentou que ninguém do Movimento foi chamado para dialogar ou mesmo ter um espaço de fala durante o evento. Então, ao invés de ir para essa inauguração, mesmo que para fazer protestos ou perguntas, decidiram marcar esta data de outra forma, às margens do Tucunduba, que junto a outras táticas e estratégias de ação, será discutido nos próximos subcapítulos.

3.2 AS ESTRATÉGIAS DE ORGANIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO

Aterrar os rios que cortam e conformam a cidade talvez seja uma forma de tentar apagar os traços de uma Amazônia que restou e resistiu às incursões coloniais e modernas. E com isso, reprimindo uma cultura popular, que tem raízes naquele território, tratando-as como práticas irracionais e de menor valor. O discurso e poder colonial-moderno pauta uma dualidade entre o Eu e o Outro, a partir das origens étnicas-raciais e sexuais. O Eu representa

⁷ Informações disponíveis em: <<https://www.aguaesaneamento.org.br/decretos-para-o-saneamento-basico/>>. Acesso em 31 de Maio de 2023.

o homem europeu, colonizador, moderno e das grandes cidades, e o Outro os povos originários, colonizados e que vivem no campo (COSTA, 2015; MARTÍN-BARBERO, 2018; SANTOS, 2020)

Daí surgem as ideias de fantasia sobre a origem e a identidade desse "Outro", que parte do ponto de vista do colonizador, instituindo que a única forma de existência seja a partir de um estereótipo e identidade rígida, atrelada ao passado, e que só pode ser consumida em forma de simulacros, sem muita abertura para ser, de fato, vivida. Há um desencantamento do mundo, que separa e diferencia a cultura, da minoria e da maioria, das relações pautadas pela razão e sentimentos, e conseqüentemente, a convivência com a natureza e o espaço.

Martín-Barbero (1998) acredita que esse tipo de estruturação da cidade destrói as identidades coletivas, nos deixando sem base cultural e gerando, assim, uma grande angústia e uma desconfiança com o “outro”. Isso está diretamente relacionado, a seu ver, à dificuldade de nos reconhecermos na diferença “do que o outro tem como horizonte vital, estético ou político” (MARTÍN-BARBERO, 1998, pg.6).

A perspectiva relacional da comunicação considera a dimensão sensível e o processo interativo como constituintes. Segundo Vera França (2016), esse recorte permite ver a comunicação para além do viés funcionalista, que a resumia a uma dinâmica de transmissão de informação. A pesquisadora destaca, ainda, quatro pilares dessa concepção de comunicação: *a comunicação como uma prática*, enfatizando a dimensão da identificação, caracterização, seleção e escolha em nossas ações; *uma interação que produz experiências*, na qual estamos continuamente afetando e sendo afetados pelas ocorrências ao nosso redor; *a comunicação como uma relação com o outro*, entendendo o processo de forma circular; *a linguagem como mediadora da nossa interação com o mundo*.

A palavra “comunicação” vem do latim *communicatio* e pode ser compreendida como “pôr-se em comum”, ultrapassando a noção, também, de diálogos verbais. Ela é “uma forma modeladora (organização de trocas reais) e um processo (ação) de pôr diferenças em comum, sem que processo e ação possam ser considerados como arbitrários (de livre escolha) por parte dos indivíduos” (SODRÉ, 2014, p. 193). Martin Buber (2001) argumenta que não existe um “EU” sozinho, sem estar em relação, apenas um “EU-TU” e “EU-ISSO”. “No começo é a relação” (BUBER, 2001), e relação é reciprocidade, na qual vivemos e nos encerramos nela.

Muniz Sodré (2014) defende que a melhor forma de descrever esse processo é a partir da “vinculação”, já que ela traz o sentido de obrigatoriedade, propondo que não há uma escolha estar ou não em comum. A comunicação necessita de um vínculo estrutural e originário, advinda da partilha, com o “Outro”, a partir do comum, que é um vazio gerativo,

um “lugar” acionado pela mesma língua. É algo que concerne a muitos e é “público” (SODRÉ, 2014).

Ainda que poluído, existem diferentes relações da população com o Tucunduba, como pescar e tomar banho no rio, o que pode colocar essa população mais próxima ao ritmo lento no espaço urbano. São as práticas cotidianas que os moradores pobres, de zonas urbanas “opacas”, parecem utilizar para subverter as lógicas impostas aos territórios e reavaliar a tecnosfera e a psicofera do espaço, escapando do totalitarismo da racionalidade (SANTOS, 2020).

A tecnosfera, segundo Santos (2020), é a parte mais estrutural, enquanto a psicofera é o lugar da produção de sentido, que pode estimular o imaginário. Para o autor, são os pobres que mais olham para o futuro, na busca de outros caminhos, e eles o fazem justamente na esfera comunicacional, onde são fortemente ativos. Nessas brechas urbanas e a partir do processo comunicativo, que é instituidor de sentidos e relações (FRANÇA, 2001), é que estaria um lugar fértil para se construir uma outra perspectiva de cidade?

A comunicação pode ser vista como "um processo de organização de perspectivas compartilhadas, direcionando as ações e as interações entre sujeitos" (MAFRA, 2010, p. 114). Sendo uma prática recursiva, que quebra a linearidade, e não apenas como uma ferramenta de divulgação de informações, Rennan Mafra (2010) propõe pensar, então, a mobilização social, como um processo tecido intersubjetivamente, e de caráter eminentemente comunicativo.

Como pudemos acompanhar a trajetória das lutas que compõem o Tucunduba, ela sempre foi composta por uma articulação de atores sociais diferentes, sejam eles moradores dos bairros envolvidos, ou de partidos políticos e outros movimentos solidários às lutas do território. Milhomens e Gohn (2018) chamam esse emaranhado de atores locais, regionais, nacionais e internacionais de redes de mobilização. Para os pesquisadores, são eles os responsáveis pela visibilidade e organicidade das lutas coletivas da região amazônica, promovendo debates, reuniões e produções midiáticas, por exemplo.

No Movimento Tucunduba Pró Lago Verde não é diferente, e tende a ganhar outras proporções se considerarmos: a influência da internet e a criação de redes virtuais; a conjuntura do Brasil e da Amazônia; alta visibilidade da pauta socioambiental, especialmente em Belém, que está concorrendo para ser a próxima sede da COP30.

Tendo como referência os depoimentos de lideranças, as vivências de campo e observando alguns grupos de whatsapp e as redes sociais, foi possível sistematizar o seguinte sobre a rede de mobilização envolvendo o Movimento:

- a) dentro do aspecto mais formal, no Tá Selado, são 6 Conselheiros da Cidade, 3 mulheres e 3 homens, representando o bairro da Terra Firme, e que compõem o Movimento Tucunduba Pró Lago Verde;
- b) o núcleo do Movimento é composto por aproximadamente 20 pessoas, que são as mais atuantes e estão envolvidas mais diretamente nas ações e reuniões com o poder público, por exemplo;
- c) existem cerca de 80 pessoas compondo uma rede expandida do Movimento. Entre elas moradores e lideranças da Terra Firme, ativistas e pesquisadoras apoiadoras da causa;
- d) há uma rede de mais de 20 atores sociais, entre eles: Movimentos Sociais, Centros Comunitários, Igrejas, Universidade, ONGs, Coletivos, Mandatos Políticos e Instituições Jurídicas.

Para manter o Movimento e os moradores articulados, as lideranças fazem reuniões virtuais e presenciais, e mantêm uma comunicação frequente pelo whatsapp, sendo elas de caráter mais público ou interno do próprio movimento. Quando há demandas mais específicas, vão se criando Grupos de Trabalho, para conseguir dividir e realizar as tarefas de forma mais inteligente.

Ainda que haja a necessidade de se sistematizar esse movimentos, para que possam se tornar reconhecíveis, e tentando formar uma coerência e unidade, estes são agrupamentos heterogêneos (MENDONÇA, 2007). Segundo as lideranças, nesse grupo maior, onde se encontraram diversos moradores do bairro e do Lago Verde, há divergências partidárias, por exemplo, o que acaba atrapalhando na hora de frequentar reuniões de grupos diferentes.

Tendo um breve histórico de acompanhamento dessas articulações em torno do Tucunduba, enquanto observadora participante, é inevitável perceber como essas divergências saltam não apenas nos discursos, mas no desenho e nas dinâmicas das audiências. Quando, por exemplo, observamos lideranças do bairro que sentam ou ficam próximas aos representantes do governo do estado, funcionários das empresas terceirizadas responsáveis pelas obras, com um clima mais amistoso entre eles, refletindo também em falas mais alinhadas ao governo. Enquanto outros fazem questão de manter a distância, e proferem falas mais enérgicas, ou de cobrança de mais informações sobre o projeto, e como isso afetará suas vidas.

O Movimento também possui um calendário de lutas, que inclui desde reuniões com secretarias, órgãos públicos, coletivos à formação das lideranças sobre temas variados: classes sociais, desequilíbrio climático, questões raciais, entre outros. Dentro desse ecossistema de atores (Figura 11), acho importante destacar dois deles: a Comissão de Regularização

Fundiária da Universidade Federal do Pará (CRF-UFPA), e o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB).

Figura 11 - Ecossistema de Atores ligados ao MTPLV



Fonte: produção da autor., 31 de Maio de 2023

Como exposto anteriormente, a professora Myriam Cardoso, foi convidada para apoiar a mobilização do Movimento ainda em 2021, e ela possui uma atuação singular nesse processo de mobilização, concatenando diversos espaços em que atua. Seja representando a CRF-UFPA, enquanto coordenadora, sua posição enquanto professora e pesquisadora da UFPA, ou coordenadora Associação Amazônica Cultural Boi Marronzinho, promove debates sobre direito à moradia e regularização fundiária nas reuniões e oficinas com a população, estimula estudos e produções acadêmicas sobre a área do Lago Verde, trazendo também a arte e a cultura popular como um elemento importante de expressão e reflexão. Além de se dispor a estar nos diálogos com o poder público e nas audiências que envolvem a questão da obra.

Acolhendo a demanda do Movimento Tucunduba Pró Lago Verde, começaram a discutir como queriam e imaginavam o Lago Verde, fazendo oficinas participativas para munir os moradores de um conhecimento mais qualificado e técnico, para que pudessem assumir uma futura comissão de fiscalização da obra, além de construir o "Projeto Socioambiental do Lago Verde". Isso tudo a partir da segunda metade de 2021 e durante o ano de 2022.

Após quase um ano, sem sucesso, tentando dialogar com a SEDOP, na tentativa de entender e participar da construção do projeto de macrodrenagem do Lago Verde, o Movimento decide convocar uma Audiência Pública para o dia 10 de fevereiro de 2023. A intenção era pressionar a Secretaria para que apresentassem o projeto de obra que estavam desenvolvendo, e também abrir espaço para que a comunidade e o Movimento compartilhassem seus anseios e o Projeto Socioambiental desenvolvido por eles. Como

estratégia de mobilização, as lideranças decidiram realizar reuniões preparatórias com os moradores. Em um post nas redes sociais⁸ do Movimento Tucunduba Pró Lago Verde estava escrito o seguinte:

Para o sucesso de nossa audiência faremos três reuniões preparatórias com as comunidades, apresentando e discutindo o projeto e chamando as comunidades para a grande audiência. É nessa audiência pública que vamos (comunidades e lideranças) apresentar ao governo nosso projeto, acreditando na sensibilidade e a aceitabilidade pelo governo do estado. Data das reuniões preparatórias: Dia 18/1 (19h) - Associação Gabriel Pimenta; Dia 24/1 (19h) - Igreja de Guadalupe, na Pass. Moraes; Dia 27 (19) - Escola Nuremberg

Estando em uma das reuniões preparatórias para a Audiência Pública (Figura 12), pude acompanhar a apresentação do projeto socioambiental, desenvolvido a partir dessa parceria entre Movimento Tucunduba Pró Lago Verde e UFPA, e destaco aqui algumas características compartilhadas:

- a) o projeto foi desenvolvido de acordo com as diretrizes da regularização fundiária, atendendo às questões ambientais. A proposta é tirar o mínimo de pessoas possíveis da região;
- b) querem que sejam construídas vias que privilegiam os pedestres, sem o uso de asfalto e concreto, promovendo uma vida com mais qualidade e conforto térmico, além de ser melhor para o processo de escoamento da água;
- c) Projeto Recicla Feira - objetivo de desenvolver ações de educação, formação e gestão sustentável em atividades de geração de renda, a partir da: implementação do laboratório popular e comunitário, com pontos de apoio; realizar oficinas para empreendedores socioambientais; promover circuitos de negócios e moeda socioambiental; executar iniciativas de melhorias habitacionais e sanitárias com materiais e técnicas sustentáveis;
- d) Projeto Lago Verde - desenvolver ações de planejamento participativo e sensibilização para elaboração do corredor socioambiental do lago verde, que está ancorado nas premissas do direito ao meio ambiente, à vida com civilidade, à cidade e moradia adequada, considerando espaços de área verde, lazer e cultura no território.

Ter estado nessa reunião, na Associação Gabriel Pimenta, que fica colada ao curso d'água do Lago Verde, foi empolgante, por ver a quantidade de moradores presentes e interessados em discutir a cidade, em uma quarta-feira à noite, que somavam em torno de 30 pessoas. Conversando com as lideranças, elas relatam a oscilação de participação dos

⁸ Post Reunião Preparatória para a Grande Audiência Pública sobre a Obra do Lago Verde. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CnkaGDtuzMp/>>. Acesso em 20 de Maio de 2023.

moradores e a dificuldade de mantê-los mobilizados. Segundo Vavá, isso não é um problema de hoje, e acredita que se deve à descrença no poder público, ao individualismo e também porque acham que os Conselheiros estão sendo pagos para fazer esse trabalho. Ana Luiza pondera também sobre o psicológico dos moradores, "como o morador vai participar de uma luta que ele sabe que vai ser remanejado de lá?".

Figura 12 - Reunião Preparatória para Audiência na Associação Gabriel Pimenta



Fonte: acervo da autora, 18 de Jan. 2023.

Em relação ao remanejamento, é importante destacar a participação e parceria do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB). Como dito tanto nas entrevistas quanto nas audiências públicas, o MAB vem marcando presença e fortalecendo a luta no Lago Verde, participando não só dos eventos públicos, quanto das reuniões semanais. Em uma postagem⁹ do Movimento Tucunduba Pró Lago Verde, eles sinalizam que como a futura obra de macrodrenagem do Lago Verde prevê remanejamento dos moradores, é importante haver uma formação para atuar sobre essa questão. Isso demonstra uma capacidade de permanente rearticulações, e que para Milhomens e Gohn (2018) possibilitam a criação de novos repertórios de resistência.

Em sua cartilha sobre a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB), reconhece como detentoras de direitos às populações atingidas, todas

⁹Postagem disponível em: < <https://www.instagram.com/p/CdrUejuqwY/>> Acesso em 22 de Maio de 2023.

aquelas, que proprietárias ou não de imóvel rural ou urbano, tenham sido desapropriadas. Destaco aqui um trecho em que o PNAB sintetiza o que entendem por atingido: "Todos aqueles que se virem sujeitados aos seguintes impactos – sem o conceito restritivo de “polígono do empreendimento” (previsto no Decreto 7.342/2010): **I. Perda de propriedade ou da posse de imóvel;** (grifo nosso)" (MAB, 2022, p. 20).

Quando perguntei para Jane se ela considerava que o processo e os avanços na luta da Terra Firme estão interligados, e contribuem com o que está sendo discutido na região amazônica, ela respondeu que:

Sem dúvida, as lutas estão interligadas. Muitas das vezes através da ligação com a dor, com o sentimento de invasão. Os governos chegam com políticas públicas sociais sem respeitar a luta que já existe, e sem ouvir aqueles que estão lutando por mudanças sociais, mudanças de moradias, em defesa dos territórios aos quais pertencem. Então estamos ligados pela mesma dor, pelo mesmo sentimento.

E ainda que siga em curso o aterramento de espaços de convivência, onde "A cidade como origem e finalidade da vida social, como espaço de convivialidade, pode estar ficando para trás diante de sua iminente aproximação com o estado de barbárie, ou seja, o de fim total da civilidade." (SODRÉ; PAIVA, 2019, p. 7), conseguimos perceber que as redes de indignação e esperança continuam sendo tecidas. Sejam nos rios, no asfalto, no campo, na cidade ou ainda nos meios virtuais. E é falando sobre as estratégias de comunicação que iremos encerrar este capítulo.

3.3 COMUNICAÇÃO, RESISTÊNCIA E CRIATIVIDADE

Em seu livro *Cidades Rebeldes*, David Harvey (2014) afirma que o direito à cidade é um direito coletivo de reinventar a cidade. Como, então, o Movimento Tucunduba Pró Lago Verde vem se apropriando e interferindo nesse território? Aqui a intenção é refletir sobre as estratégias comunicativas utilizadas para mobilizar os mais diversos atores da cidade a partir da relação entre o espaço e os movimentos sociais, considerando a materialidade como uma condição e um convite à ação (SANTOS, 2020), avançando então, nas reflexões da mobilização, logo, dos processos comunicacionais que compõem o espaço.

Segundo MARTÍN-BARBERO (2004), a modernização urbana se identifica muito com o paradigma informacional da comunicação, que é centrado no fluxo. Sendo assim, a maior preocupação, na hora de propor cidades, parece residir mais na conexão e circulação dos cidadãos do que na promoção do encontro. "Não é difícil ver aqui a conexão que liga essa descorporização da cidade com o cada dia mais denso fluxo das imagens, desvalorizando e até substituindo o intercâmbio de experiências entre as pessoas." (MARTÍN-BARBERO, 2004, p.

289). E essa perda de referencial tende a causar uma insegurança que vem da angústia cultural e pauperização psíquica. Onde o capital reordena o sentido do encontro e a circulação das pessoas acaba tendo um uso mais funcional da cidade.

Mas, é olhando e vivenciando o dia a dia, que enxergamos as rupturas e as diferentes formas de ressignificar esse modo de pensar e estar no mundo moderno-colonial. Ainda que haja o crescimento veloz do não-lugar, de forma mais lenta "(...) os imaginários coletivos arrastam, conservam marcas e restos do lugar que intensificam as contradições entre velhos hábitos e novas destrezas, entre ritmos locais e velocidades globais." (MARTIN-BARBERO, 2004, p. 273).

Para Arturo Escobar (2005) o "lugar" ficou esquecido com o "frenesi da globalização", mas ele é fundamental para sua própria recriação, para a cultura, o conhecimento, a natureza e a economia. Podendo ser entendido "como experiência de uma localidade específica com algum grau de enraizamento, com conexão com a vida diária, mesmo que sua identidade seja construída e nunca fixa" (ESCOBAR, 2005, p. 69), o lugar é possível de ser construído como um projeto, que pode transformar o imaginário e o conhecimento local.

Como coloca o autor, não devemos pensá-lo enquanto uma panacéia, de forma pura e livre de dominação. E aqui a intenção não é a de romantizar a cultura ribeirinha e essa outra relação com o rio, porém, será que permitir a existência desses corpos d'água de maneira menos utilitarista seria uma forma de, não apenas se adaptar melhor aos efeitos da crise climática, como também de criar um "espaço para as coisas vagas"? Nas palavras de Paul Valéry isso significa:

O lugar onde as coisas não têm uma função predeterminada, não ganham importância só porque geram renda ou impactam a economia, mas porque possuem valor humano, fazem chorar, rir, provocam curiosidade, rejeição, autoconhecimento. Sendo o espaço da não função, ele funciona também como resistência, transgressão e oposição ao poder constituído, e portanto abre aos cidadãos a necessária ideia de renovação dos direitos, não só a observância dos já constituídos (apud PORTO, Marta, x, p.40).

Com a instalação de uma sociedade do desempenho, nos termos de Byung-Chul Han (2017), se constitui o imperativo da produtividade, no qual a preocupação pela sobrevivência ganha mais espaço do que a preocupação pelo bem viver. Onde, com a aceleração e a hiperatividade o futuro se encurta e o excesso de cansaço nos isola e fragiliza os vínculos com a comunidade. E pode ser interessante recorrer ao Manifesto Curau, de Vicente Cecim (1981), no qual ele faz um chamado a uma reinvenção cultural, a partir de uma dimensão poética e política, tendo o imaginário como um lugar frutífero para nos livrarmos das amarras impostas pelos colonizadores.

Sob esse aspecto, dentro das bandeiras de luta do Movimento Tucunduba Pró Lago Verde, é interessante perceber que para além da questão socioambiental, de saneamento e moradia, o aspecto cultural aparece entrelaçado nesse processo de mobilização. Há uma cobrança latente por infraestrutura de saneamento no bairro, entre o setor da cultura da Terra Firme, para que se possa desenvolver as atividades. Além disso, Cleyton dos Tamuatás acredita que fazer arrastões culturais e letras de Carimbó, que trazem a realidade dos moradores da periferia, “é um momento de celebração e ao mesmo tempo de questionamento”, uma forma de desnaturalizar a ausência de direitos daquelas pessoas, e também de discutir política de forma mais leve, tentando também resgatar a esperança e a mobilização.

Segundo Marta Porto (2019), essa dimensão humana, que afeta a subjetividade, é tão desprezada, atropelada pelas noções de "desenvolvimento", que colocam apenas no capital, no consumo e na cultura do espetáculo as chaves para pensar o futuro. E para reinventar "os sonhos que moldam o mundo", dando sentido ao "estar juntos", se deveria dar um maior destaque para a comunicação e a cultura, como áreas que podem contribuir na formação de uma sociedade. Para a autora, se consideramos que não há sociedade sem construção de símbolos, "a comunicação é o espaço onde se afirma publicamente valores e atitudes coerentes com uma visão de sociedade que se pretende construir." (PORTO, Marta, 2019).

Os movimentos sociais sempre se utilizaram da comunicação de acordo com as possibilidades de cada época (PERUZZO, 2009). Se antes se utilizavam de faixas, gritos de guerra e atos de rua, hoje o Movimento Tucunduba Pró Lago Verde amplia e constrói uma variedade de estratégias de comunicação, baseadas em uma vinculação cultural e ecológica, desde de seus territórios, e de forma transmidiática.

Segundo Rousiley Maia (2008), diversos autores da teoria da mobilização política entendem que não basta ter uma causa justa, mas é preciso criar ideias e símbolos que possam ser comunicados de forma atrativa. A pesquisadora assinala, ainda, que os símbolos culturais não são suficientes para promover uma mobilização sozinhos, porém a partir de uma agência, as ideias são transformadas em marcos referenciais, que para os autores das teorias da identidade coletiva e do reconhecimento, são constituídos intersubjetivamente. Para que os discursos, atos e manifestações dos movimentos sociais caminhe para a transformação social, refundando da sociedade, ou alterando seus padrões de reconhecimento, é preciso sustentar um diálogo ou discussão pública (MAIA, 2008; MENDONÇA, 2007).

Com a imponente dos *media* em nosso cotidiano, houve uma transformação no processo de reivindicações sociais, estabelecendo uma luta por visibilidade nesse espaço,

almejando um reconhecimento público que possa servir de apelo à mobilização e também influenciar a esfera política (HENRIQUES et al., 2013; MAIA, 2008). Para John Thompson (2014) a luta por visibilidade está no centro das turbulências sociopolíticas da contemporaneidade, e a mídia pode politizar o cotidiano “tornando-o visível e observável em maneiras que antes não eram possíveis” (THOMPSON, 2014, p.311), alargando a influência das ações para além da perspectiva local.

Os *media* proporcionam o contato de lógicas e razões diversas, a partir de diferentes atores sociais. Não importa apenas a visibilidade, mas também a chance de estabelecer o debate, trocar opiniões e argumentos, funcionando como uma arena discursiva, onde os atores cívicos despendem um esforço para que os profissionais de mídia adotem seus enquadramentos. (MAIA, 2008). Ainda sobre esse ponto, Nancy Fraser (1992) diz que, mesmo que se tente colocar a esfera pública como um espaço neutro, segundo a concepção burguesa, os meios de comunicação funcionam como um suporte para difundir a visão de um determinado grupo, ou seja, defender interesses privados.

Podemos ter um exemplo disso no século XIX, com a imprensa pressionando os governantes, a depender de sua afinidade, para que o progresso fosse emplacado, e houvesse uma mudança no contato com as águas e o esgoto (ALMEIDA, 2010). Mas também nas manchetes de jornais do século XXI, que ao se deparar com eventos extremos e as inundações na cidade de Belém, acabam na maioria das vezes responsabilizando a população que mora ao entorno dos canais. Desconsiderando a complexa relação da construção da cidade, e da própria condição desses moradores que no caso, são as mais vulnerabilizadas e afetadas por todo esse processo (SOARES; CRUZ, 2019).

Em um artigo sobre as inundações na Bacia do Una, os pesquisadores Pedro Paulo Soares e Sandra Helena Cruz (2019) pontuam que os enquadramentos midiáticos são atravessados pelas relações de poder, que acabam impactando na percepção e compreensão sobre a questão. Sobre uma reportagem relacionada às fortes chuvas e inundações de 2005, eles afirmam que se estabelece o arremesso de lixo doméstico como causa da situação.

O discurso opera através de uma linguagem ambientalizante (LEITE LOPES, 2006), na medida em que busca distribuir a responsabilidade pela preservação do meio ambiente com os moradores das áreas de influência de canais na Bacia do Una. Esta perspectiva é transformada em uma questão de cidadania, sendo mediada por discursos que evocam a necessidade da difusão de uma 'educação ambiental' cujo alvo são camadas mais pobres da cidade (SOARES; CRUZ, 2019, p. 5).

Para os pesquisadores, a mídia hegemônica raramente menciona os problemas de infraestrutura ou falta de manutenção nos canais, colocando as inundações sempre como algo

isolado. Esse talvez seja um dos motivos pelo qual Ana Luiza pontua que algumas pessoas do Movimento não gostam de envolver a mídia, mas ela acredita que é uma importante forma de pressionar o poder público a ser mais transparente e responder às demandas colocadas. E afirma que tem uma boa relação com os meios de comunicação local, para acioná-los quando necessário.

Segundo Henriques et al. (2013), ainda que a visibilidade seja um fator relevante, é importante que a comunicação possa gerar e manter vínculos, e assim ser uma propulsora de uma transformação social. Nesse caso, é preciso articular os seguintes pontos: **difusão de informações, promoção de coletivização, registro de memórias e fornecimento de identificação com a causa.**

Considerando a **difusão de informações** para que as pessoas possam conhecer a causa e o Movimento Tucunduba Pró Lago Verde, podemos enxergar isso desde as postagens nas redes sociais, às mensagens em grupos de WhatsApp e caminhadas e intervenções urbanísticas em torno do Lago Verde. Manuel Castells (2013) acredita que a conexão multimodal é uma das características dos movimentos sociais contemporâneos. Para o autor, essa forma de se conectar inclui redes sociais online, offline e redes preexistentes e/ou formadas durante as ações do movimento. Eles acabam combinando dois tipos diferentes de experiência, propiciando o surgimento de um "tempo atemporal", que "É um tempo emergente, alternativo, constituído de um híbrido do agora com o para sempre." (CASTELLS, 2013, p. 162).

Para ilustrar essa questão, penso na realização da cobertura por meio de *lives* no Instagram, ou mesmo publicação de fotos no *status* do WhatsApp, onde a pessoa responsável ao mesmo tempo divulga o que está acontecendo em tempo real, e já recebe contribuições de pessoas que fazem parte da rede do Movimento. Em uma de minhas incursões de campo, pude acompanhar o caso de um morador que fez um comentário no *status* de WhatsApp de uma das lideranças, com a intenção de criticar o processo pouco participativo que a Prefeitura estava estabelecendo durante a obra da Celso Malcher. Na ocasião, a pessoa comentou comigo sobre como os moradores estavam atentos e cobravam também quem está à frente do Movimento, se tornando uma nova forma de participação social. Essa situação corrobora com o conceito de "ativismo transmídia", cunhado por Lina Srivastava (2009), que representa um fenômeno contemporâneo facilitado pelo uso crescente de aparelhos eletrônicos portáteis, permitindo "(...) pessoas entrarem em contato umas com as outras e criarem grupos virtuais em torno de temas de interesse comum, seja para trocar experiências, resolver problemas ou aliar-se à luta por uma causa social." (GREGOLIN, 2012, p. 9).

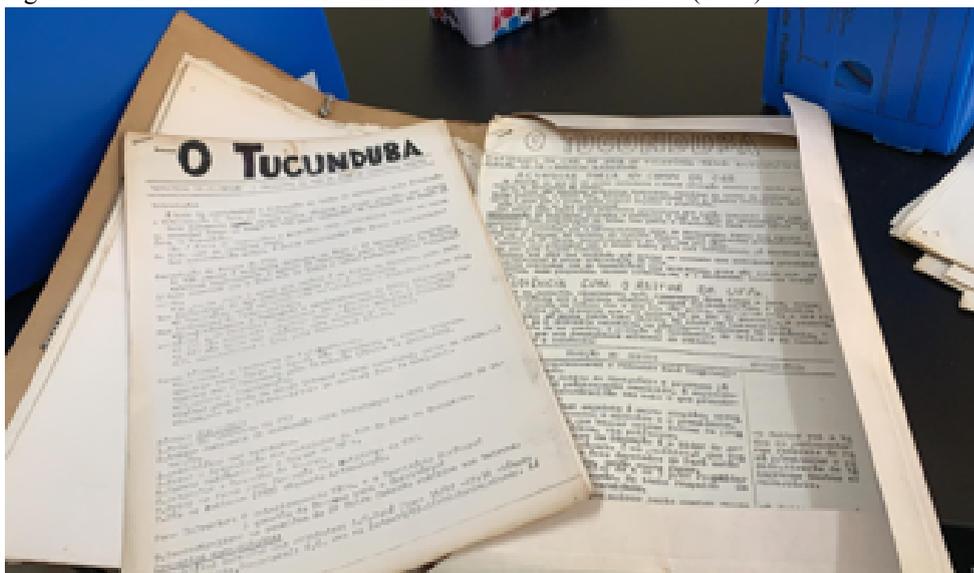
Em uma postagem do Instagram, de uma reunião semanal do Movimento Tucunduba Pró Lago Verde com o Movimento dos Atingidos por Barragem, pontuam a importância de usar as redes para divulgar não só os eventos futuros, mas também os resultados das lutas empreendidas no Lago Verde. O que vai ao encontro com a perspectiva de Toro e Werneck (2004) ao dizerem que essa atitude é importante para manter o entusiasmo de quem já participa da luta, e também para estimular a vinda de outros participantes.

Segundo Ana Luiza, as lideranças do Movimento reconhecem a importância da comunicação, mas acham que poderia ser mais bem trabalhada, com uma equipe focada em uma produção mais qualificada. "Por exemplo, ontem teve reunião na Defensoria, então se tivesse alguém que pudesse estar lá, fazendo uma transmissão ao vivo, ou redigindo um texto para ser postado, seria uma boa.", comenta a liderança, que diz que há uma pessoa que colabora pontualmente com comunicação do Movimento, mas que, segundo minhas observações e inserção no campo, é quem acaba assumindo essa função, no dia a dia, ao mesmo tempo em que está fazendo as articulações e reuniões pelo bairro.

As lideranças do Movimento Tucunduba Pró Lago Verde consideram as atas de reunião e ofícios protocolados nas instâncias públicas como um importante meio de comunicação. Mas sobre o aspecto de **registro de memória**, as interlocutoras da pesquisa pontuaram que não há um acervo único e sistematizado dessas memórias.

Em contato com o acervo do PARU (Figura 13), é possível encontrar ofícios, documentos de reivindicações, atas de reunião, boletins de notícias e também documentos de estruturação estratégica do Movimento pela Titulação e Urbanização da Área do Tucunduba (MOTUAT). Esses documentos são importantes para conseguirmos visualizar as demandas dos moradores da região, e manter vivo esse percurso de luta no bairro que desagua, em 2021, no Movimento Tucunduba pró Lago Verde.

Figura 13 – Documentos de Movimentos Sociais no Tucunduba (1969)



Fonte: Acervo PARU. Imagem capturada em 5 de Mai. 2022.

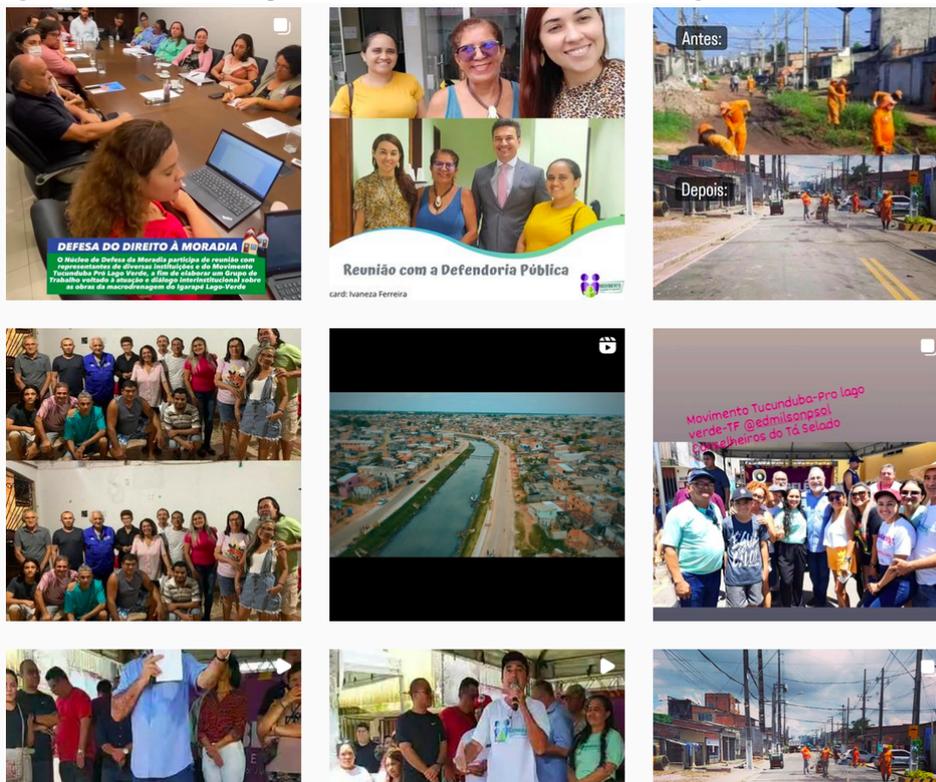
Além disso, esses registros são uma forma de comprovar a existência de um pensamento organizado e estratégico, para além das instâncias oficiais. É a conformação do que Nancy Fraser (1992) chama de contrapúblicos subalternos, que seriam cenários discursivos paralelos, em que esses grupos criam e circulam contra discursos, a partir de suas próprias vivências e interpretações. Segundo a autora, "Esta historiografia (revisionista) registra que membros de grupos sociais subordinados - mulheres, trabalhadores, gente de cor e homossexuais e lésbicas- em várias ocasiões encontraram as vantagens de construir públicos alternativos." (FRASER, 1992).

Uma das lideranças compartilhou a vontade de escrever um livro, de forma colaborativa, sobre esses Movimentos da área do Tucunduba e da Terra Firme, pois normalmente essa história está espalhada, ou são realizadas pesquisas feitas por pessoas sem proximidade com o bairro e suas lideranças, e não há um efetivo retorno para o Movimento ou moradores. Henriques et al. (2013) pontuam que:

A existência de um banco de dados e outros modos de organização do acervo e da memória do movimento com o intuito de registrar sua trajetória é também fundamental para fortalecer a mobilização. É importante que este acervo seja acessível, disponibilizando suas informações e servindo como uma verificação de pertinência de algumas iniciativas, com base nos resultados obtidos, colocando-se como uma referência para ação (HENRIQUES et al., 2013, p. 23).

Mas podemos acompanhar um esforço nesse sentido, se acompanharmos as redes sociais do Movimento Tucunduba pró Lago Verde para o bairro da Terra Firme, como é possível constatar na Figura 14, que mostra o *feed* do MTPLV no *Instagram*.

Figura 14 - Feed do *Instagram* do Movimento Tucunduba Pró Lago Verde



Fonte: *Instagram* do MTPLV. Disponível em: <<https://www.instagram.com/movtucundubaprolagoverde/>>. Acesso em: 06 de Maio de 2023.

Ademais, destaco aqui dois eventos que corroboram especialmente com o **processo de coletivização e identificação com a causa**. O primeiro é o "ManiFESTA TUCUNDUBA RESISTE", promovido pelo Movimento dos Defensores dos Rios de Belém, o Grupo de Carimbó Tamutás do Tucunduba e a Associação de moradores Gabriel Pimenta. Segundo a divulgação nas redes sociais¹⁰, o evento se tratava de uma ação socioambiental, construída pelos próprios moradores, no dia do aniversário de Belém (12 de janeiro de 2023), para dar atenção à comunidade ribeirinha-periférica e a sua relação com o rio Tucunduba.

¹⁰ Divulgação Rede Social dos Tamuatás do Tucunduba. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CnSGtjjuxfs/>>. Acesso em: 24 de Maio de 2023.

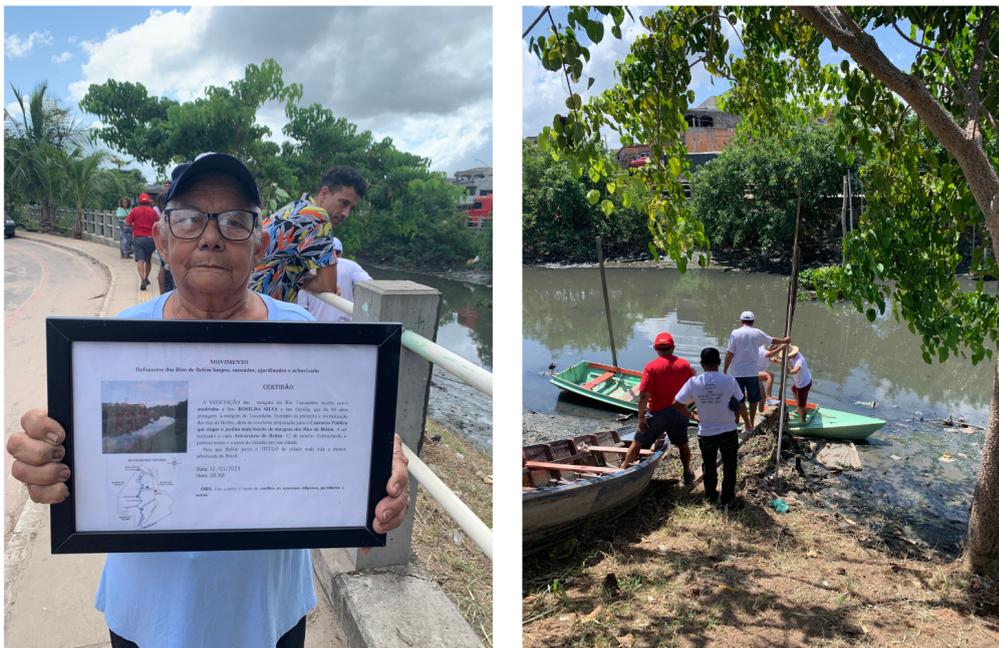
Figura 15 - Entrega dos certificados de madrinhas e padrinhos dos jardins do Tucunduba



Fonte: acervo da autora, 12 de Jan de 2023.

A programação do evento (Figura 15 e 16) contou com entrega de certificado às madrinhas e padrinhos de jardins ao redor do Tucunduba, plantação de mudas de açazeiro e cueiras, passeio de canoa para catar resíduos sólidos e apresentações artísticas e culturais. O ManiFESTA foi também uma forma de protesto e um contraponto ao evento de inauguração do 4º trecho do Tucunduba, "Lá na frente o governador tá inaugurando um trecho em uma super estrutura. Nós não temos nem fala, só os parlamentares.", disse uma das lideranças na ocasião.

Figura 16 - ManiFESTA TUCUNDUBA RESISTE



Fonte: acervo da autora, 12 de Jan de 2023.

O segundo evento que destaco é a grande mobilização que o Movimento Tucunduba Pró Lago Verde fez para realizar a Audiência Pública do dia 10 de Fevereiro de 2023. Como detalhado anteriormente, essa convocação se deu para pressionar a SEDOP a compartilhar informações acerca da Obra do Lago Verde. Para isso, além das três reuniões preparatórias com os moradores do Lago Verde, usaram *bike som*, distribuíram panfletos de porta em porta, e ainda contaram com apoio de divulgação de parceiros, com releases enviados pela Assessoria de Comunicação da CRF-UFPA e postagens na página da Mandí, por exemplo.

No dia 25 de janeiro de 2023, a Secretaria respondeu ao ofício protocolado pelo Movimento, dizendo que ainda estavam realizando estudos na região, e só após esse momento poderiam apresentar as informações requeridas. O que, do ponto de vista das lideranças, era um possível apontamento para a não participação da mesma na Audiência Pública que estava planejada para o dia 10 de fevereiro de 2023. Porém, poucos dias depois, a Secretaria do Estado aparece com grandes máquinas no entorno do Lago Verde, derrubando árvores plantadas pelos moradores, um quiosque e bancos feitos pelos moradores.

Essa atitude da SEDOP desencadeou uma série de outros acontecimentos, que acirraram os ânimos e os preparativos para a Audiência que vinha sendo convocada pelo Movimento. Além de uma Nota de Repúdio divulgada nas redes sociais¹¹, as lideranças acionaram a Defensoria Pública do Estado do Pará, e também falaram que não aceitariam a

¹¹ Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CoFHjy5OK7y/>>. Acesso em: 25 de Maio de 2023.

justificativa de não comparecimento da Secretaria, que alegou o uso do maquinário apenas para fazer o desassoreamento do curso d'água. O acirramento de ânimos cresceu mais ainda, porque começaram a surgir falas tentando colocar os moradores contra o Movimento Tucunduba Pró Lago Verde, fora a tentativa de fazer conversas paralelas, que poderiam ocasionar enfraquecimentos ou rupturas. Além disso, começou a circular que a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Obra Pública iria realizar uma outra reunião pública, no início de março, no mesmo local da Audiência convocada pelo Movimento, na Paróquia São Domingos de Gusmão. No conjunto, conseguimos compreender essas ações enquanto desmobilizadoras do processo provocado pelo Movimento.

Figura 17 - Mesa de Debate da Audiência Pública convocada pelo MTPLV



Fonte: acervo CRF-UFPA. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/photo/?fbid=246113017739881&set=pcb.246112001073316>>. Acesso em 25 de Maio de 2023.

No processo de mobilização, o Movimento Tucunduba Pró Lago Verde pontuou que queria respostas referente às pessoas que seriam remanejadas do local, quando a Comissão de Acompanhamento da Obra (CAO) será eleita, e se o trabalho técnico social da obra tem recursos para assistir aos moradores atingidos pelo projeto. Como esperado, a SEDOP não enviou nenhum representante para comparecer à Audiência Pública do dia 10 de fevereiro. Mas, além das muitas moradoras e moradores presentes, estimo mais de 300 pessoas, estiverem presentes alguns atores importantes da rede de mobilização do Movimento (Figura 17), como: CRF-UFPA, Associação Cultural Boi Marronzinho, Defensoria Pública do Estado

do Pará (DPE-PA), Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém (Codem), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Tamuatás do Tucunduba, Organização Mandí e Negritar Filmes e Produções.

Apesar do que foi pontuado pela SEDOP, essa rede de mobilização conseguiu encontrar a Planta Baixa da Obra do Lago Verde no Portal da Transparência, datando do ano de 2022 (Figura 18). Nela é possível ver as áreas que pretendem fazer a desapropriação, e ao que parece, é o plano que já está sendo seguido, mesmo sem a participação dos moradores do entorno do Lago Verde, ou mesmo uma conversa com as lideranças do Movimento.

Figura 18 - Moradores visualizando Planta Baixa da Obra do Lago Verde



Fonte: acervo da autora, 10 de Fev de 2023.

Em conversa com as lideranças, ao final da Audiência, elas enxergaram o momento como uma vitória, especialmente porque conseguiram mobilizar muitos moradores do bairro, tendo espaço também para compartilhar seu posicionamento e o tipo de projeto alternativo que almejam para a cidade, em especial, para o Lago Verde. Na ocasião não percebi a presença de veículos de comunicação da grande imprensa, mas o evento repercutiu a partir

das redes de comunicação dos parceiros que fazem parte das redes de mobilização do Movimento Tucunduba Pró Lago Verde, contribuindo para a construção de uma contra-narrativa do que é estabelecido pelo Governo do Estado, fortalecendo e dando gás para manter as pessoas mobilizadas até a Reunião Pública convocada pela SEDOP.

4. ENTRE O CONCRETO E O IGARAPÉ: um giro ecoterritorial desde uma metrópole na Amazônia

Ao acionarmos o termo "Movimentos Socioambientais na Amazônia" é provável que nosso imaginário se direcione para as lutas em território rurais, que para Svampa (2016) é onde grande parte das organizações envolvidas nessa luta se localiza. Sendo, para a autora, os grandes centros urbanos afetados de maneira indireta pelos megaprojetos, como mineradoras e barragens, por exemplo. Os próprios estudos sobre Mudanças Climáticas no cenário da Amazônia Legal normalmente focam na globalização da floresta enquanto capital natural e, na perspectiva nacional, fala sobre a floresta para o crescimento econômico (SANTANA FILHO, Diosmar M.; DERREIRA, Andreia J. F.; GOES, Emanuelle F; COSTA MALHEIRO, T. C., 202?).

Porém, como pudemos acompanhar durante a pesquisa, os Movimentos Sociais em torno do Tucunduba, vieram se apropriando com cada vez mais intensidade da questão socioambiental, reformulando e rearticulando suas bandeiras de luta, redes de mobilização e estratégias de comunicação. Perspectivas essas que vão de encontro com o processo de ambientalização das lutas e o giro ecoterritorial, elaborados por José Sérgio Leite Lopes (2006) e Maristella Svampa (2016) respectivamente.

Professora Myrian Cardoso acredita que "A participação da comunidade na audiência pública sobre a macrodrenagem do Largo Verde assume uma função estratégica para garantir o direito à moradia e à cidade, além de debater a incorporação de propostas construídas pelo Movimento Tucunduba Pró Largo Verde."¹². Mas além dessas questões, acredito que toda essa mobilização vem assumindo uma relação estratégica no processo de ambientalização da luta pelo direito à cidade em Belém, e também em um contexto mais amplo de Amazônia urbana. E é sobre essas questões que iremos discutir neste capítulo.

4.1 DESDOBRAMENTOS NO LAGO VERDE

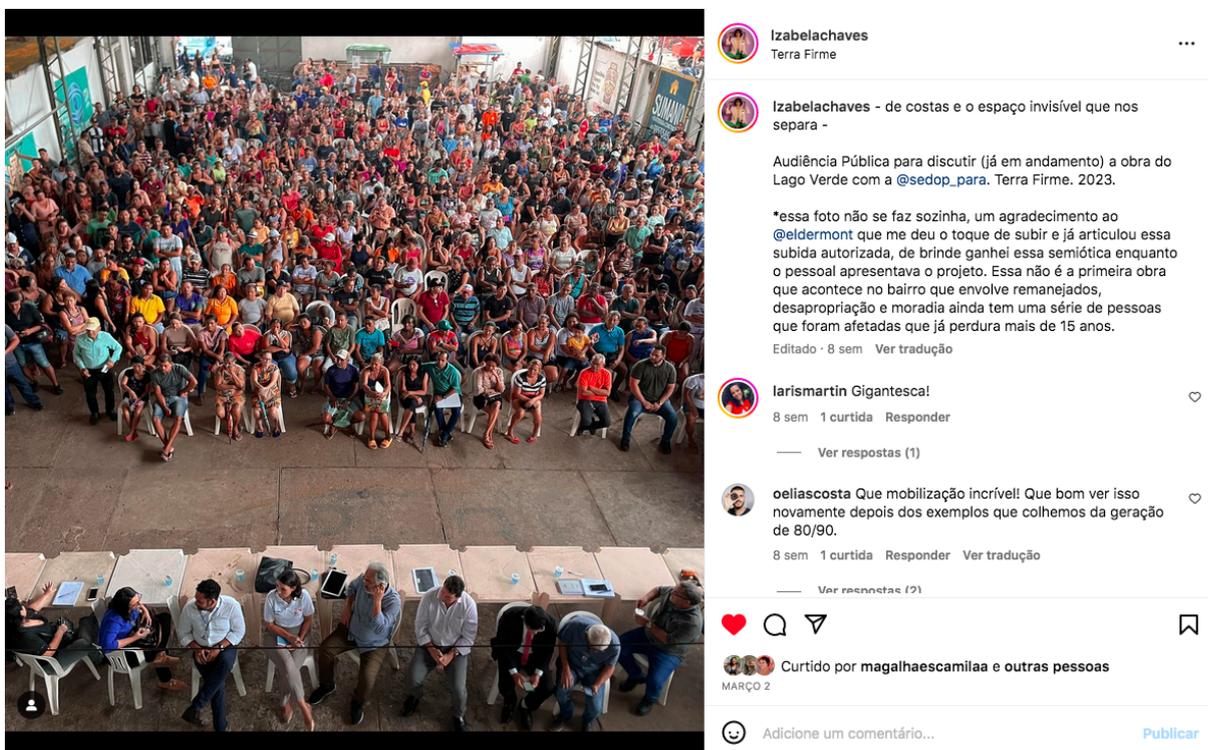
Chegando próximo de completar os três anos de luta e existência do Movimento Tucunduba Pró Lago Verde, eles conseguiram mobilizar e lotar a quadra da Igreja São Domingos Gusmão, um ponto de referência no bairro da Terra Firme, para debater o projeto da Obra prevista para o Lago Verde com a SEDOP. Sem o comparecimento da mesma e todas

¹² Informação disponível em postagem no facebook da CRF-UFPA. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo/?fbid=245645271119989&set=a.217834843901032>>. Acesso em 26 de Maio de 2023.

as ações empenhadas para desmobilizar e desacreditar o Movimento, as lideranças sabiam que precisariam manter a pauta em alta, para conseguirem se fazer presente na Reunião Pública convocada pela Secretaria.

Marcada para 2 de março, às 16h30, a Reunião puxada pela SEDOP aconteceu no mesmo lugar da audiência convocada pelo Movimento. Apesar de ser em um horário não muito propício, tanto pelo calor, quanto por ser no meio do expediente da maioria dos trabalhadores, o evento estava cheio (Figura 19). Mas, era perceptível as diferenças entre esses dois grandes momentos de mobilização.

Figura 19 - "de costas e o espaço invisível que nos separa" - Izabela Chaves



Fonte: Registro disponível no perfil do *Instagram* de Izabela Chaves. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CpTch37OVer/>>. Acesso em 26 de Maio de 2023.

Um dos primeiros pontos que gostaria de destacar, é o aspecto midiático. Do ponto de vista dos meios de comunicação, me chamou atenção a presença da TV Cultura, com uma equipe de jornalista e cinegrafista, que estavam registrando e realizando entrevistas com alguns dos presentes, incluindo uma das lideranças do Movimento. Também percebi o comparecimento de várias pessoas de Assessoria de Comunicação (Ascom) vinculadas às instâncias governamentais. E além do próprio Movimento Tucunduba Pró Lago Verde, que estava fazendo *lives*, tivemos da presença de coletivos, organizações e ativistas que estavam

fazendo a cobertura, como é o caso da Izabela Chaves, cineasta e integrante de alguns coletivos audiovisuais, como Tela Firme e Negritar, ela vem acompanhando de perto o processo, registrando e compartilhando toda essa mobilização em suas redes sociais.

Outro ponto que chamou atenção, foi a disposição da mesa que estava debatendo o projeto, e era composta em sua maioria por homens, diferente do dia da Audiência convocada pelo Movimento. Estavam presentes o Secretário Adjunto de Obras Valdir Acatauassú, representantes do Ministério Público do Estado (MPE), Universidade Federal do Pará (UFPA), Companhia de Habitação do Pará (Cohab), Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa), Defensoria Pública, secretarias Municipais de Saneamento (Sesan) e de Urbanismo (Seurb), Superintendência do Patrimônio da União (SPU) e Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Pará (OAB). Na maior parte do tempo, quem falou e respondeu as perguntas foi o Secretário Adjunto Valdir Acatauassú. Apresentado sob um discurso muito técnico, destaco algumas informações sobre a Obra do Lago Verde, que faz parte do Projeto de Saneamento Integrado da Bacia do Tucunduba:

- a) "Programa Aterramento de Canais": é um projeto previsto para ser executado em 18 meses, com 4 pontes, 7 passarelas, e desapropriação de 547 benfeitorias, com previsão de 30 milhões de reais destinados à indenização das famílias;
- b) a obra prevê a construção de uma rede de esgoto e de água, um sistema de drenagem fluvial, para lançar a água da chuva no lago verde, e a instalação de placas de concreto e um sistema viário que inclui ciclofaixas;
- c) pretendem fazer praças, equipamentos urbanos, quadra de futebol e áreas verdes ao longo do canal, com o objetivo de acabar com alagamentos;
- d) Projeto de Trabalho Social: a intenção é trazer outros benefícios para além da obra, como cursos profissionalizantes.

A dinâmica colocada ali era muito mais formal, tendo inclusive uma espécie de cerimonialista, apontando que iriam abrir 20 inscrições para que as pessoas pudessem falar. Em alguns momentos também percebemos que muitos dos presentes na mesa não estavam nem ao menos prestando atenção ao que estava sendo colocado pelo moradores, passando boa parte do tempo cochichando e até rindo. As intervenções, que vinham desde lideranças de movimentos sociais e moradores do bairro, variavam entre cobranças, dúvidas ou mesmo apoio e elogios ao trabalho do Governador Helder Barbalho.

Mas, talvez, um dos acontecimentos que mais me chamou atenção durante essa audiência foi a intervenção do "Curtunduba" (Figura 20). Segundo o que estava escrito em suas faixas e camisas, ele representa a união entre os moradores do Curtume (Santo Antônio) e do Tucunduba, pela moradia prometida. As lideranças desse "novo" movimento levantaram as faixas e foram para a frente do "palco", para que suas reivindicações pudessem ter visibilidade.

Figura 20 - Intervenção do "Curtunduba" na Reunião Pública convocada pela SEDOP



Fonte: acervo da autora, 2 de Mar de 2023.

Apesar de ter sido a primeira vez que o movimento, comandado visivelmente por sua maioria de mulheres, aparece com essa nomenclatura, esse grupo de moradoras está na luta por moradia digna há anos. Inclusive, durante a Audiência Pública, participaram e deram fortes depoimentos, denunciando o descaso do Governo do Estado, que as tinham despejado e nunca as remanejaram de forma digna, fazendo parte de um ciclo de remoções (TAVARES, 2021). Também marcaram presença num gesto de solidariedade, dizendo que estavam lá para apoiar a luta, e compartilhar sua história para que não fizessem com os moradores do Lago Verde o que fizeram com o elas.

Nesse sentido, a Audiência Pública promovida pelas lideranças, em fevereiro, enquanto um microacontecimento, proporcionado pela criação do Movimento Tucunduba Pró Lago Verde, parece abrir novas chaves de interpretação do passado, refundando outras possibilidades de futuro. Que nesse caso, dá indícios que desencadeou uma ressignificação da luta das moradoras do Curtume, e enquanto um processo comunicativo, pode ser visto como uma "atividade organizante", que leva os agentes "(...) a possibilidade de uma modelação conjunta e "encarnada" de suas intenções e comunicações, na formação de um mundo comum." (MAFRA, 2010, p. 114). Ou seja, a Audiência e uma complexa teia de acontecimentos podem ter despertado a necessidade de uma outra sistematização e apropriação de estratégias de comunicação para a luta do Curtume, a começar pela identificação da causa. E emergiu já na Reunião Pública convocada pela SEDOP.

4.2 AMBIENTALIZAÇÃO DAS LUTAS PELO DIREITO À CIDADE EM BELÉM

"Verde é muita coisa nessa vida. A gente precisa do verde, e pelo verde a gente vai brigar até morrer". A fala de Fafá durante a Reunião de Paisagismo, que aconteceu no dia 27 de dezembro de 2022, me parece muito significativa para debatermos a questão socioambiental no contexto atual da Amazônia, e mais especificamente em Belém. Apesar da liderança ter afirmado que a história do bairro (Terra Firme) é pelo direito à moradia, é possível identificar a pauta ambiental emergindo durante as reivindicações dos movimentos sociais do Tucunduba desde a década de 1980, ainda que hoje apareçam de forma mais contundente.

Esse desenrolar talvez se justifique pela "ambientalização" dos conflitos e lutas sociais. Referindo-se ao processo de adoção da temática ambiental por diferentes grupos sociais, promovendo uma incorporação de uma nova questão pública, seja de forma genérica ou para legitimar práticas institucionais, políticas e científicas (ACSELRAD, 2010; LEITE LOPES, 2006). Segundo José Sérgio Leite Lopes (2006), o processo histórico de ambientalização provoca transformações no Estado e no comportamento das pessoas a partir de cinco fatores:

(...) o crescimento da importância da esfera institucional do meio ambiente entres os anos 1970 e o final do século XX; os conflitos sociais ao nível local e seus efeitos de interiorização de novas práticas; a educação ambiental como novo código de conduta individual e coletiva; a questão da 'participação'; e, finalmente, a questão ambiental como nova fonte de legitimidade e de argumentação nos conflitos (LEITE LOPES, 2006, p. 36).

É comum considerar a Conferência da ONU sobre Ambiente Humano, que aconteceu em Estocolmo, no ano de 1972, como um marco, por ter gerado grandes repercussões acerca do meio ambiente. A partir de uma revisão e sistematização de autores, Cintia Nayara de Sousa e Tânia Ribeiro (2022) apontam que ao mesmo tempo em que se fortalecia o movimento ambientalista internacional, também emergiam os "empates", enquanto estratégia de mobilização dos seringueiros do Acre, e avançava a luta extrativista em âmbito nacional. Entre os anos de 1985 e 1988 as autoras indicam que o movimento se fortaleceu a partir de uma rede entre seringueiros, ambientalistas internacionais e Organizações Não-Governamentais (ONGs) nacionais, ampliando assim o reconhecimento e a visibilidade da luta e da liderança de Chico Mendes.

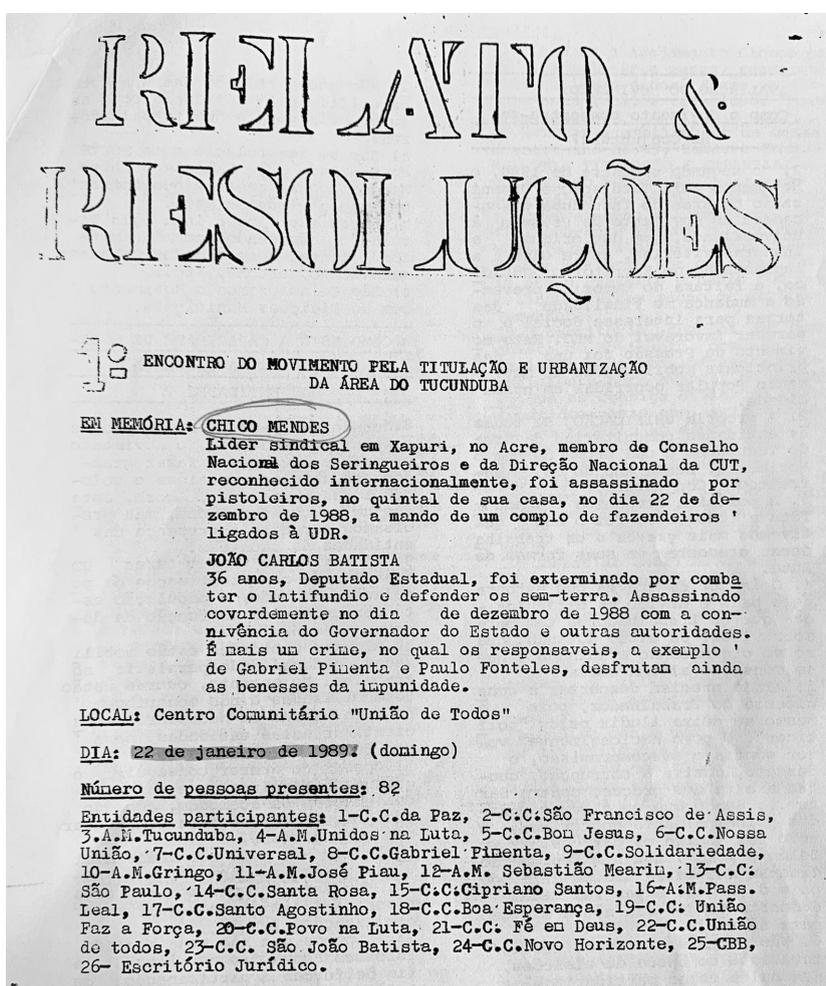
Figura 21 - Manchetes sobre Chico Mendes no Palácio Rio Branco (Rio Branco - Acre)



Fonte: acervo da autora, 21 de Dez de 2023.

Inclusive, o assassinato de Chico Mendes, que repercurtiu internacionalmente, foi registrado na ata do 1º Encontro do Movimento pela Titulação e Urbanização da Área do Tucunduba (MOTUAT), em 1989 (Figura 22). Tal acontecimento nos mostra que as lideranças e moradores do Tucunduba estavam conectadas, de alguma forma, com essa luta socioambiental da Amazônia. No mesmo documento, consta uma autocrítica do próprio MOTUAT, por não terem feito relação das ameaças que lideranças do território estavam sofrendo, com a morte de Chico Mendes, e também por terem focado apenas na luta da titulação de terra, sem encaminhar outras necessidades, como o saneamento.

Figura 22 - Ata do 1º Encontro do MOTUAT em 1989



Fonte: acervo do PARU.

Para Martinez Alier (x), os movimentos do ecologismo popular, que são mais presentes no Terceiro Mundo, os atores sociais envolvidos muitas vezes não utilizam o discurso ambientalista. No contexto do MOTUAT, ainda que não se declarasse enquanto um

movimento socioambiental, é possível ver algumas demandas alinhadas à pauta registradas nesses documentos históricos.

Neles, constam a justificativa da soma da luta pelo canal do Tucunduba, em prol de sua urbanização e saneamento, e a necessidade de união com a luta pela titulação de terra, articulando assim, diversas entidades dos bairros do Marco, Jabatiteua, Terra Firme, Canudos e Guamá. Porém, além das reivindicações por planejamento urbano do Tucunduba, reivindicavam "Prevenção do Meio Ambiente nas áreas de baixada, principalmente o reflorestamento e arborização com árvores frutíferas", e um "Saneamento Básico Radical: aterro, esgoto, limpeza constante dos canais, igarapés e áreas alagadas em todos os bairros envolvidos", que consta no documento "Proposta de Plano de Luta" do Movimento pela Titulação e Urbanização da Área do Tucunduba, a ser cumprido em 1989.

Segundo Enrique Leff (2001) a percepção sobre as questões ambientais não se dá de forma homogênea, e engloba uma série de concepções e estratégias para solucionar as problemáticas.

As manifestações da crise ambiental dependem do contexto geográfico, cultural, econômico e político, das forças sociais e dos potenciais ecológicos sustentados por estratégias teóricas e produtivas diferenciadas. Nesse sentido, não pode haver um discurso nem uma prática ambiental unificados (LEFF, 2001, p. 96).

Em 1992 aconteceu a Eco-92, a Conferência sobre Meio Ambiente da ONU, no Rio de Janeiro, que mobilizou grande atenção para a pauta ambiental por ONGs não especializadas, movimentos sociais, associações de moradores, federações empresariais e instituições governamentais. Foi o momento em que vários governos se comprometeram com a Agenda 21, gerando inclusive, no âmbito nacional, um fundo do Ministério do Meio Ambiente, que visava financiar projetos locais da Agenda 21 (LEITE LOPES, 2006).

Esse processo reverberou em Belém, estimulando a criação da Agenda 21 da Bacia do Tucunduba, a partir do Projeto Sócio-Educacional Integrado (PROSEI), idealizado na parceria entre Universidade Federal do Pará, Prefeitura Municipal de Belém, ONGs, Raytheon Company e FADESP. Realizado entre 1999 e 2004, as atividades e discussões giravam em torno do conceito de desenvolvimento socioambiental. Referencial que também guiou a construção da proposta do Projeto Tucunduba, no início dos anos 2000, que considerava as novas diretrizes da Conferência Internacional HABITAT II, promovida pela ONU em 1996.

Avançando um pouco na linha do tempo, com o surgimento e atuação das Frentes dos Prejudicados, Cruz et al. (2019) acreditam que houve um processo de politização da pauta de saneamento. Em um primeiro momento, na Bacia do Una, os pesquisadores avaliam que o movimento conseguiu dar visibilidade para as questões sobre alagamento, e a necessidade de políticas públicas de drenagem e saneamento mais eficazes, contando com a participação social. Já na Frente dos Prejudicados do Tucunduba, a questão ambiental é apropriada de outra forma:

Em primeiro lugar, pela concepção do movimento de que são possíveis arranjos socioecológicos entre cidade e natureza que incorporem os usos sociais dos rios no contexto amazônico. Em segundo lugar, pela cobrança de políticas de saneamento que sejam de fato capazes de integrar o ciclo metabólico das águas urbanas, evitando, por exemplo, que os corpos drenantes da cidade se tornem esgotos a céu aberto ou depósitos de lixo (CRUZ et al., 2019, p. 7).

Nesse período, considerando o contexto da América Latina, vivíamos uma "*disputa societal* em torno do que se entende ou se deve entender por *desenvolvimento sustentável* e, de maneira mais extensa, do que se entende por democracia." (SVAMPA, 2016, p. 156). Ao mesmo tempo que eram erguidos grandes projetos, como tem sido a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu, no Pará, sob as justificativas do desenvolvimento da nação, ainda que isso exija o sacrifício da Natureza e dos "outros", se aprofundam os debates sobre os Direitos da Natureza. Na Constituição do Equador, a *Pachamama* aparece de forma inédita no mundo, em 2008, enquanto um sujeito de direitos. Em 2011, tivemos a primeira Ação Civil Pública do gênero, no Brasil, ajuizada pelo Ministério Público Federal do Pará, pedindo a paralisação das obras de Belo Monte, e em defesa da Volta Grande do Xingu (GLASS, 2016; PONTES JÚNIOR; BARROS, 2016).

Segundo Leff (2001), os princípios gerais do ambientalismo tem nos países do Terceiro Mundo condições ecológicas e culturais mais ricas, além de uma perspectiva política mais complexa, em comparação aos países mais industrializados. Se nos países do Norte Global o movimento ecológico está mais relacionado à conservação da natureza e o controle da contaminação, a exacerbada exploração de recursos é direcionada aos países mais pobres. E são nesses lugares, com um ecossistema fragilizado por esses processos de exploração desde a colonização, que emerge um ambientalismo orientado a um processo de mudanças econômicas, tecnológicas e sociais, propiciando a construção de uma outra racionalidade social e produtiva.

Considerando que existe uma outra relação entre lugar e natureza, no contexto dos países do Sul Global, a identificação com o espaço, a partir do afeto e do imaginário, pode estimular formas criativas de construção do comum, indo de encontro com a superurbanização que desestrutura esse fluxo, a ocupação da cidade e das margens do rio Tucunduba, seja pelos moradores ou pelas lideranças do Movimento Tucunduba pró Lago Verde, pode tornar o espaço uma “força criadora” que reverta o processo de individualização e privatização (GABBAY; PAIVA, 2018).

Mas então, qual o contexto atual em que os moradores e lideranças da Terra Firme e do Lago Verde se deparam até o primeiro semestre de 2023? Nos capítulos anteriores foi possível acompanhar um pouco do cenário local, e como eles se entrelaçam com a luta pelo Lago Verde. Para entendermos um pouco da situação atual e dos possíveis desdobramentos e repercussões na Terra Firme, destaco dois acontecimentos relevantes: a Eleição de 2022, que teve uma disputa acirrada entre Jair Bolsonaro e Lula da Silva, para o cargo presidencial, e a escolha de Belém como a cidade que sediará da COP30, em 2025.

No ano de 2022, a Amazônia bateu o recorde anual de desmatamento pela quinta vez consecutiva, representando o maior índice em 15 anos, tendo, inclusive, o Estado do Pará como o maior desmatador e emissor de Gases do Efeito Estufa (GEE) desde 2019¹³. Esse cenário é fruto do desmonte da governança ambiental a nível federal, e a linha do tempo presente no Dossiê "Governo JB: Menos 30 anos em 3 (2019-2021)", produzido pela plataforma Sinal de Fumaça, nos conta

(...) como os cortes de orçamento do Ministério do Meio Ambiente, a lei da mordaca e perseguição a servidores do Ibama e do ICMBio, a pressão pela aprovação da tese do Marco Temporal no STF, os ataques ao Inpe, o apagão nas multas ambientais e a criminalização de ativistas, servidores, indígenas e lideranças comunitárias se traduziram em recordes históricos de desmatamento, queimadas, grilagem de terras e violência no campo (SINAL DE FUMAÇA, 2021, p. 2).

Sobre o cenário eleitoral daquele ano, o Brasil viveu um de seus momentos mais críticos e importantes no que diz respeito à luta pela democracia, pela vida e pelo futuro. Sendo assim, a pauta ambiental se constituiu enquanto prioridade nas propostas do novo governo Lula, havendo inclusive uma reaproximação e apoio de Marina Silva (Rede), que

¹³ Informação obtida na Matéria "Amazônia perdeu quase 3 mil campos de futebol por dia de floresta em 2022, maior desmatamento em 15 anos" do Imazon. Disponível em: <<https://imazon.org.br/imprensa/amazonia-perdeu-quase-3-mil-campos-de-futebol-por-dia-de-floresta-em-2022-maior-desmatamento-em-15-anos/>>. Acesso em 28 de Maio de 2023.

havia sido ministra do Meio Ambiente em seus dois primeiros mandatos, e possui um grande respeito da sociedade civil no campo ambiental.

Logo após a sua reeleição, o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva foi até a Conferência do Clima (COP27), a convite do presidente do Egito e do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal. Tive a oportunidade de estar presente na Conferência e pude acompanhar de perto a comoção e agitação que a sua chegada proporcionou, lotando os corredores e atraindo os holofotes do evento para esse novo momento do Brasil.

Lula, em seu discurso, teceu críticas às medidas colocadas em prática até então, e as desigualdades sociais a nível global. Frisou que "o Brasil está de volta", para estreitar laços com os países mais pobres, e propor uma nova governança global, pontuando também a importância da Amazônia nesse cenário de insegurança climática. Por fim, adiantou duas iniciativas que iria propor oficialmente a partir do seu primeiro dia de mandato: a realização da Cúpula dos Países Membros do Tratado de Cooperação Amazônica, e a candidatura do Brasil para sediar a COP30 em um Estado da Amazônia.

Figura 23 - Sociedade Civil acompanhando discurso de Lula no Climate Action Hub - COP27



Fonte: acervo da autora, 16 de Nov de 2022.

Dos três pavilhões em que o país estava representado, o que já é incomum nesses espaços, dois deles ganharam mais atenção, o Brazil Climate Action Hub e o do Consórcio da

Amazônia Legal. O Brazil Climate Action Hub foi criado a partir de uma lacuna deixada pelo governo Bolsonaro desde a Conferência de Clima de Madri (COP25), e promoveu, no Egito, o primeiro encontro entre o recém eleito presidente e representantes da sociedade civil¹⁴. O encontro tinha um clima de euforia, alívio e esperança de que estávamos vendo um novo futuro se desenhar para o país. Entre os diversos representantes presentes, pudemos expor nossas demandas e entregar uma série de Agendas e Cartas-Compromisso para Lula e as demais autoridades presentes, deixando claro que a sociedade civil não iria se eximir de fazer críticas e cobrar o governo federal quando necessário.

Figura 24 - Ativistas no encontro entre Lula e Sociedade Civil na COP27



Fonte: Acervo da autora, 17 de Nov de 2022.

O pavilhão do Consórcio da Amazônia Legal ganhou holofotes não apenas porque seria um dos primeiros espaços em que Lula estaria presente, mas também por ser uma tentativa de propiciar articulações e ampliar o diálogo com atores internacionais diretamente com este bloco regional. Durante os dias de Conferência, foi visível o lugar de destaque do Governador do Pará Helder Barbalho, que pautava um discurso ambiental voltado a uma

¹⁴ Informação disponível na matéria "O encontro de Lula e a sociedade civil", no site do Instituto Clima e Sociedade (ICS). Disponível em: <<https://climaesociedade.org/o-encontro-entre-lula-e-a-sociedade-civil/>>. Acesso em 30 de Maio de 2023.

lógica de desenvolvimento sustentável, visando monetizar a floresta a partir da bioeconomia, utilizando dos produtos florestais e da biodiversidade enquanto "commodity", alinhado com o conteúdo da "Carta dos Governadores pela Amazônia"¹⁵ que o presidente Lula assinou.

Figura 25 - Pavilhão do Consórcio Interestadual da Amazônia Legal na COP27



Fonte: Acervo da Autora, 16 de Nov. de 2022.

O segundo acontecimento que gostaria de destacar, para nos ajudar a compreender o cenário atual, é justamente um desdobramento do que foi anunciado ainda no Egito: a realização da COP30 em Belém do Pará. Na manhã do dia 11 de janeiro de 2023, vi se espalhar pelas redes sociais um grande entusiasmo. O motivo era que o Presidente Lula da Silva, junto ao Governador do Estado do Pará, Helder Barbalho, anunciavam a candidatura oficial da cidade, para sediar a Conferência do Clima a ocorrer em 2025. Destaco a seguir algumas percepções e possíveis desdobramentos a partir desse evento.

A primeira é, representa um momento histórico e simbólico trazer a maior conferência que discute questões climáticas, para a Amazônia, depois da exponente destruição que a região passou nos últimos anos. É a chance também de trazer o debate de volta à América Latina, já que durante o governo Temer e depois Bolsonaro, o Brasil recusou a vinda da mesma, e decidido haver a transferência para o Chile, eclodiu um ciclo de manifestações no

¹⁵ Informações a partir da matéria "COP-27: Governadores da Amazônia Legal pedem a Lula nova cooperação com o governo brasileiro". Disponível em: <<https://www.portal.ap.gov.br/noticia/1611/cop-27-governadores-da-amazonia-legal-pedem-a-lula-nova-cooperacao-com-o-governo-brasileiro>>. Acessado em: 30 de Maio de 2023.

país, que fez com que a COP25 ocorresse em Madri. A região é uma das mais afetadas pela crise climática, podendo representar 7% dos refugiados climáticos até 2050, com 17 milhões de pessoas,¹⁶ e o Brasil podendo representar a maior área do mundo, afetada e exposta sob a previsão de aquecimento global, aumentando em 2,7 °C.¹⁷

Outro ponto de destaque é, ainda que possamos nos debruçar sobre todo o *greenwashing* que acontece nessas conferências e as escolhas duvidosas de países-sede que atacam os direitos humanos e são favoráveis à exploração de petróleo, por exemplo, isso pode se conformar em uma janela de oportunidade. Intensificando e fortalecendo as redes de mobilização dos movimentos sociais do continente e da região amazônica, provocando também outras estratégias de atuação. Acredito também, que esse cenário possa se configurar como um acelerador do processo de ambientalização dos movimentos sociais da Amazônia, e em especial na cidade de Belém, que já demonstram estar se apropriando e internalizando essa pauta em seu discurso.

Em fevereiro de 2023, foi realizada a COP das Baixadas, que aconteceu, no Jurunas. Puxada pelo GuetoHub, coletivo que também esteve presente da COP27 do Egito, em parceria com outros coletivos e organizações, tinha a proposta de "(...) mostrar a conferência que queremos e fazer ampliar a narrativa que é restrita a poucos, mas que são tratadas há tempos com outros nomes nas periferias. Levando o olhar para as nossas comunidades que constroem o bem-viver coletivamente."¹⁸.

Durante a "Desconferência do Clima", o Fórum de Encerramento da COP das Baixadas, Edmilson Rodrigues compartilhou que já estavam sendo realizadas conversas de planejamento e discussões sobre a infraestrutura da cidade, junto ao Governo do Estado e Governo Federal. Ao comentar acerca das inúmeras exigências que a ONU fazia para uma cidade receber a Conferência, mostrou preocupação com a infraestrutura dos hotéis da cidade, que não estariam aptos a receber o grande escalão das conferências, ou os sheiks e grandes empresários. O que gerou desconforto e indignação por parte da sociedade civil presentes, a ponto de uma liderança falar que estava desapontada por ouvir isso de um prefeito que tinha ajudado a eleger, e que ao invés de estar preocupado com a moradia digna ou acesso a

¹⁶ Dados disponíveis na Reportagem "Os desterrados do clima", do Portal El País. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/internacional/2021-10-31/os-desterrados-do-clima.html>>. Acesso em 29 de Maio de 2023.

¹⁷ Dados disponíveis no Artigo "Quantifying the human cost of global warming" da Nature. Disponível em: <<https://www.nature.com/articles/s41893-023-01132-6#Fig4>>. Acesso em 29 de Maio de 2023.

¹⁸ Informação compartilhada no post da COP das Baixadas. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CnhOKBQOewA/>>. Acesso em 29 de Maio de 2023.

saneamento básico da população, estava preocupado com a infraestrutura dos hotéis da cidade.

Esse é um gancho para o último ponto, sobre a vinda da COP30 para Belém, que foi confirmada no dia 26 de Maio de 2023 pelo Presidente Lula em suas redes sociais¹⁹, mas que ainda precisa da chancela formal das Nações Unidas, a ser dada na COP28, no final de 2023²⁰. O enorme impacto na infraestrutura da cidade, e consecutivamente, na relação das pessoas com a mesma. Possivelmente afetando, inclusive, os interlocutores dessa pesquisa: o Movimento Tucunduba Pró Lago Verde.

Como já pontuado, nesses momentos de grande investimento na região amazônica, há uma pressão nos espaços, visando um suposto desenvolvimento, como foi a execução da Obra de Macrodrenagem do Tucunduba. Tendo essa breve contextualização de conjuntura, somada a vivência e acompanhamento da mobilização pelo Lago Verde, como então se dará essas obras? Será que elas terão espaço para uma participação popular desde o início da concepção? Ou o trator irá passar por cima das casas, dos rios e das histórias da cidade para se apresentar enquanto um modelo de cidade para inglês ver?

Mesmo ainda faltando alguns anos para acontecer, já é possível ver inúmeros eventos que têm ocorrido no território, para discutir a pauta ambiental e climática, com diferentes atores do cenário local, nacional e global. E a "COP30" também já entrou na gramática ecoterritorial dos coletivos e movimentos sociais da cidade, como é o caso do próprio Movimento Tucunduba Pró Lago Verde, que vem a utilizando em forma de cobrança ao governo do estado.

Maristella Svampa (2016) defende que os movimentos sociais combinam duas dimensões, uma destituidora e outra instituidora, que vão construindo alternativas de sociedade. A autora entende que nos últimos anos a América Latina criou um espaço comum, onde se estruturam temas que funcionam enquanto marcos de ação coletiva que contestam a modernidade dominante.

Na pesquisa de Sousa e Ribeiro (2022) elas buscaram identificar as especificidades do socioambientalismo popular na Amazônia, especialmente a partir das dinâmicas nas reservas extrativistas marinhas. Sob o olhar do "ecologismo dos pobres" e da "justiça ambiental", as autoras apontam que antes de se apropriarem de um discurso "ambientalizado", para a população tradicional, a luta era primeiro pela sua sobrevivência, já que dependem

¹⁹ Informação obtida no post do Presidente Lula. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CstpzuNgeI0/>>. Acesso em 30 de Maio de 2023.

²⁰ Informação obtida no post da LACLIMA. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/Cs3dNCjOOwW/>>. Acesso em 30 de Maio de 2023.

diretamente dos recursos naturais presentes no território ameaçado. E a participação destas "(...) tornou a causa ambiental ainda mais legítima, pois é uma luta por sobrevivência, por justiça ambiental, e contra a desigualdade social." (RIBEIRO; SOUSA, 2022, p. 8).

Já no contexto da Amazônia urbana, as populações que habitam as baixadas não dependem diretamente dos recursos naturais ali disponíveis para viver. Tampouco as grandes obras são realizadas em busca de *commodities*. Nessas grandes obras, como as de macrodrenagem, a busca parece ser para se enquadrar em uma visão de cidade cosmopolita e moderna, onde se tenta uniformizar as temporalidades da cidade, ao mesmo tempo em que se busca uma diferenciação, mas apenas o suficiente para que isso possa atrair capital. "A identidade local é assim levada a se transformar em uma representação da diferença que possa fazê-la comercializável, ou seja, submetida ao turbilhão das colagens híbridadas que impõe o mercado." (MARTIN-BARBERO, 2004, p. 268).

Figura 26 - Post do Governo do Pará sobre participação no Fórum Econômico Mundial



Fonte: Perfil do Governo do Pará no Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Cnhu_GqOWSp/>. Acesso em 30 de Maio de 2023.

É o uso da “marca Amazônia”, uma representação simbólica que idealiza a região e a publiciza a partir da percepção dominante, enquanto promessa e compromisso com um desenvolvimento sustentável e a biodiversidade (FILHO, O. A.; CASTRO, F.F. de; COSTA,

A. C. da S., 2015). Que tem sido amplamente usada no discurso ambiental do Governo do Pará (Figura 26), mas que em uma perspectiva mais crítica, parece ser mais “(...) uma enunciação formal do discurso oficial do que como um questionamento real das lógicas geradoras da exploração e miséria nos países subdesenvolvidos.” (FERNANDES, 2003, p. 132). E é o que temos visto, na prática, se refletido nos planos de obra e na própria condução do processo, que não preza por soluções ecológicas baseadas no conhecimento e no lugar.

Por outro lado, os moradores e as lideranças que habitam as baixadas de Belém, parecem não só reivindicar uma melhor infraestrutura de cidade e saneamento, diminuindo os casos de alagamentos, por exemplo. Mas também vêm se apropriando e se reconhecendo dentro da pauta ambiental, a exemplo do Movimento Tucunduba Pró Lago Verde que, enquanto referência de mobilização pelo Tucunduba, se descreve hoje enquanto uma luta por melhorias socioambientais no entorno do Lago Verde.

Este Movimento, assim como outros que fazem parte desse ecossistema de mobilização, parecem compor um *movimento ecológico das baixadas*, que trazem como referência a cultura popular amazônica, dos igarapés ao asfalto, e as formas multimodais de conexão do mundo globalizado. É a partir dessa junção que se estabelecem estratégias de comunicação e mobilização criativas, ajudando a construir um território-região singular.

Enquanto um projeto coletivo inacabado que se opõe à catástrofe metafísica da modernidade-colonialidade, esse processo parece também se encontrar com o conceito de *giro decolonial*, de Maldonado-Torres (2019). Para ele, esse processo envolve justamente os âmbitos do saber, poder e ser, e o compromisso de mudar o mundo radicalmente. É ir contra a lógica individualista e a solidão, em busca do encontro e da possibilidade de comunicação

Ao final da Reunião Pública promovida pela SEDOP, em março de 2023, o Secretário Adjunto afirmou estar disponível para ouvir a população e discutir o Projeto Socioambiental do Lago Verde, produzido de forma coletiva no bairro da Terra Firme. O recorte da pesquisa, por motivos logísticos, se deu até este último acontecimento. Mas observando de uma forma um pouco mais distante, constatei que foi formado um Grupo de Trabalho, organizado a partir do Núcleo de Defesa à Moradia da Defensoria Pública do Estado, e realizaram sua primeira reunião em Maio de 2023. Nela estavam presentes as seguintes instituições: Ministério Público, CRF-UFPA, CODEM, SEMMA, SEDOP, Tractebel, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU-UFPA), Movimento Tucunduba Pró Lago Verde. No mesmo período, as obras começaram de fato no Lago Verde, e os moradores começaram a registrar o processo. Mas segundo relato das lideranças do Movimento, ainda há pouco diálogo com o mesmo, e

eles seguem articulados para construir uma alternativa de cidade, e de projeto para o Lago Verde.

CONCLUSÃO

O futuro, que é um exercício coletivo de imaginação, se constrói antes, no presente, na ação cotidiana, nas trocas comunicacionais. Segundo Paulo Freire (2018), entender o amanhã como algo dado, é ir contra a própria natureza humana. “A desproblematização do futuro, numa compreensão mecanicista da história, de direita ou de esquerda, leva necessariamente à morte ou à negação autoritária do sonho, da utopia, da esperança” (FREIRE, 2018, p.71).

As narrativas ocidentais dominantes, baseadas numa racionalidade unidimensional pregam o fim do mundo como algo inevitável, para que no máximo pensemos em sobreviver. Mas Ailton Krenak (2019) nos convida a aproveitar a nossa capacidade crítica e criativa para adiar o fim do mundo, “Vamos pensar no espaço não como um lugar confinado, mas como o cosmos onde a gente pode despencar em paraquedas coloridos” (KRENAK, 2019, p.30).

A inquietude de buscar alternativas é subversiva e coloca os sujeitos condenados como pensadores, criadores e ativistas. Que é justamente o que podemos perceber nas ações de mobilização do Movimento Tucunduba Pró Lago Verde, e na letra da música “O Rio Tucunduba” do grupo de carimbó Tamuatás do Tucunduba:

Me adapto à vida urbana, esse mundo onde pouco se ama, em que o caos e a morte é rotina, vivo as sequelas da vida, conquistadas em várias esquinas, onde vivo a tentar a sonhar, nesse mundo que tá para acabar. Tamuatá peixe guerreiro, não se entrega por desespero, corre atrás e vai à luta (TAMUATÁS DO TUCUNDUBA, X).

Imaginar é um ato lúdico que não cabe em perspectivas individualistas ou unidirecionais que a modernidade-colonialidade tenta nos impor. É um pensamento, um processo comunicativo, que nos permite fazer uma interlocução com os sujeitos de diferentes tempos históricos, além de nos permitir criar um novo espaço de vida coletiva (RUSSI, 2020).

Jogar luz nessa relação imaginada e construída entre os moradores das baixadas da Região Metropolitana de Belém, em especial os integrantes do Movimento Tucunduba Pró Lago Verde é uma forma de compreender essa dinâmica própria entre a cidade e os seus rios urbanos, que ora aparecem enquanto canal, ora enquanto igarapé.

O Movimento enquanto um acontecimento, desarranja a realidade e o percurso da história contato por uma narrativa dominante, provocando importantes transformações sociais no território. Da perspectiva comunicacional, ele vem se apropriando de sua própria cultura, dores, afetos e memória, de forma recursiva, ressignificando a história de suas vidas e sua relação com o Tucunduba, e assim propondo um novo tipo de cidade, podendo ressoar em outros cantos da Amazônia.

Durante a pesquisa, pude observar o quanto a pauta ambiental já estava presente desde, pelo menos, a década de 1980, nas lutas e mobilizações em torno do Tucunduba, mas que veio sendo ressignificada e ganhando mais destaque ao longo dos anos. A exemplo do Movimento pela Titulação e Urbanização da Área do Tucunduba (MOTUAT), sua principal bandeira era pela moradia, sendo a questão ambiental ainda muito ligada à arborização e um saneamento que englobasse os bairros de toda a bacia. Nos anos 2010, a Frente Prejudicados do Tucunduba constrói sua luta principalmente em torno do saneamento ambiental, reivindicando também uma outra dinâmica com o rio Tucunduba, de forma que ele pudesse ser navegável, e não só um destino de esgoto. O que nos dá indícios de um processo de ambientalização dos conflitos e lutas na cidade de Belém.

Já em 2021, com o Movimento Tucunduba Pró Lago Verde o discurso ambiental aparece de forma mais latente, reivindicando melhorias socioambientais. Para Leff (2001), mais do que o discurso ambiental em si, é preciso entender o seu impacto, e de que forma ele ressignifica as demandas e as práticas desses movimentos sociais, a ponto de pensarem estratégias de transformação social e alternativas de desenvolvimento. A construção, de forma coletiva entre a rede de mobilização do Movimento, do Projeto Socioambiental do Lago Verde, talvez seja uma das maiores representações desse momento. Ele propõe uma outra concepção de obra para o território, reivindicando uma cidade para as pessoas, considerando também uma dinâmica mais simbiótica entre os moradores e a Natureza, em especial com o referido curso d'água.

Belém, enquanto futura sede da COP30, em 2025, já está vivendo um momento ímpar da perspectiva do debate socioambiental e climático. Com um olhar um pouco mais atento, já é possível perceber que o clima está esquentando, e que o período de chuva na cidade, e na região amazônica, está bagunçado. Se, no século XXI, toda ação política é climática, e para superarmos as narrativas catastróficas projetadas pelos cientistas, precisaremos de ações políticas sérias, luta material e ideias ousadas (ARONOFF, K. et al., 2020), o *movimento ecológico das baixadas* é imprescindível nessa luta. Acredito, por fim, que nesse cenário, o Movimento Tucunduba Pró Lago Verde emerge enquanto uma das principais referências, que tem ousado a imaginar outros futuros possíveis para o nosso território.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, v.24, n. 68, p. 103-119, 2010.

MARTINEZ ALIER, Juan. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. [tradutor Maurício Waldman]. - 1. ed., 2ª reimpressão - São Paulo: Contexto, 2011.

ALMEIDA, Conceição Maria Rocha de. **As águas e a cidade de Belém do Pará: história, natureza e cultura material no século XIX**. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História, São Paulo, 2010.

ALVES, Edivania. **Marchas e contramarchas na luta pela moradia na Terra Firme (1979-1994)**. Belém: Universidade Federal do Pará, 2010.

AMARAL FILHO, Otacílio; CASTRO, Fábio F. de; COSTA, Alda. Marca Amazônia: estratégias de comunicação publicitária, ambientalismo e sustentabilidade. **Rev. Comum. Midiática (online)**, Bauru/SP, v.10, n.3, p. 105-118, set-dez, 2015.

ARONOFF, K. et al. **Um planeta a conquistar: a urgência de um Green New Deal**. - São Paulo, SP: Autonomia, 2020.

ARES, Pablo; RISLER, Julia. **Manual de mapeo colectivo: recursos cartográficos críticos para procesos territoriales de creación colaborativa**. 1a ed. - Buenos Aires : Tinta Limón, 2013.

BALBI, Thiago; FERRARA, Lucrécia. Por uma teoria psicogeográfica da comunicação. **Intexto**, Porto Alegre, UFRGS, n. 41, p. 14-34, jan./abr. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.19132/1807-8583201841.14-34>.

BARBOSA, Maria José de Souza (et. al.). **Estudos de caso: Tucunduba: urbanização do Igarapé Tucunduba, Gestão de Rios Urbanos - Belém/Pará - versão condensada**. Belém: UFPA, 2003.

BECKER, Bertha. Geopolítica da Amazônia. *Revista Estudos Avançados*, N.19 (53). IEA: USP, 2005. Pp. 71-86. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/54s4tSXRLqzF3KqB7qRTWdg/?lang=pt&format=pdf>.

BELÉM, Prefeitura Municipal de. **Aspectos do Município de Belém**. Secretaria Municipal de Planejamento (SEGEP), Belém, 2020. Disponível em: < <https://anuario.belem.pa.gov.br/aspectos-do-municipio-de-belem/>>. Acesso em: 26 de Abr. 2022.

BRANDÃO, Ana Júlia. **Entre os rios e as favelas: o PAC nas baixadas da Bacia da Estrada Nova e da Comunidade Taboquinha - Belém (PA)**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2016.

BUBER, Martin. **Eu e Tu**. Introdução e notas por Newton Aquiles Von Zuben. 10. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

CANCLINI, Néstor. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade.** Tradução Heloísa Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa; tradução da introdução Gênese Andrade. – 4. Ed. 7. reimp. – São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2015. – (Ensaio Latino-americanos, 1).

CARDOSO, A. C.; LIMA, J. J. Tipologias e padrões de ocupação urbana na Amazônia oriental: para que e para quem? /In/: CARDOSO, A. C. D. (Org.). **O rural e o urbano na Amazônia: diferentes olhares em perspectivas.** Belém: EDUFPA, 2006. p. 55-93.

CARDOSO, A. C. D.; MIRANDA, T. B. Invisibilidade social e produção do espaço subordinado em Belém (PA). **Paisagem e Ambiente**, /[S. l.]/, n. 41, p. 85-107, 2018. DOI: 10.11606/issn.2359-5361.v0i41p85-107. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/paam/article/view/141265>. Acesso em: 4 nov. 2020.

CARVALHO, André. **Amazônia pré-colombiana: como viviam os povos indígenas antes da chegada dos europeus.** Portal UOL. Disponível em: <<https://www.uol/noticias/especiais/como-viviam-os-povos-da-amazonia-antes-da-chegada-dos-europeus.htm#amazonia-pre-colombiana>>. Acesso em 10 de Jul. 2022.

CASTRO, Edna. Políticas de Estado e atores sociais na Amazônia contemporânea. In: BOLLE, W.; CASTRO, E.; VEJMEJKA, M. (org.). **Amazônia: região universal e teatro do mundo.** São Paulo: Globo, 2010. p. 105-122. (pdf)

CECIM, Vicente F. **Manifestos Curau**, 1981. Disponível em: http://www.culturapara.art.br/Literatura/vicentececim/manifesto_Curau.pdf. Acesso em: 29 dez. 2021.

COSTA, Vânia Torres. **À sombra da floresta: os sujeitos amazônicos entre estereótipo, invisibilidade e colonialidade no telejornalismo da Rede Globo.** Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Artes e Comunicação Social, 2011.

COSTA, Vânia Torres. Quando a imagem fala e o texto grita: reflexões sobre modos de narrar no jornalismo televisivo. **Culturas Midiáticas** – Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal da Paraíba. Ano VIII, m. 15 – jul-dez/2015 – ISSN 19835930. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/cm>>, 2015.

CORRÊA, R. A periodização da rede urbana na Amazônia. In. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro: IBGE n. 49, v. 3, p. 39-68, 1987.

DUTRA, Manuel José Sena. A natureza da TV: uma leitura dos discursos da mídia sobre a Amazônia, biodiversidade, povos da floresta. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA), 2005.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento?. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires - CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. 2003. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624102140/8_Escobar.pdf>.

FARIAS, Rosa. **Planejamento e gestão participativos em Belém-PA: o Congresso da Cidade (2001-2004)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, 2004.

FERRARA, Lucrécia. **Comunicação espaço cultura**. São Paulo: Annablume, 2008.

FRANÇA, Vera. O objeto e a pesquisa em comunicação: uma abordagem relacional. In: MOURA, Cláudia; VASSALLO de LOPES, Maria. (Org.). **Pesquisa em comunicação: metodologias e práticas acadêmicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

FRANÇA, Vera V. Paradigmas da comunicação: conhecer o quê? **Ciberlegenda**, n. 05, 2001, Edição especial. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ciberlegenda/article/view/36784>.

FRASER, Nancy. Repensando la esfera pública: una contribución a la crítica de la democracia actualmente existente. **Ecuador Debate. Opinión pública**. Quito: CAAP, n. 46, abril 1999, p. 139-174. ISSN: 1012-1498.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

GLASS, Verena. O desenvolvimento e a banalização da ilegalidade: a história de Belo Monte. In: DILGER, Gerhard; LANG, Mirian; PEREIRA FILHO, Jorge. **Descolonizar o Imaginário**. Debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo. Editora Elephante, 2016. p. 405-424.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônias**. 1ª Ed. São Paulo: Contexto, 2001.

GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. 2.ed. Manaus: Valer, 2007.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**; tradução de Enio Paulo Giachini. 2ª edição ampliada - Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes – selo Martins, 2014.

HENRIQUES, M. et al. Relações Públicas em Projetos de Mobilização Social: funções e características. In: HENRIQUES, M. (Org.). **Comunicação e estratégias de mobilização social**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. p. 17-32.

IBÁÑEZ, Mario Rodriguez. Resignificando a cidade colonial extrativista: /Bem Viver/a partir de contextos urbanos. In: GERHARD DILGER, Miriam; LANG, Jorge Pereira Filho (orgs.). Traduzido por Igor Ojeda. **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. p. 296 – 333.

IBGE. **Censo Demográfico 2010: características da população e dos domicílios**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2011.

JACOBS, Jane. **Morte e vida das grandes cidades**. Bailão - 3ª. Ed. - São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

KENBEL, Claudia Alejandra; CORREDOR, Claudia P. G. Comunicación para imaginar futuros deseables em América Latina. **Contratexto** n.º 33, junio 2020, ISSN 1025-9945, p. 11-18.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Cia da Letras, 2018. (ou 2020, ou 2019?)

LEITE LOPES, José S. Sobre processos de "ambientalização" dos conflitos e sobre dilemas da participação. **Horizontes Antropológicos**, n. 25, vol.12, 2006, p. 31-64.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4 ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão, 2006.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder; tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth - Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MAFRA, Rennan. **Mobilização social e comunicação**: por uma perspectiva relacional. Revista Mediação, Belo Horizonte, v. 11, n. 10, jan.- jun. 2010.

MAGNANI, José. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.17, n.49, junho 2002. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/KKxt4zRfvVWbkbgsfQD7ytJ/?lang=pt>> . Acesso em: 26 de Abr. 2022.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARICATO, Erminia. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Comunicação e cidade: entre meios e medos. **Revista Novos Olhares**, n. 1, 1º semestre, 1998. p. 5-9.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997, p. 90-115.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Ofício de cartógrafo**: travessias latino-americanas da comunicação na cultura. São Paulo, SP - Edições Loyola, 2004.

MAZZON, José Affonso. Using the Methodological Association Matrix in Marketing Studies. **Brazilian Journal of Marketing –BJMkt**, Revista Brasileira de Marketing –ReMark, Special Issue, v.17, n. 5, p. 747-770, October 2018.

NEVES, Eduardo. A cidade de todos os tempos. **National Geographic**. 2015.

OROZCO, Guillermo; GONZÁLEZ, Rodrigo. **Una cortada metodológica**: abordajes cualitativos en la investigación en comunicación, medios y audiencias. Mexico, D.F.:Tintable, 2011.

PAIVA, Raquel; GABBAY, Marcello. Cidade, afeto e ocupações: ou a transfiguração do espaço público no Brasil contemporâneo. **Revista Rua**, Campinas/SP, v. 24, n.1, p. 129-138, jun 2018.

PERUZZO, Cicilia. **Movimentos sociais, cidadania e o direito à comunicação comunitária nas políticas públicas**. Revista Fronteiras - estudos midiáticos, São Leopoldo, v.11, n. 1, jan-abril, 2009.

PERUZZO, Cicilia. Da observação participante à pesquisa-ação em comunicação: pressupostos epistemológicos e metodológicos. In: **XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - BH/MG - 2 a 6 Set, 2003**. Disponível em: < http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2003/www/pdf/2003_coloquio_peruzzo.pdf>. Acesso em 26 de Abr. 2022.

PIVETTA, Marcos. Mais gente na Floresta. Revista Pesquisa FAPESP, 2018. Disponível em: < <https://revistapesquisa.fapesp.br/mais-gente-na-floresta/>>. Acesso em: 10 de Jul. 2022.

PONTE, Juliano. **Cidade e água no estuário guajarinó**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano, 2010.

PONTES JÚNIOR, F.; BARROS, L.. A Natureza como sujeito de direitos: a proteção do Rio Xingu em face da construção de Belo Monte. In: GERHARD DILGER, Miriam; LANG, Jorge Pereira Filho (orgs.). Traduzido por Igor Ojeda. **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. p. 427-442.

PORTO, Marta. **Imaginação: reinventando a cultura**. São Paulo: Pólen, 2019.

RODRIGUES, Carmem Izabel. **Vem do bairro do Jurunas: sociabilidade e construção de identidades em espaço urbano**. Belém: Editora do NAEA, 2008.

RUSSI, Pedro. Epígrafes. Imaginaciones deseables y otras epistemes. **Contratexto** n.º 33, junio 2020, ISSN 1025-9945, p. 19-32.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. 10. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020. – (Coleção Milton Santos; 1).

SANTOS, Tiago; SOUSA, Isaque; LIMA, Susane. Os grandes objetos urbanos: condição, meio e produto da metropolização regional na Amazônia brasileira. **Acta Geográfica**, Boa Vista, v.12, n. 29, p. 108-126, mai./ago. 2019.

SILVA, Ana Luiza de Araújo e. **Uso da Água na bacia urbana do Igarapé do Tucunduba-Belém-PA**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belém, 2016.

SILVA, Harley. Cidades, urbanização, desenvolvimento na Amazônia: notas para uma interpretação lefebvriana. In: COSTA, G. M.; COSTA, H. S. M.; MONTE-MÓR, R. L. M. (Orgs.). **Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana**. Belo Horizonte: C/Arte, 2015. p. 317-342.

SILVA, Regina. **Cartografias Urbanas**: construindo uma metodologia de apreensão dos usos e apropriações dos espaços da cidade. *Visões Urbanas - Cadernos PPG-AU/FAUFBA Vol.V - Número Especial – 2008 – ISSN 1679 6861*.

SIMMEL, Georg. **As grandes cidades e a vida do espírito**. 1903.

SVAMPA, Maristella. Extrativismo neodesenvolvimentista e movimentos sociais. Um giro ecoterritorial rumo a novas alternativas? In: DILGER, Gerhard; LANG, Mirian; PEREIRA FILHO, Jorge. **Descolonizar o Imaginário**. Debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo. Editora Elephante, 2016. p. 140-172.

TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro. Assentamentos urbanos e metropolização na Amazônia brasileira: o caso de Belém. In: **ENCUENTRO DOS GEOGRAFOS DA AMERICA LATINA**, 7., 1999, Santiago. *Annales...* Santiago: Universidad de Chile, 1999. p. 35-45. Disponível em: <<http://docslide.com.br/documents/assentamentos-urbanos-e-metropolizacao-na-amazonia.html>>. Acesso em: 26 dez. 2017.

TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro. Diferenciação territorial e urbanodiversidade: elementos para pensar uma agenda urbana em nível nacional. **Cidades**, Presidente Prudente, Grupo de Estudos Urbanos, v. 7, n. 12, p. 49-77, jul-dez. 2010.

TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro. **Vilas e cidades da Amazônia**: paisagens, memórias e pertencimentos. – 1. ed. – Belém/PA: Paka-Tatu, 2021.

VELHO, Gilberto. O desafio da proximidade. In: VELHO, G; KUSHNIR, K. (Orgs.) **Pesquisas Urbanas**: desafios do trabalho antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2003. (pp. 11-19).

ANEXO A



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE LETRAS E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO COMUNICAÇÃO, CULTURA E AMAZÔNIA
MESTRADO ACADÊMICO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Este é um convite para você participar da pesquisa que tem como título provisório: **“MOBILIZAÇÃO SOCIAL A PARTIR DE UM RIO URBANO DA AMAZÔNIA: o processo comunicativo do Movimento Tucunduba Pró Lago Verde em Belém-PA”**. A pesquisadora responsável é a mestranda Mariana Guimarães Campos Ribeiro, discente do Programa de Pós-graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCOM), da Universidade Federal do Pará (UFPA). A pesquisa é orientada pela professora Dra. Rosaly de Seixas Brito.

Caso você decida participar, solicitamos sua autorização para que seja feita uma entrevista, gravada em áudio, e que posteriormente será transcrita para a pesquisa. Se alguma pergunta lhe causar desconforto ou você não queira responder a algum dos questionamentos, pode solicitar que a entrevista seja interrompida a qualquer momento. Sua participação é voluntária, e você não terá nenhum tipo de despesa ao participar deste estudo. Nesse sentido, também não há pagamento previsto por sua participação.

Você tem o direito de se recusar a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem nenhum prejuízo para você. Além disso, durante todo o período da pesquisa você poderá tirar suas dúvidas entrando em contato com a pesquisadora responsável, pelo telefone/WhatsApp (91) 992161995 ou pelo email marianagcr13@gmail.com.

Também é possível entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFPA, ligando para o número (91) 3201-7735 ou mandando email para cepccs@ufpa.br. O Comitê está localizado na rua Augusto Corrêa, nº 01, Sala do Instituto de Ciências da Saúde, segundo andar, Campus Universitário do Guamá.

Seus dados pessoais são confidenciais e não serão divulgados nesta pesquisa. As informações que você nos fornecer irão compor o trabalho final do curso de mestrado da pesquisadora Mariana Guimarães Campos Ribeiro e podem vir a ser divulgados em publicações e congressos científicos da área de Comunicação, mas sem a divulgação de dados que possam lhe identificar.

Você pode ter acesso ao trabalho final (dissertação do mestrado), gratuitamente, ao final da pesquisa, no repositório da UFPA (<http://repositorio.ufpa.br/>), local em que ficam armazenados os trabalhos acadêmicos. Este documento foi impresso em duas vias, assinado e rubricado em todas as páginas, sendo que uma ficará com você e a outra com o pesquisador responsável.

Ciente dessas informações, declaro que concordo em participar deste estudo.

Assinatura do(a) entrevistado(a)

Nome: _____

Data: __ / __ / ____

Telefone/WhatsApp: _____

Assinatura do pesquisador

Nome: _____

Data: __ / __ / ____